

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Davi Matias Marra Demuner

O Movimento Zapatista e a Solidariedade de Classe Transnacional:
Uma análise da luta de classes na globalização

Uberlândia

2017

DAVI MATIAS MARRA DEMUNER

O Movimento Zapatista e a Solidariedade de Classe Transnacional: Uma análise da luta de classes na globalização

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Área de Concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Filipe Mendonça

Uberlândia

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

D389m Demuner, Davi Matias Marra, 1992
2017

O movimento zapatista e a solidariedade de classe transnacional:
uma análise da luta de classes na globalização / Davi Matias Marra

Demuner. - 2017.

169 f. : il.

Orientador: Filipe Mendonça.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais - Teses. 2. Globalização - Teses. 3.
Neoliberalismo - Teses. 4. Economia - América Latina - Teses. I.
Mendonça, Filipe. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

DAVI MATIAS MARRA DEMUNER

O Movimento Zapatista e a Solidariedade de Classe Transnacional:

Uma análise da luta de classes na globalização

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Uberlândia: 07/03/2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Filipe Mendonça - UFU

Prof. Dr. Pedro Henrique Cícero - UFU

Prof. Dr. Cassio Brancaleone – UFFS

**Dedico este trabalho ao meu
avô, Divino Pereira Marra.**

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as contribuições que tornaram esse trabalho possível. Acredito que a minha capacidade para citar todas é insuficiente, e aqueles que não são mencionados, perdoem-me, mas as suas assistências estão presentes no trabalho e em minha memória. Assim sendo, agradeço:

À minha família, Alzira, Júlio, Juliana e Rafael pela compreensão dos momentos ausentes, e o apoio que sempre me proporcionaram. A presença de vocês ao meu lado, em todas as complicações e felicidades que a vida nos traz, é com certeza um dos motivos que me fazem caminhar.

Aos professores do PPGRI-UFU, que me proporcionaram de maneira sempre íntegra as bases intelectuais para essa pesquisa, os quais serei continuadamente grato.

Ao meu orientador, professor Filipe Mendonça, por toda compreensão e recomendação que foram necessárias no decorrer do mestrado. Além disso, o seu incentivo e posicionamento crítico, desde a graduação, é uma das sementes que proporcionaram o meu crescimento.

Ao Grupo de Estudos Marx e Gramsci (IFILO-UFU), em especial à professora Ana Maria Said pela ajuda em me guiar nas leituras da obra de Gramsci, e por sua atividade na propagação do pensamento do autor em terras brasileiras.

Aos técnicos da UFU, principalmente ao Vinícius Rezende, que ajudou de forma sempre solícita os estudantes do PPGRI-UFU.

À FAPEMIG, por proporcionar o auxílio material para essa pesquisa.

Ao meu companheiro Élton Arcângelo, o qual a ajuda nos debates e críticas foram extremamente importantes para a produção desse trabalho, além do apoio psicológico nos momentos de dúvidas e angústias.

Aos amigos, que sempre estiveram por perto, mesmo longe, e sem os quais a vida acadêmica seria ainda mais complicada, principalmente nas viagens de congresso. Luciano Brigatto, Anderson Santiago, Paula Nahas, Júlia Dias, Olívio da Silva, Helena Salim, Daniel Martins, Poliana Temístocles e Victor Rodrigues, não só a amizade, mas as lutas, pesquisas e artes que vocês desenvolvem também são um estímulo à parte.

As dificuldades de escrever um texto com certeza foram suavizadas com a participação supracitada.

“Dos medos nascem as coragens. Os sonhos anunciam outra realidade possível, e os delírios, outra razão. Somos o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. Nessa fé, fugitiva, eu creio”

Eduardo Galeano

RESUMO

A hegemonia global exercida pela Classe Capitalista Transnacional (CCT), ao disciplinar mundialmente o neoliberalismo enquanto modelo de desenvolvimento econômico, impõe diversas barreiras ideológicas e materiais para a construção de novas formas de organizações políticas, econômicas e sociais, que ameacem, sobretudo, a concentração da acumulação de capital. Cabe-nos então refletir sobre as formas de ação coletiva organizadas capazes de mobilizar uma correlação de forças favoráveis ao desenvolvimento social em detrimento do jogo capitalista. O percurso adotado pelo Estado mexicano demonstra a convergência nodal dos interesses internos da sociedade política do Estado mexicano com a agenda de desenvolvimento disciplinar imposto pelo núcleo orgânico do capitalismo sob o conceito de globalização, e desde então a economia mexicana tem se reorganizado para estar adequada aos padrões exigidos externamente. No sul do México, o EZLN se rebela contra a revolução passiva e constrói desde baixo uma alternativa de democracia direta por meio da autonomia, que pode ser lida enquanto uma atividade de anti-revolução passiva. Como resultado desse processo de luta pelo autogoverno surge a rede de solidariedade transnacional zapatista, em que outros movimentos sociais e atores da sociedade civil internacional participam auxiliando os projetos zapatistas locais e na luta internacional contra a globalização por cima. Contudo, essa mobilização das forças sociais transnacionais não ocorre sem controvérsias, como, por exemplo, o papel da tecnologia pelos atores em resistência, a desterritorialização dos objetivos de luta e a prática recorrente de *transformismo* da hegemonia.

Palavras-chave: Movimento zapatista; globalização; ação coletiva transnacional; revolução passiva; neoliberalismo

ABSTRACT

The global hegemony exercised by the Transnational Capitalist Class (TCC), by disciplining neoliberalism worldwide as a model of economic development, imposes various ideological and material barriers to the construction of new political, economic and social organization forms, which threaten, above all, the concentration of capital accumulation. It is then necessary to reflect on organized forms of collective action capable of mobilizing a correlation of forces favorable to social development to the detriment of the capitalist game. The route adopted by the Mexican state demonstrates the nodal convergence of domestic interests from political society of the Mexican State with the disciplinary development agenda imposed by the organic core of capitalism under the concept of globalization, and since then the Mexican economy has reorganized to be adequate to standards required. In southern Mexico, the EZLN rebels against the passive revolution of the Mexican state and it builds from below an alternative of direct democracy through autonomy, which can be read as a passive anti-revolution activity. As a result of this struggle process for self-government, it emerges the Zapatista transnational solidarity network, in which other social movements and actors of international civil society participate by assisting local Zapatista projects and in the international struggle against a globalization from above. However, this mobilization of transnational social forces does not occur without controversy, such as the role of technology by actors in resistance, deterritorialization of the struggle objectives and the recurrent practice of *transformismo* from hegemony.

Key-words: Zapatista movement; globalization; transnational collective action; passive revolution; neoliberalism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relações geopolíticas e “O Internacional”	21
Figura 2: Concepção tridimensional do discurso	44
Figura 3: Área da Rebelião Zapatista e Localização de Chiapas no México	66
Figura 4: Taxa de crescimento anual da manufatura mexicana (% PIB)	98
Figura 5: A expansão das commodities na América Latina	99
Figura 6: O PNB per capita do México e do NOC (1994 – 2012)	101
Figura 7: População mexicana pobre e abaixo da linha da pobreza (1994 – 2012)	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Formas de Estado de acordo com Cox na divisão heartland/contender	18
Tabela 2: Leis Revolucionárias do EZLN	61
Tabela 3: Manufaturas em relação ao PIB – NOC e México.....	99
Tabela 4: Destino das exportações mexicanas	100
Tabela 5: PNB per capita – NOC e México	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
AGP	Ação Global dos Povos
ANCIEZ	Aliança Nacional Independente Emiliano Zapata
ASERCA	Agência de Serviços para a Comercialização e Desenvolvimento dos Mercados Agropecuários
ATLAS	Agrupação de Trabalhadores Latino Americanos Sindicalistas
BANPAZ	Banco Popular Autônomo
BAZ	Bases de Apoio Zapatistas
CCE	Conselho de Coordenação Empresarial
CCRI – CG	Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral
CCT	Classe Capitalista Transnacional
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEESP	Centro de Estudos Econômicos do Setor Privado
CIOAC	Central Independente de Trabalhadores Agrícolas e Campesinos
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação
CNA	Conselho Nacional Agrário
CND	Convenção Nacional Democrática
CNI	Congresso Nacional Indígena
CNPA	<i>Coordinación Plan de Ayala</i>
CNPI	Conselho Nacional de Povos Indígenas
CNTE	Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação
COCOPA	<i>Comisión por la Concordia y Pacificación</i>
CONASUPO	Companhia Nacional de Subsistências Populares

CROC	Confederação Revolucionária de Operários e Campesinos
CTAL	Confederação de Trabalhadores da América Latina
CTM	Confederação de Trabalhadores do México
DH	Direitos Humanos
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FLN	Força de Libertação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FZLN	Frente Zapatista de Libertação Nacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GBI	Guerra de Baixa Intensidade
INI	Instituto Nacional Indígena
ISI	Industrialização por Substituição de Importação
JBG	Juntas de Bom Governo
LOPPE	Lei de Organizações Políticas e Processos Eleitorais
LPIMRIE	Lei para Promover o Investimento Mexicano e Regular o Investimento Externo
MAREZ	Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas
NED	Fundo Nacional para a Democracia
OCEZ	Organização Campesina Emiliano Zapata
OI	Organizações Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ORIT	Organização Regional Intra-americana dos Trabalhadores
PAN	Partido da Ação Nacional
PEMEX	<i>Petroleos Mexicanos</i>
PIB	Produto Interno Bruto

PNB	Produto Nacional Bruto
PNR	Partido Nacional Revolucionário
PPP	<i>Plan Pueblo Panamá</i>
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRM	Partido da Revolução Mexicana
PRD	Partido da Revolução Democrática
PSE	Pacto de Solidariedade Econômica
RealiTy	<i>Plan La Realidad-Tijuana</i>
RI	Relações Internacionais
RTA	Redes Transnacionais de Advocacia
SCG	Sociedade Civil Global
SEDENA	Secretaria da Defesa Nacional
SERALN	Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional
SI	Substituição de Importações
SIPAZ	<i>International Service for Peace</i>
SNTE	Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Educação
SSAZ	Sistema de Saúde Autônomo Zapatista
STPRM	<i>Sindicato de los Trabajadores Petroleros de la República Mexicana</i>
TAR	Teoria Ator-Rede
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
UIT	União Internacional de Telecomunicaçõe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - O DILEMA DA RESISTÊNCIA NA GLOBALIZAÇÃO	9
1.1. Gramsci e as Relações Internacionais.....	12
1.1.1. De onde partimos? As fraturas do neoliberalismo na Ordem Mundial	14
1.1.2. A revolução passiva nas RI	20
1.2. A distopia da não-luta de classes	23
1.2.1. A interseccionalidade da luta de classes	24
1.2.2. Redes e as novas tecnologias de comunicação no movimento da história....	30
1.2.3. Hegemonia e subalternidade	34
1.2.4. Contexto social e a produção de textos	40
1.3. Perspectivas sobre as forças sociais transnacionais contra-hegemônicas.....	45
1.3.1. A Sociedade Civil Global: um espaço democrático?	47
1.3.2. Obstáculos da solidariedade de classe transnacional	49
1.3.3. Jacobinos da economia política internacional	53
CAPÍTULO 2 - ZAPATISMO E A PRÁTICA ANTI-REVOLUÇÃO PASSIVA.....	57
2.1. Surgimento do EZLN e dissolução do bloco histórico	60
2.1.1. A crise orgânica do desenvolvimentismo mexicano	69
2.1.2. As relações sociais de produção na revolução passiva	73
2.2. Anti-revolução passiva: a democracia por baixo!.....	80
2.2.1. Autonomia: “nunca mais um México sem nós!”	85
2.2.2. Juntas de Bom Governo, resistência em espiral e a autonomia de facto.....	92
2.2.3. As forças sociais no México contemporâneo	97
2.2.4. A guerra de posição pela autonomia	104
CAPÍTULO 3 - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ZAPATISMO	112
3.1. Ciberativismo e a economia política dos meios de comunicação	114
3.1.1. A organização da rede de solidariedade transnacional zapatista.....	116
3.1.2. O fetichismo da Internet	118
3.2. A globalização e a solidariedade de classe no discurso zapatista	121
3.2.1. O fim do “Fim da História”	123
3.2.2. La Otra (Economia Política Internacional)	128
3.3. Zapatismo e o internacionalismo	133

CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

INTRODUÇÃO

A imposição do neoliberalismo nas relações econômicas internacionais colocou em cheque as formas tradicionais de organização da resistência ao capitalismo. Dentre as diversas barreiras levantadas pelo controle do capital sobre a esfera social está a dificuldade no entendimento de uma frente transnacional capaz de lutar contra a expropriação de direitos e pelo progresso social em detrimento da manutenção de um sistema financeiro disciplinador global. A busca pelo movimento socialista internacional está gravemente prejudicada, quiçá proibida (DRAINVILLE, 2004). Contudo, como nos lembram Bieler, Bruff e Morton (2015), a organização daqueles que detém o monopólio do capital transnacional está cada vez mais articulada ao redor do globo, utilizando-se de instituições internacionais e aparatos burocráticos extremamente eficientes em promover a unificação da maneira de como se comercializar, e para quem. Além da contribuição dos aspectos institucionais, a estabilização desta uniformidade de pensamento favorável a Classe Capitalista Transnacional (CCT) também se molda pela produção intelectual e cultural (SANBONMATSU, 2001; WEBER, 2001).

De fato, muito distante da articulação hegemônica exercida pela CCT, a resistência internacional parece estar aprisionada na sua fragmentação (COX, 1999), como veremos mais adiante. Um dos pontos essenciais para a compreensão desta desarticulação é o fenômeno da Globalização. Os efeitos sobre a reprodução social originados pela forma de como este fenômeno é conduzido de cima para baixo¹ está relacionado com a situação em que se encontra a classe trabalhadora internacional. Ao entender as forças sociais ativas na construção da globalização é possível identificar os interesses de classe envolvidos, e, portanto, as práticas utilizadas pela CCT na sustentação de uma agenda em escala global. Dentro de uma perspectiva dialética, estas mesmas práticas revelam as reações contrárias à sua imposição/cooptação, e dentre estas, estão aqueles que possuem um projeto alternativo de organização social, compostos em especial por movimentos sociais.

A América Latina tem se mostrado uma arena de fortes experiências, de acordo e divergentes ao neoliberalismo. No estado de Chiapas, ao sul do México, encontramos o

¹ O termo se refere ao processo decisório que passa apenas pela consulta das elites e instituições do Estado, sem a participação popular (MORTON, 2007).

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) reivindicando a sua autonomia política frente a reestruturação neoliberal do Estado mexicano desde janeiro de 1994. Um movimento em sua maioria de trabalhadores camponeses/indígenas que conseguem desafiar a legitimidade estatal por meio da negação de suas políticas governamentais com a criação de uma nova forma de organização política. Porém, esta alternativa resiste a constantes ameaças diretas e indiretas do aparato do Estado, o que demanda estratégias dos zapatistas de fortalecimento da sua autonomia (ZIBECHI, 2007). O principal objetivo deste trabalho é compreender como as forças sociais internacionais participam estrategicamente da luta zapatista, no intuito de entender os esforços, dificuldades e benefícios na formação de redes de solidariedade transnacionais. Através da experiência vivenciada em Chiapas podemos encontrar caminhos para a cristalização de uma consciência de classe que ultrapasse o regional, trazendo consigo uma análise crítica do capitalismo global. Chegamos, então, ao empasse que é conduzir esta pesquisa dentro das Relações Internacionais (RI), devido à concepção de ciência hegemônica no campo.

Desde o seu início institucional, o campo de estudo das RI possui uma grande relação com os interesses utilitários das grandes potências que compõem o cenário internacional (TICKNER, 2013), sobretudo os Estados Unidos da América (EUA), o que promoveu o engessamento epistemológico da disciplina em torno de questões voltadas exclusivamente para a segurança militar com métodos capazes de verificar quantificavelmente² os riscos e incertezas dos atores envolvidos (HOFFMANN, 1977). Os resultados desta delimitação ontológica do campo promoveram por muito tempo o distanciamento dos fenômenos globais das problemáticas referentes às relações sociais intraestatais, e, por conseguinte, a atomização das RI frente as demais áreas das Ciências Sociais. O conhecimento da área se tornou apenas um método para reificar as condições de desigualdades socioeconômicas e políticas, impossibilitando avanços no questionamento das bases de dominação existentes tanto dentro, quanto fora do Estado (NEUFELD, 1995).

A principal influência para esta composição das RI veio do neorealismo estrutural, o qual consolidou o positivismo enquanto forma de conhecimento para a área (ASHLEY,

² Aqui se refere ao que ficou formalmente conhecido como Segundo Debate das Relações Internacionais. Este debate se configurou a partir das divergências metodológicas entre os que defendiam a história e métodos qualitativos, e os que apoiavam o modelo de pesquisa mais próximo das Ciências Naturais para a compreensão também das Ciências Sociais (SMITH, 1996).

1984). O domínio positivista se deu através da teoria de Política Internacional proposta por Waltz (1979) em que a leitura da realidade internacional deveria ser feita semelhante à interação das empresas no mercado da teoria econômica neoclássica, só que substituídas por Estados-nação, de modo que o cenário anárquico do “sistema internacional” se assemelha ao ambiente de concorrência do mercado. Em prol da parcimônia científica exigida pelo positivismo, o Estado aqui passa a ser uma abstração igual a uma caixa preta (PINHEIRO, 2011), posto que o único interesse relevante deste ator seria o de sobreviver em meio as incertezas causadas pela anarquia. Ocorre então uma evidente divisão entre o plano interno e externo ao Estado, sendo que as especificidades, processos e tomadas de decisões realizados dentro do aparato estatal são desqualificados para a compreensão do internacional.

Em conjunto com a dinâmica de auto sobrevivência no “sistema internacional”, as “disposições irregulares de poder” da arena internacional gera uma estrutura superior aos atores capaz de influenciar nas ações destes (WALTZ, 1979). Neste sentido, as guerras provocadas pelos líderes políticos são interpretadas como um efeito sistêmico provocado pela estrutura sobre os Estados devido aos desequilíbrios de poder encontrados. Para discutir sobre as relações internacionais, deve-se, portanto, levar em consideração majoritariamente as capacidades militares dos atores para entender como se dá a balança de poder numa determinada estrutura. Além disso, as mudanças nas relações internacionais só podem ser observadas a partir das alterações nos níveis de poder obtidos pelos atores, somente assim é possível perceber transformações da estrutura.

Outro grande contribuinte do neorealismo estrutural, John Mearsheimer (2001; 2006), coloca que, dada as características do sistema, o Estado como ator racional visa a acumulação de poder como forma de segurança, portanto, a busca por poder só será reduzida quando o Estado atinge a possibilidade máxima de posição na anarquia, isto é, a única hegemonia³ regional, devido os limites geográficos. A partir daí, segundo os neorealistas ofensivos, o Estado *hegemon* passar a agir como um *offshore balance*, ou seja, ele intervém nas outras regiões a fim de impedir a emergência de um novo *hegemon* regional. A capacidade de atuação dos Estados menos desenvolvidos é então muito baixa, ou nula⁴.

³ Hegemonia deve ser entendida dentro do neorealismo estrutural enquanto o Estado-nação que detém as principais capacidades de poder (fronteiras, força militar e riquezas materiais, por exemplo) num determinado território (MEARSHEIMER, 2001).

⁴ Mearsheimer (2001) em sua obra *The Tragedy of Great Power Politics* defende que os Estados não-potência

O estudo elaborado nesta dissertação vai na direção oposta às ideias que foram apresentadas à cima pelo neorealismo estrutural, principalmente porque perpassa por temas que confrontam diretamente as regras epistemológicas do positivismo e do entendimento das relações internacionais de forma estrutural como proposto pelo pensamento neorealista. Deste modo, as principais questões abordadas entram em confronto na (i) ontologia das relações internacionais, quais são as características da formação social internacional relevantes para a configuração da Ordem Mundial⁵, bem como (ii) as alterações que ocorrem nas relações sociais dentro do seu contexto histórico, além do (iii) espaço no qual se dão estas relações sociais que impactam local e globalmente.

Uma vez que todo conhecimento é para algum propósito e nenhum é isento de valores ou ideologias (COX, 1981), esta pesquisa está fortemente relacionada ao caráter emancipatório da Teoria Crítica, no entendimento de que é possível a agência humana a fim de superar os limites impostos na sociedade (NEUFELD, 1995). O materialismo histórico dialético possui um notável afastamento da área de RI⁶, e um dos motivos é justamente a sua crítica ao aparelho do Estado enquanto ator unitário neutro e racional, (COX, 1981). Os autores críticos retomam que a concepção histórica dada a forma do Estado pelo marxismo é extremamente relevante nas RI para perceber as forças sociais agentes na construção da realidade, entendendo as mudanças que ocorrem no decorrer da história a partir das alterações das bases sociais. O campo internacional e nacional se encontram, portanto, inter-relacionados e compõem um ao outro mutualmente (LINKLATER, 1996; MORTON, 2013).

Para esta pesquisa a maior contribuição do marxismo⁷ serão as obras de Antonio Gramsci (2000), a qual são utilizadas de maneiras distintas por autores na compreensão do

enquanto um ator racional sob os efeitos estruturais do sistema internacional possui apenas a decisão de alinhamento aos interesses das grandes potências – *bandwagoning* – caracterizando qualquer decisão antagônica como não-racional, e, portanto, deslegitima-se a possibilidade de contestação do status-quo por parte daqueles que não possuem capacidades materiais o suficiente para dialogar com as grandes potências.

⁵ Apesar do termo “ordem” ser utilizado para designar o status-quo nas relações internacionais, o seu significado pode ser problematizado devido à dificuldade de coordenação nas relações econômicas internacionais (LOPES & RAMOS, 2009).

⁶ Isto, contudo, não quer dizer que as discussões decorrentes do paradigma marxista não tenham de alguma forma influenciado os debates acerca das relações internacionais. Como, por exemplo, as questões relacionadas ao imperialismo e a dominação ideológica (COHEN, 2007; RAMOS, 2005)

⁷ Faz-se necessário afirmar que este trabalho está ligado às assumpções epistemológicas da teoria marxiana, porém as contribuições de outros autores, que fogem desta linha, também são essenciais para a realização do estudo.

cenário internacional⁸. O autor em questão é retomado por Cox (1981) nas RI para criticar os rumos da produção científica da área, explicando como a linha de pensamento majoritária do campo, considerada por este como “teoria de resolução de problemas” está diretamente ligada à manutenção do poder hegemônico global. A partir de sua crítica, Cox (1983) propõe então uma abordagem de pesquisa baseada em Gramsci para compreender criticamente as mudanças que ocorriam nas forças materiais e sociais das relações internacionais no fim do século XX. Por meio de suas propostas, desencadeou-se um grupo de pesquisas conhecido convencionalmente de neogramsciano⁹, que apesar das especificidades metodológicas estão relacionados no entendimento da participação de forças sociais transnacionais na fomentação do movimento de globalização, e buscam entender/estimular as forças contra-hegemônicas que surgem de sua negação (GILL, 2008; MORTON & BIELER, 2004). Mesmo com os grandes avanços realizados por esta abordagem na compreensão da inserção da classe trabalhadora na economia política global, ainda existe uma grande insuficiência no estudo de como superar a correlação de forças favorável ao controle do capital (WORTH, 2007), o que sempre esteve presente nos objetivos de Gramsci (2000) (SANBONMATSU, 2001, p. 198).

Em vista disso, o estudo desenvolvido aqui sobre o zapatismo pretende contribuir não apenas no entendimento dos abusos de poder, como também as possibilidades de construção intersubjetiva de uma classe para si capaz de mobilizar ações coletivas transnacionalmente. Semelhante às ameaças materiais e subjetivas que sofrem os povos zapatistas no México, estão outros grupos marginalizados pelo poder do “mal governo” em diversas partes do mundo, os quais utilizando apenas os recursos locais possuem pouquíssimos meios para enfrentar a capacidade coercitiva do Estado. Utilizando a teoria política de Gramsci (2000), principalmente as suas análises sobre o que seria o Príncipe refletido no partido político moderno, buscamos compreender as forças sociais que podem favorecer as lutas contra o consenso da democracia liberal no curso histórico atual.

⁸ Dentre os principais autores que utilizam a abordagem gramsciana nas RI estão: Arrighi (1994), Polanyi (1984), Rousenau (2004), Robert Cox (1986), Gill (2008) e Morton (2007).

⁹ Cabe uma crítica a validade do termo em si, já que as forças sociais internacionais sempre estiverem presentes nas análises de Gramci, e, portanto, não há a necessidade de translocar o pensamento gramsciano “para fora”, o que parece ser proposto em alguns momentos por Cox (1981; 1983) (BIELER, BRUFF & MORTON, 2015). Ao mesmo tempo, a crítica serve para reforçar a viabilidade de Gramsci nas Relações Internacionais, visto que o uso de seu pensamento não demanda necessariamente de uma “tradução” (PASHA, 2008) para o internacional.

A fim de cumprir com este propósito, no primeiro capítulo “O dilema da resistência na Globalização” iremos retratar sob o conceito de Revolução Passiva como a economia política global tem se configurado recentemente. Gramsci se mostra contemporâneo¹⁰ quando sua análise do *Risiorgimento*¹¹ nos diz muito sobre como a hegemonia consegue alterar os mecanismos de sua reprodução sem, de fato, alterar o *status-quo*. Tanto a periferia, quanto o centro da produção capitalista mundial foram afetados pela reorganização do capital após a sua crise fim dos anos 60 e no decorrer dos anos 70. A estabilidade adquirida com as políticas macroeconômicas do Estado de Bem-estar Social (*Welfare State*) nos componentes do Núcleo Orgânico do Capitalismo¹² (NOC) fora drasticamente rompida com a instabilidade do dólar, a superprodução, os resultados das disputas no Oriente Médio, que levaram ao choque do petróleo, e a deslegitimização do ocidente frente aos processos políticos domésticos e internacionais (COX, 1986; HARVEY, 1988; MANOKHA, 2008). A resposta das classes hegemônicas à crise foram: redução de gastos e abertura comercial, estabelecendo uma cartilha político-econômica para a sua garantia, a qual se deu o nome de neoliberalismo (GILL, 2008). Por meio deste projeto, importantes alterações são realizadas na dinâmica das relações econômicas internacionais, como veremos no capítulo. O colapso do bloco soviético serviu como triunfo a esta cartilha, de modo que a própria possibilidade de outras formas de organização socioeconômicas chegou a ser questionada (FUKUYAMA, 1999).

A leitura hegemônica das forças sociais provenientes das novas relações de produção nas Ciências Sociais colocou as abordagens que analisavam o espaço social por meio das condições materiais, por exemplo, o marxismo, como ultrapassadas, uma vez que as bases econômicas para a leitura da realidade da sociedade ficaram para trás junto com as narrativas modernas (LYOTARD, 1998). A intersubjetividade seria apenas do campo cultural/identitário, de tal forma que as interpretações de classe recaem sobre essencializações degeneradoras da realidade política e social.

¹⁰ Para melhor definição da palavra “contemporâneo” recomendamos a leitura de *O que é o contemporâneo?* de Giorgio Agamben (2013).

¹¹ Refere-se ao processo de negociação das elites italianas para a unificação da Itália, a qual acabou sendo um fenômeno incompleto, como posto por Gramsci (2000), pois as forças sociais daquela conjuntura que pediam por transformações sociais foram controladas para a sustentação do mesmo bloco histórico que havia se consolidado (COX, 1981).

¹² Este termo é utilizado por Arrighi, Silver e Bewer (2003) para se referir aos países que mais acumulam riquezas na economia política internacional.

Nas RI o espaço das redes estimulou o debate em torno da emergente Sociedade Civil Global, a qual na academia logo recebeu um caráter normativo único associado aos princípios liberais, sem o questionamento da disputa de forças que acontecem nesta arena. O desenvolvimento tecno-científico dos meios de comunicação consolidou o pensamento globalizante com a formação em maior escala de relações sociais em redes, estas que seriam criadas principalmente pela identidade dos indivíduos (CASTELLS, 2004). Acreditamos que a Globalização impactou fortemente as relações sociais, porém os seus efeitos devem ser criticamente analisados a partir de um entendimento histórico do fenômeno, e não colocada como natural no fluxo de desenvolvimento econômico.

O reflexo das contradições inerentes ao projeto engajado pelo bloco histórico internacional é escancarado pelos trabalhadores e indígenas de Chiapas para o mundo todo. No segundo capítulo, “Zapatismo e a prática anti-revolução passiva”, será analisada a configuração interna do México e das relações internacionais que promoveu a insatisfação do EZLN, principalmente após as manobras promovidas pelo Estado no intuito de se aproximar dos EUA e os demais centros econômicos mundiais. O exército zapatista surge efetivamente apenas na década de 80, porém para a sua formação ocorre a articulação de diferentes grupos políticos, que já vinham sendo mobilizados desde os anos 60, os quais convergem na insatisfação em relação à postura do governo mexicano diante da situação social vivenciada em todo território do México.

A indignação contra o cenário sócio-ecoômico se expandiu principalmente na região sul, onde se localiza o estado de Chiapas, que estava plenamente esquecida pelo centro político do país. Formado por guerrilheiros, intelectuais e indígenas, estes sendo guiados por diversas correntes teóricas, o EZLN se configura como um projeto bastante heterogêneo, o qual no decorrer das políticas neoliberais aplicadas foi ganhando forma e integrantes até a sua primeira aparição em 1994. Desde então, os zapatistas desempenham um papel extremamente relevante no espectro político do México, de modo que a luta pela autonomia e a sua prática social nos permite passar por reflexões pertinentes sobre o fetichismo do Estado.

Por fim, nos dedicamos à articulação transnacional resultante do fluxo de forças sociais transnacionais nas regiões autônomas e o engajamento do zapatismo com a sociedade civil, o qual é um reflexo da cooperação externa para a manutenção do

autogoverno. No terceiro e último capítulo, “A internacionalização do Zapatismo”, realizamos uma análise dos textos de 3 Declarações com as condições materiais pré-existentes para analisar, a partir da experiência zapatistas, como a globalização afetam as lutas anticapitalistas e como eles buscam superar os obstáculos do capital transnacional.

Para isso, a escola de Análise do Discurso Crítica (ADC)¹³ é extremamente relevante no fornecimento de um método que nos ajuda a perceber os conflitos sociais também na linguagem (FAIRCLOUGH, 1992). Ao entender que o discurso é apenas mais uma dimensão da realidade em que nos encontramos, mas que age diretamente sobre a construção dessa, além de ser afetado também por ela, podemos encontrar nos escritos zapatistas importantes insights sobre a problemática discorrida no primeiro capítulo. A linguagem é bastante importante para a resistência, pois através dela podemos alterar o consenso estabilizador do status-quo (FAIRCLOUGH, 1992). Espera-se por meio do discurso zapatista entender as possibilidades de formação de um novo senso comum para além dos assuntos estritamente locais.

Não buscamos proporcionar uma resposta única e objetiva a respeito de como se articular para fortalecer esta resistência, mas sim um entendimento das forças sociais contemporâneas que podem ser utilizadas para esta finalidade. Além disso, o trabalho pretende contribuir com o reforço da necessidade de organização, mesmo quando esta parece ser inclusive contraditória em relação à Globalização. Interligar os diversos movimentos emancipatórios é uma necessidade da estratégia de esquerda, uma vez que o orquestramento das desigualdades de poder está cada vez mais legitimado, seja pelos Estados, pelas Instituições Internacionais, ou pelas Relações Internacionais.

¹³ Além da ADC, o próprio trabalho de Gramsci sobre a linguagem também nos será útil.

CAPÍTULO 1 - O DILEMA DA RESISTÊNCIA NA GLOBALIZAÇÃO

“Esforços para subverter as reivindicações de imutabilidade, desbancar premissas sobre as qualidades naturais das estruturas sociais ou do comportamento humano e identificar tendências compensatórias e progressistas no interior das sociedades existentes são as principais características de uma teoria social crítica”

Andrew Linklater

Devemos, de início, entender quais são os fatores de “horror” existentes nas relações internacionais contemporâneas. Como veremos neste capítulo, o processo de manutenção da ordem praticado na política internacional nos últimos anos denominado de Governança Global (HURRELL, 2007) têm assumido um caráter próximo do que fora conceituado por Gramsci (2000) enquanto crise orgânica¹⁴. Assim, o autor evidencia nos *Cadernos do Cárcere* que: “Quando estas crises acontecem, as situações imediatas se tornam delicadas e perigosas, porque o campo é aberto para as soluções de força, para as atividades de potência obscuras representadas por homens providenciais ou carismáticos” (GRAMSCI, 1975, p. 1603, apud SAID, 2010, p. 365). Trata-se, portanto, de um momento histórico importante para o equilíbrio de forças nas relações sociais, ao passo que “um bloco histórico está se dissolvendo, outro ainda não tomou o seu lugar” (COX, 1987, p.285). Este momento se traduz na necessidade da esquerda em refletir sobre sua estratégia de ação, pois os desdobramentos da crise podem resultar em retrocessos na luta por direitos sociais, e na garantia daqueles já conquistados (COUTINHO, 1999).

À vista disto, o debate em torno da construção da identidade de classe capaz de formar um projeto progressista alternativo ao *status-quo* presente na concepção de Moderno Príncipe para Gramsci se mantém pertinente no questionamento de limites e possibilidades de um bloco contra-hegemônico (BIELER, 2005; ROBINSON, 2005), apesar do suposto deslocamento histórico das análises contidas em sua obra¹⁵. Grande parte dos motivos da

¹⁴ Gramsci utiliza o termo “crise orgânica” para diferenciar os momentos de crise que transcendem efeitos conjunturais e alteram drasticamente a organização das bases sociais. Deste modo, uma crise orgânica implica na crise de legitimidade/autoridade das forças hegemônicas, e não apenas na dificuldade de sua manutenção econômica (SCHWARZMANTEL, 2015).

¹⁵ Bieler e Morton (2004) ressaltam a necessidade de entender o conteúdo original escrito por Gramsci, e a relação deste com a sua época, mas isso não impede de ir além do seu contexto. Ao contrário, as mudanças históricas sempre foram relevantes para as análises de Gramsci.

crise orgânica encontrada na arquitetura internacional advém do movimento de globalização nas relações econômicas internacionais proporcionado pela resposta das elites econômicas mundiais a partir do final da década de 60, atingindo a sua consolidação político-ideológica durante os governos de Margaret Thatcher (Reino Unido, 1979 - 1990) e Ronald Reagan (EUA, 1981 – 1989), além do colapso do modelo socialista soviético após a sua reestruturação (COX, 1987; 1996).

No campo da EPI este momento histórico gerou importantes contribuições para o desenvolvimento intelectual da disciplina de RI, posto que o declínio do poder relativo estadunidense nos anos 70 e em seguida a sua hegemonia global contestou, bem como estimulou a teorização sobre as perspectivas da economia política mundial. Paralelo aos desdobramentos da produção marxista da época¹⁶, a agenda de pesquisa da EPI começa a dar destaque às mudanças que ocorrem na organização da economia mundial com a contribuição do tipo ideal da Interdependência Complexa na obra *Power and Interdependence: World Politics in Transition* de Keohane e Nye (1977). Os autores buscavam tornar mais evidente, ainda de que modo ahistórico, o momento de intensificação dos fluxos econômicos e de comunicação provenientes da financeirização econômica aliada ao progresso tecnológico. Considerando um modelo no qual existe elevado grau de interdependência entre os atores envolvidos, o autor defende que o interesse nacional do Estado não pode ser formulado sob a ótica do realismo, em que a busca pela acumulação de poder dentro das relações internacionais guia a política internacional, mas por meio de redes e instituições capazes de absorver os interesses dos atores nacionais, ou transnacionais.

Após a influência do neorealismo estrutural sobre a forma de pensamento nas RI, a EPI sofre drasticamente uma guinada ao racionalismo positivista, sobretudo com as mudanças teóricas de Keohane em *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy* (1984). A discussão sobre o processo político em que se encontrava o Estado-nação com as alterações do *status-quo* na economia política é esquecido, no seu lugar se assume um programa de pesquisa¹⁷ voltado para o cálculo quantitativo dentre as

¹⁶ É importante relembrar que os fenômenos da produção capitalista neste período recebem importantes contribuições para a sua compreensão na EPI (VIGEVANI, MARTINS, MICKLO & RODRIGUES, 2011) a partir de escolas do pensamento marxista, tais quais a Teoria da Dependência (DOS SANTOS, 1964; MARINI, 1973), e o Neomarxismo (WALLERSTEIN, 1979; ARRIGHI, 1996)

¹⁷ Ao lado do neorealismo estrutural, o neoinstitucionalismo reforçou o predomínio do positivismo, porém alguns o que ficou conhecido como Debate Interparadigmático nas RI (SMITH, 1996). O entendimento da luta pela sobrevivência na anarquia do sistema internacional podia caminhar para a interpretação neorrelista, em

possibilidades de comportamento dos atores na leitura da criação/função das instituições internacionais no cenário sistêmico composto por Estados unitários e independentes (KEOHANE, 1988). O debate institucionalista neste momento se limitava a defender que as instituições internacionais eram capazes de influenciar na ação dos Estados (KEOHANE, 2009).

Outra produção importante neste período é a de Gilpin (1987) - *A Política Econômica das Relações Internacionais* – na qual este apresenta sob a denominação de ideologias, o marxismo, o liberalismo e o realismo¹⁸ a fim de expor as principais características de cada escola de pensamento, possibilitando o autor de traçar o seu argumento: a hegemonia¹⁹ de um Estado nas relações econômicas internacionais determina a estabilidade econômica através das regras e instituições criadas por este no intuito de “regular” os fluxos econômicos do status-quo. Destarte, a presença de um Estado *hegemon* é imprescindível para a manutenção do desenvolvimento econômico na economia política internacional. Além do reducionismo²⁰ dos problemas encontrados na economia política global em ambos os métodos, a opção de Gilpin (1987) em retratar as abordagens escolhidas na qualidade de simples visões compartilhadas sobre como funcionam a EPI demonstra que o *mainstream*²¹ das RI não reconhece a própria inserção das ideias geradas na construção da realidade. Oposto a isto, “elas também servem para constituir as ontologias básicas da economia política e informam as ações de indivíduos, grupos e classes, assim como as políticas de certos Estados” (GILL, 1990, p. 374).

A concepção ontológica das RI moldada pelo método positivista sofreu diversas e profundas contestações por teorias críticas que questionavam os pressupostos científicos do *mainstream* e as relações de poder mantidas por este (TOLEDO, 2011). Dentre as perspectivas pós-positivistas²² está a contribuição de Robert Cox (1981; 1983; 1987). A

que os ganhos relativos impedem a possibilidade de cooperação, ou a convergência de interesses na criação de instituições capazes de reduzir as ameaças e riscos sistêmicos (BALDWIN, 1986).

¹⁸ A denominação usada pelo autor para se referir originalmente é “neomercantilista” (GILPIN, 1987).

¹⁹ Hegemonia aqui possui uma abordagem semelhante ao neorealismo estrutural, referindo-se ao poder militar e os fluxos econômicos (GILL, 1990).

²⁰ Representando as “teorias resolução de problemas” (COX, 1981), o pensamento científico é projetado apenas para um único problema: restaurar a ordem sistêmica. O que, na época, significava solucionar os obstáculos para a liderança estadunidense.

²¹ Este termo é popularmente apresentado para relacionar as vertentes teóricas predominantes no campo das RI, as quais estão vinculadas à reificação das relações internacionais (LINKLATER, 1996; TICKNER, 2013).

²² Trata-se de perspectivas teóricas distintas, bastante relacionadas com discussões de outras áreas das Ciências

proposta de negação da naturalização dos fenômenos internacionais trouxe uma nova interpretação sobre a dinâmica das relações econômicas internacionais, repensando o papel desempenhado pelas instituições internacionais e a articulação de classes transnacionais. As suas contribuições abriram o espaço acadêmico para o debate sobre a Economia Política Global (COHEN, 2007; KEOHANE, 2009), aderindo a agenda temas pertinentes em relação ao Sul Global²³, região mais afetada pelo desenvolvimento desigual e combinado.

1.1. Gramsci e as Relações Internacionais

O conceito de “hegemonia” é recorrentemente citado na disciplina de RI, contudo, o seu significado pode ter variações e aplicações distintas (ROBINSON, 2005). A palavra é derivada da língua grega do substantivo *hegemon* – aquele que mostra o caminho - e do verbo *hegeisthai* – guiar/liderar (SANBONMATSU, 2001). Neste trabalho entendemos hegemonia em termos gramscianos, isto quer dizer que a expressão se refere ao momento em que um determinado grupo exerce o seu poder por intermédio de sua posição de dominante e dirigente na sociedade (ALVES, 2010). O entendimento da hegemonia no Estado ampliado (sociedade política mais sociedade civil) estende o espectro das forças sociais, contribuindo para o debate marxista acerca da reprodução dos privilégios da classe burguesa em seus níveis materiais e ideológicos (COUTINHO, 1999).

Portanto, além do monopólio da riqueza produzida na esfera econômica, e do controle das forças repressivas do aparato estatal, as desigualdades sociais são mantidas pela aliança subjetiva orgânica estabelecida pela classe dominante sobre outras frações de classe inferiores, de modo que “o grupo ou classe é capaz de formar seu próprio conhecimento particular e sistema de valores, e transformá-los em conceitos sobre o mundo universalmente aplicados” (FONTANA, 1993, p., apud SANBONMATSU, 2001, p.144). Trata-se de um projeto intelectual e moral favorável aos interesses da classe hegemônica refletidos na formação do senso comum, sustentado pelas diversas instituições (empresas, mídia, escolas, igrejas, etc.) que compõe a complexa rede da sociedade civil (ROBINSON, 2005).

Sociais, que apesar das especificidades epistemológicas encontradas entre elas, estas estão reunidas na não-aceitação do positivismo e motivaram o Terceiro Debate de RI (LAPID, 1989).

²³ O Sul Global é composto pelos Estados que estão à deriva dos processos de decisão econômicos e políticos na economia política global, os quais são coordenados principalmente pelos Estados que formam o Norte Global. Dessa maneira, esta divisão serve para evidenciar as características adquiridas pelo desenvolvimento desigual e combinado compartilhadas dentre os Estados destas duas regiões (MORTON, 2007).

O famoso artigo de Cox (1981) *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory* retoma este conceito de hegemonia para evidenciar a estreita relação da produção científica de RI com a manutenção dos problemas do cenário internacional. Além da crítica, neste mesmo artigo cabem recomendações de realizar pesquisas no campo internacional sem recair na “instrumentalização da razão”²⁴, buscando desse modo um conhecimento que fosse emancipador. Para tanto, (i) o positivismo não poderia seguir como reificador das relações internacionais, em contraposição o materialismo histórico seria capaz de compreender as forças sociais existentes na formação da Ordem Mundial. Junto a isto, (ii) a análise crítica deve levar em consideração que teoria e *práxis* estão inteiramente relacionadas na construção de nossa realidade, sendo assim possível por meio da razão crítica alterar na prática as barreiras impostas pelo poder.

Desta maneira, o marxismo deve ser colocado como ferramenta analítica em aberto, buscando a partir da crítica ao *status-quo* emancipar o sujeito através da *práxis*, ao invés de reificar a dominação existente, o que é importante reafirmar devido às experiências políticas e os rumos históricos e que a filosofia marxista tomou (BURNHAM, 1994; GAMBLE, 1999). Este processo dialético é melhor explicitado por Habermas nas seguintes palavras:

(...)Na controvérsia entre crítica e dogmatismo, a razão toma partido, obtendo uma vitória em cada nova etapa da emancipação. Em uma razão prática concebida desse modo, convergem o discernimento e o interesse manifesto em uma libertação pela reflexão. O estágio mais alto de reflexão é congruente com um progresso na autonomia dos indivíduos, com a eliminação do sofrimento e com a busca pela felicidade concreta. A razão em conflito com o dogmatismo assumiu decisivamente em si mesma esse interesse – ela não aliena de si o momento de decisão. Antes, as decisões dos sujeitos são avaliadas racionalmente com base naquela decisão objetiva que foi exigida pelo interesse da razão. A razão ainda não renunciou à vontade pelo racional (HABERMAS, 2013, p. 468).

A abordagem do materialismo histórico proposto por Cox para as RI advém, apesar de suas inovações, sobretudo dos conceitos de Gramsci sobre a articulação do capital nas sociedades ocidentais²⁵. Dessa maneira, a formação de blocos históricos e as hegemonias

²⁴ Refere-se a crítica da Escola de Frankfurt sobre como o projeto iluminista de emancipação do indivíduo por meio do conhecimento se degenerou na reprodução das relações sociais de dominação, uma vez que a ciência possui o seu direcionamento voltado apenas para o aperfeiçoamento tecnocientífico (HOKHAIMER, 2003).

²⁵ Gramsci (1975) elabora dois tipos de sociedade ao analisar as formas de Estado no desenvolvimento desigual e combinado de sua época: a sociedade oriental, na qual o poder da classe dominante se dá principalmente pelo controle dos aparelhos repressivos do aparato estatal; a sociedade ocidental, em que a burguesia exerce sua hegemonia no domínio da sociedade política, mas majoritariamente devido ao

exercidas no interior das sociedades do Estado-nação moderno no decorrer do desenvolvimento capitalista produzem forças sociais transnacionais que caracterizam as relações internacionais, bem como os fenômenos internacionais influenciam na formação da realidade doméstica, logo na forma dos Estados (COX, 1981, MORTON, 2013). Aqui cabe uma crítica a validade do termo dado a escola “neogramsciana” em si, já que as forças sociais internacionais sempre estiverem presentes nas análises de Gramsci, e, portanto, não há a necessidade de translocar o pensamento gramsciano “para fora”, o que parece ser proposto em alguns momentos por Cox (1981; 1983) (BIELER, BRUFF & MORTON, 2015). Ao mesmo tempo, a crítica serve para reforçar a viabilidade de Gramsci nas Relações Internacionais, visto que o uso de seu pensamento não demanda necessariamente de uma “tradução” (PASHA, 2008) para o internacional.

Na sua obra *Production, Power, and World Order: Social Forces in the making of History*, Cox (1987) trabalha extensivamente no detalhamento das mudanças que a forma de organização do capital sofreu no decorrer da história, desde a formação do Estado-nação. A partir de ciclos históricos de longa-duração de Braudel e uma tipologia weberiana, o autor demonstra como os EUA chegarem até a posição hegemônica nas relações econômicas internacionais, e contrapondo os teóricos da estabilidade se manteve na liderança da política internacional nos últimos anos, mesmo com as rupturas inerentes ao modelo capitalista e ameaças externas. Este último movimento recebe por Gramsci (2000) o nome de “revolução passiva”, o qual discutiremos a respeito.

1.1.1. De onde partimos? As fraturas do neoliberalismo na Ordem Mundial

Hobsbawm inicia a terceira parte de sua obra *Era dos Extremos* nos dizendo que: “A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrepecuravelmente” (2011, p. 393). A estabilidade política e econômica vivida na Era de Ouro do capitalismo no pós-guerra teve o seu esgotamento no decorrer da década de 70, no qual a crise de acumulação do capital

compartilhamento de valores e princípios favoráveis aos seus interesses na sociedade civil.

repercuteu também na legitimidade da liderança do bloco histórico internacional em manter as bases de sua reprodução. A organização político-econômica do Estado de Bem-estar Social²⁶ e o liberalismo embutido²⁷ na economia política internacional não podiam mais ser aplicados devido aos efeitos gerados pela superprodução e uma hegemonia internacional militarista. O desemprego que já vinha se alastrando desde o final da década de 60 se intensificou ainda mais com a elevada taxa de inflação que atingiu o Norte Global, esta colocava em declínio a sua margem de lucro e investimento (ARRIGHI, 1990). O orçamento do Estado não conseguia mais manter os benefícios sociais, salários mínimos altos e o controle da demanda agregada.

Os maiores financiadores deste regime na Europa Ocidental se encontravam em condições piores ainda, a economia estadunidense passava por uma “estaginflação”, isto é, a balança de pagamentos estava incrivelmente comprometida com a inflação de matérias-primas, sobretudo, o petróleo, além da recessão econômica devido ao elevado grau de concorrência na economia internacional. A crise do dólar abalou as regras do sistema financeiro internacional irreversivelmente, assim o “choque de Nixon” serve como símbolo para o desmantelamento do regime projetado anteriormente em Bretton Woods, e, por conseguinte, a reconfiguração da economia política global (MAGDOFF, 2009; ARRIGHI, 1990; EICHENGREEN, 1998). O caminho traçado pelas elites político-econômicas para a retomada do crescimento da taxa de lucros foi um conjunto de medidas econômicas e políticas conhecido como neoliberalismo²⁸. Este modelo foi, e ainda o é, o responsável pela eliminação mundial de todas as barreiras que haviam sobre a expansão das forças de mercado, o que significou a formação de um novo projeto de desenvolvimento capaz de reorganizar material e ideologicamente o espaço de produção capitalista, que iniciado minimamente no final dos anos 60 se consolida no decorrer dos anos 80, e na década de 90 assume total liderança nas forças sociais globais.

²⁶ Esta foi a forma de Estado adotado em partes pelos EUA, e em grande medida pela Europa Ocidental no período pós-guerra. As condições materiais da época promoveram a expansão do fordismo mundialmente, associado a este modo de produção esteve o acordo da social-democracia - firmado entre o mercado, a sociedade política e os sindicatos - para realinhar a atuação estatal em direção às práticas keynesianas (COX, 1996).

²⁷ Refere-se à abertura econômica engajada pelos Estados do centro capitalista nas relações econômicas internacionais, ao passo que estes mantinham políticas macroeconômicas heterodoxas no âmbito doméstico (RUGGIE, 1986).

²⁸ Cox (1987) em seus trabalhos denomina este projeto enquanto hiperliberalismo, já neoliberalismo em sua obra assume o que chamamos neste trabalho de Estado de Bem-estar Social.

Os gastos sociais e macroeconômicos praticados pelo modelo anterior foram extremamente reduzidos com a nova forma de Estado, na qual este passa a adotar uma postura essencial para a aplicação da entrada da concorrência do mercado nos setores públicos, e, portanto, de novos ambientes para a acumulação de riqueza, além das medidas monetárias a serem tomadas para possibilitar a flexibilidade financeira necessária na (des)regulação dos fluxos financeiros e comerciais defendidos na economia política global (COX, 1987; 1994; GILL, 2008, MORTON, 2007). No caso da América Latina, o Consenso de Washington²⁹ representa bem qual é o caminho colocado pelo capital transnacional à região.

O início deste processo é verificado por Cox como a “internacionalização da produção” (COX, 1981, p.) em que a transnacionalização do capital ocorre em larga escala com a expansão de multinacionais na cadeia produtiva internacional através do financiamento de bancos privados, as quais fragmentam o processo de produção e se movem para a região do Sul Global em busca dos recursos proporcionados pelos Estados periféricos: mercado consumidor, mão-de-obra, matéria-prima, além de impostos inferiores. Harvey (1992, 2004) defende que a lógica capitalista permanece intacta, o que se transforma é a expansão do capital dentro da forma financeira, possibilitando uma acumulação flexível. É criado cada vez mais capital fictício para manter elevada a taxa de lucro, o que relativiza o tempo, considerando que o financiamento é dado às multinacionais e com isso ainda que não exista capital bruto para a mundialização da empresa isto se torna possível com os investimentos bancários. Ademais, o espaço também não é mais fixo, já que a busca por condições mais apropriadas de lucro promove um desligamento territorial em prol de um espaço global capitalizado.

A acumulação primitiva presente desde o nascimento do capitalismo persiste nos dias atuais, denominada pelo autor como espoliação, porém de maneiras distintas, sendo a sua forma mais comum o sistema de créditos. Neste sentido, a financeirização atual da economia promove uma elevada rentabilidade dos organismos financeiros e consequentemente a precarização das forças de trabalho ao se despregar da economia real, ou seja, a espoliação.

²⁹ O Consenso de Washington se trata de um pacote de medidas neoliberais elaboradas na capital dos Estados Unidos em novembro de 1989 com o objetivo de solucionar os problemas macroeconômicos encontrados na região da América Latina. Para a sua formulação estiverem presentes funcionários públicos dos EUA, de organizações financeiras internacionais e economistas latino-americanos (BATISTA, 1994).

A Produção Interna Bruta (PIB) que muitas vezes é utilizada para auferir a riqueza interna do país passa a ser um índice simbólico, visto que o valor gerado é transferido para outros centros econômicos, e o mesmo se dá no cotidiano com a compra de casas, e carros, por exemplo, uma vez que o ciclo financeiro gerado tornará o produto mais caro do que ele realmente é (HARVEY, 1992)

Tal reorganização alcança projeção global quando a liberal democracia, passaporte para o neoliberalismo, torna-se o regime político hegemônico. Em conjunto com os desenvolvimentos tecnológicos, os quais intensificaram ainda mais os fluxos e redes criados entre as fronteiras estatais, a economia política internacional ganha cada vez mais o caráter global. Os espaços da organização econômica mundial, aquele em que se dá as relações de produção e a geração das forças sociais locais e mundiais desconstrói a imagem do Estado como uma zona fechada ao externo. A este momento de intensificação dos processos políticos e econômico nas relações internacionais daremos o nome de globalização (COX, 1999, GILL, 2008, IANNI, 1994; MORTON, 2007).

O discurso da globalização enquanto fenômeno inevitável dos elevados fluxos de capital e comunicação serve para legitimar as práticas neoliberais voltadas para a abertura dos mercados nacionais e a ausência declarada do Estados na administração de setores sociais e públicos. Deste modo, entendendo a relação nodal das forças locais e globais na formação da realidade doméstica (Estado) e internacional (Ordem Mundial) no desenvolvimento desigual e combinado da globalização é possível percebermos qual classe mais se beneficia/prejudica com as políticas adotadas e os principais mecanismos nas relações internacionais e nacionais adotados neste processo. Assim, “aqui formação e conflito de classe mediam entre a produção da economia mundial e o sistema interestatal. As classes (...) possuem suas origens em sociedades nacionais, mas formam links entre as fronteiras que separam as sociedades nacionais” (COX, 1987, p. 357). A Classe Capitalista Transnacional e as Organizações Internacionais (OIs) - principalmente as econômicas – estiveram inter-relacionados e ativos diretamente na construção deste bloco histórico que se formava.

Tabela 1: Formas de Estado de acordo com Cox na divisão heartland/contender

Era	Heartland lockeano	Contenders hobbesianos
Século XVIII e XIX	Estado Liberal (Grã-Bretanha) Estado Liberal Instrumental (EUA)	Estado Bonapartista (França)
Fim do século XIX até início do século XX	Estado Nacionalista de Bem-estar (Grã-Bretanha)	Estado Nacionalista de Bem-estar (Prússia e Alemanha) Estado Fascista (Potências do Eixo)
Meados do século XX	Estado Corporativo Liberal (EUA/Bloco Atlântico Norte)	Estado Redistributivo Centralizado (Bloco Soviético) Estado Cartel (Sul Europeu/Ditaduras Americanas) Estado Desenvolvimentista Neo-mercantilista (Estados do Terceiro Mundo de industrialização tardia)
Fim do século XX	Estado Hiperliberal (Modelo Thatcher/Reagan)	

Fonte: VAN DER PIJL, 1997, p. 122, tradução nossa.

Contudo, isto não quer dizer, por exemplo, que a CCT se originou neste mesmo período, sendo causa/efeito do próprio processo de crise capitalista. Através do estudo histórico realizado por Kes van der Pijl (1979, 1997) entendemos o desenvolvimento das redes estabelecidas por esta classe, bem como as pressões realizadas sobre elas, até chegar ao seu apogeu na EPG. Retomando desde o início da formação do sistema interestatal, o autor caracteriza dois tipos ideais de formas de Estado em que podemos inserir as tipologias coxianas: (i) *Contenders* hobbesianos, para indicar o modelo mercantilista fechado e com a gerência estatal plena nos setores doméstico; (ii) *Heartland* lockeano, em referência ao modelo inglês pós-revolução gloriosa, no qual o Estado garantia os direitos de propriedade

privada e permitia a reprodução dos interesses da sociedade civil. Por meio das influências ideológicas (religião, partidos, etc.) e materiais (necessidade de exportação, abertura comercial) nas relações internacionais o autor demonstra a construção orgânica de sua condição de classe. Dentro do modelo de Bem-estar Social essa classe já apresentava predominância política internamente nos Estados do Norte Global, porém o bloco histórico transnacional só se consolida quando temos a cristalização de sua situação de dirigente/dominante na emergência do neoliberalismo, e na vasta “nebulosa” (COX, 1996) de redes e instituições internacionais formadas por atores nacionais e subnacionais.

Gill (1995) nos aponta para o que ele chama de “novo constitucionalismo”, referindo-se a hegemonia dos termos de rendimento e eficiência sob a lógica neoliberal na governança global. O capitalismo transnacional se solidificando no núcleo orgânico capitalista teve as bases necessárias para reproduzir seus interesses globalmente, através do domínio do aparelho do Estado ocorre a “normatização” das principais OIs da EPI. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram utilizados como importantes ferramentas para a consagração da retomada de investimentos no núcleo orgânico, ainda que isto representasse a exclusão de todo o resto do mundo no direcionamento das relações econômicas internacionais. O que se vê em curso são estes organismos fornecendo créditos e auxílios financeiros para os Estados que seguirem à risca a cartilha neoliberal.

O que se vê então é um “neoliberalismo disciplinador”, uma forma de panoptismo³⁰ responsável por moldar e vigiar o espaço global para a perfeita aplicação da espoliação, eliminando as possibilidades de políticas macroeconômicas distintas a fim de garantir a plena aplicação dos cálculos matemáticos e evitar possíveis “distúrbios” do sistema monetário internacional (COX, 1996, GILL, 2008). Encontramo-nos, então, no domínio da “civilização de mercado”, que de acordo com Gill:

(...) envolve padrões de desintegração social e padrões de relações sociais hierárquicas, excludentes e particulares (...) ela tende a gerar uma perspectiva do mundo que é ahistórica, economicista, materialista, eu-orientada, de curta duração e míope ecologicamente. Enquanto a governança dessa civilização de mercado é primeiramente capturada pelo discurso do neoliberalismo globalizante e expressada através da interação de livres empresas e o Estado, sua coordenação é alcançada por meio da combinação de disciplina de mercado poder político direto (GILL, 1995, p. 407).

³⁰ Panoptismo é um conceito cunhado por Foucault (1996) para demonstrar como o indivíduo é observado pelo poder por inúmeros anglos a fim de controle e padronização dos corpos.

Um dos aspectos da “civilização de mercado” é a total marginalização do “outro”, seja este indivíduo, grupo, ou Estado, no processo de decisão frente ao “novo constitucionalismo”. Enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC) segue reduzindo os conflitos entre a classe capitalista transnacional na economia internacional, e reproduzindo o consenso³¹ sobre as demais, o mesmo não poder ser dito sobre sua eficiência na redução das desigualdades econômicas. O plano deste órgão para a agricultura, por exemplo, é bastante evidente: a reforma agrária deve ser obtida através das vendas de terras não utilizadas, ou pouco eficientes, para aquele que apresentar as melhores condições econômicas de produção, através do financiamento de bancos privados (BORRAS, 2004), mais um processo de espoliação. O objetivo de tal modelo é fornecer a inserção adequada da economia local no cenário internacional a partir da especialização e modernização produtiva, mas intensifica a política de concentração de terras das regiões periféricas (COX, 1999). Diversos movimentos sociais eclodem ao redor do globo como resposta à mercantilização da terra no discurso e prática neoliberal, o zapatismo no sul do Estado mexicano é um deles. (VELTMEYER, 1997).

1.1.2. A revolução passiva nas RI

Apesar de podermos observar as tendências das forças sociais globais na formação da Ordem Mundial, os resultados encontrados localmente são distintos devido as especificidades regionais. Assim como em Americanismo e Fordismo, quando Gramsci (1975) analisa os impactos que a entrada do modo de produção fordista acarretava sobre a organização social italiana e de outros países. Ele diz que

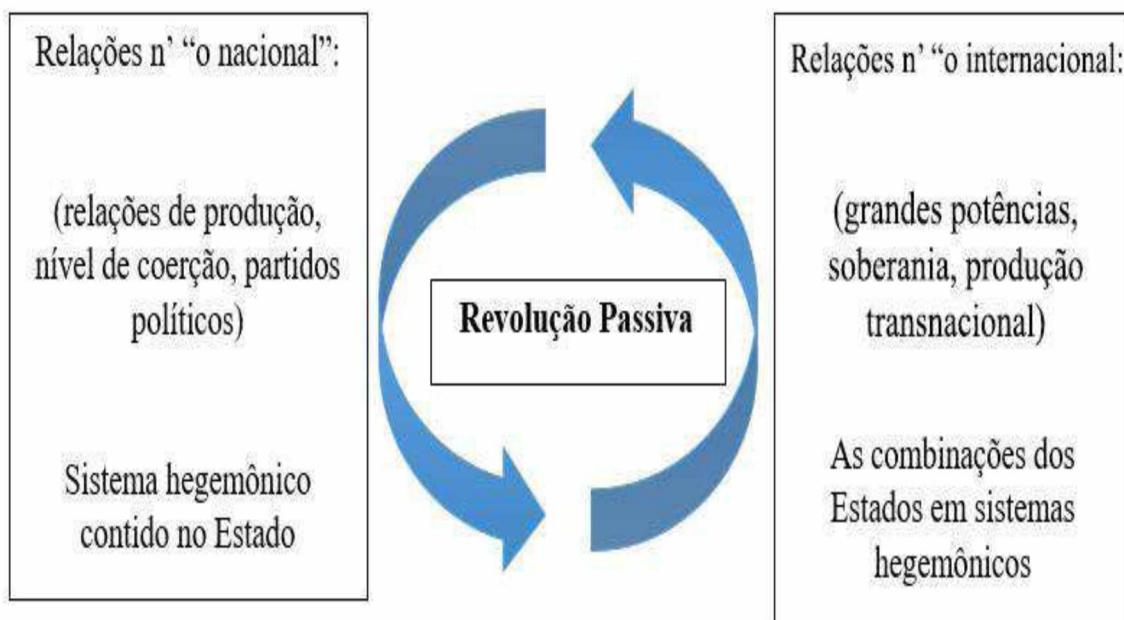
Existe uma revolução passiva envolvida no fato que (...) relativamente modificações de longo alcance estão sendo introduzidas na estrutura econômica do país (...) em competição com as formações mais avançadas industrialmente que monopolizam matérias-primas e tem acumulado montante massivo de capital (GRAMSCI, 1975, p. 119-120, apud BIELER, BRUFF & MORTON, 2015, p. 143).

Semelhantemente, a industrialização recente de cima para baixo do Sul Global - aliada ao “novo constitucionalismo” - provoca alterações estruturais nas formas dos Estados

³¹ Mesmo com as novas estratégias de negociação formadas pelos Estados do Sul Global liderados pelo Brasil e Índia (NARLIKAR, 2003), a relação comercial dos produtos agrícolas continua como uma pauta marginalizada na agenda da OMC. Chang (2006) demonstra que a omissão das decisões da OMC acerca das pautas primordiais para os Estados do Sul, como a agrícola, fortalece o baixo grau de desenvolvimento econômico da região.

quando contraposta com as forças sociais domésticas. As condições de inserção nas relações econômicas internacionais se tornam bastante limitadas, isto porque a classe hegemônica interna desses Estados busca a obtenção dos seus interesses a partir do espaço marginal colocado pelo centro detentor do domínio tecnológico e científico (GILL, 2008). O resultado é a formação de Estados oriundos de revoluções passivas bem distantes da realidade social (MORTON, 2007; 2013). Isto se dá porque a sociedade política doméstica ao passo que busca manter as suas bases de dominação tradicionais é também adequada de acordo com a disciplina da hegemonia transnacional através do neoliberalismo. A configuração da região são regimes autoritários ou democracias pouco representativas, modelos capazes de seguir com a modernização/industrialização do Sul na nova divisão internacional do trabalho sem comprometer a “estabilidade” do sistema (COX, 1987; 1999, MORTON, 2007). É relevante relembrarmos que além do consenso ideológico reproduzido nas instituições internacionais, a hegemonia, assim como na análise nacional-popular de Gramsci, possui também o domínio bélico e coercitivo. Portanto, a capacidade repressiva exercida pelo Norte Global, sobretudo os EUA, evidencia-se quando algum Estado periférico, de fato, desafia a lógica do “novo constitucionalismo” (GILL, 1995; HARVEY, 2004).

Figura 1: Relações geopolíticas e “O Internacional”



Fonte: MORTON, 2007, p. 150, tradução nossa.

Na abordagem de Morton (2007), apresentada na Figura 1, a revolução passiva envolve tanto um processo internacional, quanto nacional. A forma do Estado é influenciada pelas suas forças sociais internas em contato com as forças sociais das relações internacionais. A partir do movimento dialético entre as duas forças, ocorre a estabilização hegemônica ou a sua contestação dentro do Estado. É importante ressaltar este processo, posto que algumas interpretações da hegemonia no âmbito global negligenciam o papel dos atores nacionais na difusão/contenção de determinado bloco histórico transnacional. Essa lente de análise poderia nos levar a cometer alguns equívocos, como, por exemplo, considerar os Estados do Sul Global enquanto meros receptores da agenda neoliberal, reduzindo a complexa relação interestatal a um “cinturão de transmissão”. A classe hegemônica local também é bastante ativa nesse processo, bem como a resistência à aplicação da agenda nacionalmente.

Mas a revolução passiva não se restringe a isso, o conceito aparece diversos momentos na obra de Gramsci (2000), e não possui uma definição estática do que seja. O autor recorre a este conceito principalmente para explicar as mudanças históricas, que não provocaram mudanças estruturais. Algumas alterações podem ter sido feitas, mas o *status-quo*, isto é, as relações de dominação permanecem. Numa perspectiva de restauração/revolução, Gramsci relata que existe uma revolução passiva quando:

1. Existe uma revolução sem a participação das massas, geralmente provocada ou liderada por forças externas;
2. Existe uma transformação social lenta, capilar ou ‘molecular’, de modo que as forças de classe emergentes devem avançar cuidadosamente, sorrateiramente e devagar (GILL, 2008, p. 62).

Além disso, para os estudos de Relações Internacionais a revolução passiva aparece como algo frutífero para compreender os movimentos “revolucionários” da economia política internacional que na verdade acabam causando mudanças moleculares na arquitetura internacional. Por exemplo, Ramos (2007) analisa a partir dessa perspectiva como o G-20 - resultado da expansão do G-7/8 com a entrada de países do Sul Global - reifica o *status-quo* neoliberal. O que poderia ser algo positivo para a redução das desigualdades da Ordem Mundial acaba endossando as mesmas políticas do grupo anterior. Porém, agora de forma mais legitimada por meio da participação de Estados marginalizados.

Iniciamos o capítulo nos referindo à crise orgânica pela qual passa a governança global, grande parte das suas causas são as fraturas representativas e materiais impostas por este modelo de desenvolvimento desigual e combinado articulado pela disciplina neoliberal.

Gill (2008) diz que este momento se trata de uma “tríplice crise”, isto é, ela se dá em três níveis mutualmente:

1) o ‘econômico’, que inclui a reestruturação da produção, das finanças e do comércio global, o qual põe em questão modos anteriores de negociação e formas de organização econômica; 2) o ‘político’, implicando mudanças institucionais que incluem novas formas de Estado, a internacionalização, a transnacionalização e certamente a globalização do Estado (...) e 3) o ‘sociocultural’, ou seja, o modo de reestruturação global dos níveis político e econômico implica também, em parte, a contestação de conjuntos de inter-relacionados de estruturas, ideias e práticas sociais, promovendo, dessa forma, possibilidades de mudança, mas ao mesmo tempo, restringindo-as (GILL, 2007, p. 52).

É na terceira crise, especialmente, que iremos realizar esforços para contribuir na compreensão dos problemas enfrentados na globalização. A análise da situação caótica vivenciada pela esquerda neste momento deve ser avaliada a fim de entendermos possíveis formas emancipatórias de resistência às forças sociais globais da civilização de mercado.

1.2. A distopia da não-luta de classes

Nesta seção do capítulo pretendemos por meio do conceito de revolução passiva evidenciar como as mudanças adquiridas com as transformações do capital nas relações sociais serviram mais para confundir intelectualmente uma estratégia emancipatória, do que, de fato, melhorar o equilíbrio de forças a favor dos subalternos, ou seja, aprimorar a *práxis* da ação coletiva contra-hegemônica. Passaremos assim por três pontos, primeiro (i) a virada sociológica, na qual as visões materialistas - supostamente “economicistas” - foram dispensadas para uma reinterpretação da subjetividade dos indivíduos, ou dos “novos movimentos sociais”; (iii) o progresso tecnológico e científico que impactaram consideravelmente a forma das relações sociais; e (ii) a viabilidade de unidade da resistência.

Uma das explicações para a desarticulação da classe trabalhadora no cenário internacional é a sua fragmentação em relação ao que parecia ser bem sólido em outras épocas. A cadeia produtiva transnacional na Era da Informação proporcionou modos de produção, consequentemente, relações de produção que se distanciam do binarismo burguesia/proletário. Cox (1999) nos fornece três abrangentes categorias para pensarmos a

inserção dos trabalhadores nas EPG, são estas: os (i) “integrados” ao gerenciamento do processo de internacionalização da produção, estes são os que “tomam das decisões a respeito do que é produzido, aonde e para quem (...) eles mantêm o aparato produtivo (...) estipulam o enquadramento administrativo e propagam a ideologia da globalização” (COX, 1999, p. 9); os trabalhadores (ii) “precários” menos capacitados e facilmente substituíveis, os quais estão “alocados aonde o mercado oferece os menores custos trabalhistas, a maior flexibilidade no uso do trabalho, isto é, a menor proteção dos direitos do trabalho, e o mais fraco controle do meio-ambiente” (COX, 1999, p. 9); por fim, os (iii) “excluídos” da cadeia produtiva, compostos por “desempregados e pequenas empresas de baixa tecnologia nos países mais ricos e uma grande parte da população marginalizada dos países pobres” (COX, 1999, p. 9).

Ao mesmo passo que temos a divisão internacional do trabalho reconfigurando cada vez mais o espaço geográfico da produção capitalista, as principais bases de organização dos trabalhadores, os sindicatos, por exemplo, perdem a força que um dia tiveram para contrapor os interesses da classe dominante/dirigente. O corporativismo fez da luta estratégica uma simples questão de curto-prazo no Estado de Bem-estar Social, e a esquerda se satisfez com as garantias e serviços sociais promovidos no modelo tripartite (COX, 1987, 1996, 1999; SANBONMATSU, 2001). Cabe relembramos o *Beyond One Dimensional Man* de Hebert Marcuse (1964) na época de ouro do capitalismo pós-guerra, na qual a sociedade se demonstrava algo próximo à coesão dos Estados totalitários com os trabalhadores integralmente cooptados ao *status-quo*. Entretanto, bastou o desalinhamento da taxa de lucros para que tudo isso mostrasse a sua fragilidade, e a esquerda, agora encerralada politicamente/estrategicamente não conseguira entender sua situação, muito menos como sair dela.

1.2.1. A interseccionalidade da luta de classes

O arrocho econômico na imagem do neoliberalismo - que começa a ganhar forma no final dos anos 60 – é acompanhado por diversas manifestações contrárias às forças sociais estabilizadoras da sociedade tripartite (COX, 1987; MARCUSE, 2001). Temos a emergência do movimento estudantil no núcleo capitalista, e junto com ele a contestação da moral

perpetuada pelo “homem unidimensional”³². Enquanto Adorno (1973) se mostrava bastante cético a respeito da possibilidade de revolução no interior do NOC, Marcuse (1969; 1999) já acreditava no potencial das forças questionadoras da sociedade capitalista. O autor vivencia aquilo que chamou de “A Grande Recusa”³³, e passa a entender a necessidade praticamente “biológica” de superarmos as barreiras não apenas materiais, mas também culturais da sociedade capitalista a fim de nos libertarmos do controle do capital nos diversos aspectos de nossas relações sociais. Diferente de grande parte dos marxistas naquele momento, Marcuse (1969) reconhece as características críticas do movimento e se debruça sobre ele em busca de compreender como a artificialidade das relações reificadas pelo capital poderiam ser superadas com os novos princípios e moral colocados pelos estudantes.

Presenciamos então a emergência da “Nova Esquerda”, na qual a organização estratégica em torno do partido político para a reavaliação do Estado deixa de ser o rumo da ação coletiva, passa-se a encarar a dissidência como algo espontâneo e espiral. Acerca disso, Marcuse nos diz:

A esquerda sempre esteve dividia. Só a direita, que não precisa lutar por nenhuma ideia, está unida. [...] a Nova Esquerda é hoje a nossa única esperança. Ela tem como tarefa preparar-se, no pensamento e na ação, moral e politicamente, para o momento em que os conflitos inerentes ao capitalismo corporativo rompam sua coesão repressiva e se abra uma fenda na qual o verdadeiro trabalho pelo socialismo libertário possa começar” (MARCUSE, 1999, p. 85)

Mesmo com tamanho entusiasmo inicial, Marcuse logo depois também se dedicou a refletir sobre os limites deste movimento não consistir da ação organizada das massas, fragmentadas ou não. Diz ele:

(...) os objetivos radicais, bem como a estratégia radical [da Nova Esquerda] estão confinados a pequenos grupos minoritários, classe média mais do que proletariado em sua composição; enquanto grande parte da classe trabalhadora tem se tornado uma classe da sociedade burguesa. (...) O mais alto estágio de desenvolvimento capitalista corresponde, nos países capitalistas avançados, a um potencial revolucionário baixo (MARCUSE, 1999, pp. 4 - 5).

A Nova Esquerda caminhou na tentativa de relatar a dissolução das classes precisas dos autores modernos, e da relevância da subjetividade no processo social da ação coletiva.

³² A rigidez social decorrente da social-democracia formou uma sociedade unidimensional, isto é, fora ceifada toda a subjetividade e possibilidade da agência/criação do sujeito dada a estratificação do poder sobre todo o comportamento humano (MARCUSE, 2013).

³³ Refere-se ao questionamento de todos os valores e normas que acompanham o modo de vida e organização política burguesa, este adquirido através de uma “nova sensibilidade” em relação ao ambiente (MARCUSE, 1969).

Estas questões deram corpo àquilo que ficou amplamente conhecido enquanto pós-modernidade³⁴, ou seja, trata-se do rompimento com as características primordiais que marcavam a vida social durante a modernidade. Neste sentido, as abordagens que analisavam o espaço social por meio das condições materiais, por exemplo, o marxismo, foram colocadas como ultrapassadas, uma vez que as bases econômicas para a leitura da realidade da sociedade ficaram para trás junto com as grandes narrativas modernas (LYOTARD, 1998). A maturidade do sujeito pós-moderno, ou pós-industrial, é tal que apenas a sua subjetividade é capaz de guiar a articulação deste no espectro político (TOURAINE, 1971). A sociedade estaria num processo classificado por Elias (1991) de individualização, ou uma “sociedade de indivíduos”, o que dificulta a formação de reações populares e de massa devido ao elevado nível de consagração do “Eu” frente ao “Nós”, de modo que a pauta passa ser determinada através da autorealização (GIDDENS, 2000). Tudo isso dentro de um sistema marcado pela oferta de serviços, e não mais a realidade sólida das fábricas que compunha o proletário (BAUMAN, 1998). Com o advento da individualização dos indivíduos, as demandas da sociedade deixam de ser encaradas no plano macro para obter a realização de interesses que satisfaçam a auto realização.

No cenário pós-moderno de reorientação dos indivíduos para a construção dos interesses voltados para o presente e imediato (JAMESON, 1991), a identidade passar a ser a principal variável de análise sobre os “novos” movimentos sociais³⁵, esta constituída no espaço da articulação política/cultural, e não dos elementos objetivos da sociedade, como é o espaço econômico. Logo, a identificação das opressões é tratada de modos específicos, localizada e não mais relacionada à situação “universal” de luta de classes, uma vez que o fenômeno em si seria resultado do reducionismo economicista marxista e sua essencialização da classe trabalhadora no projeto revolucionário socialista (TOURAINE, 1971). A desilusão com um processo revolucionário – no sentido de transformação das bases históricas de dominação – guia estas demandas para um modelo de radicalização democrática a fim de que os direitos dos grupos excluídos do *status-quo* sejam absorvidos

³⁴ A tarefa realizada aqui é em suma bastante problemática, porque os autores que contribuíram para o entendimento da pós-modernidade não compartilham exatamente das mesmas premissas. Porém, é possível minimamente traçar características e elementos principais deste movimento, o que nos auxilia na compreensão das transformações da época.

³⁵ Com os questionamentos a respeito do protagonismo da classe trabalhadora na luta pela supressão da dominação, a esquerda passa a pautar na sua agenda outros grupos sociais com exigências que não se encontram necessariamente no campo econômico, por exemplo, o movimento LGBTQ, feminista, negro e indígena (LACLAU & MOUFFE, 1987).

por este mesmo *status-quo* (VELTMEYER, 1997).

Coloquemos desse modo o sentido de revolução passiva para reavaliar a estratégia da Nova Esquerda. O que nos parece ser importante no progresso das lutas sociais - a construção da identidade dos subalternos, e a necessidade de se pensar a resistência para além do espaço da sociedade política – aparece como mantenedor da dominação cultural/ideológica e material (agora esquecida). Primeiro, apesar da perspectiva pós-moderna traçar um cenário bem próximo da sociedade ocidental baseada em troca de serviços do modelo pós-fordista, ela ignora completamente o processo de desenvolvimento desigual e combinado sustentado na encomia política global. O fordismo pode ter mudado de espaço, mas não desapareceu, principalmente no norte do México com as maquiladoras do capital transnacional. Ignorar este fato e colocá-lo como ultrapassado significa desconsiderar importantes características para a configuração do Sul Global (VELTMEYER, 1997). Segundo, lembremos o que é classe. Kes van der Pijl (1979) coloca que:

(...) o conceito de classe, entendido como uma agência social logicamente anterior às estruturas globais, como o sistema de estados e a ‘economia mundial’ (...) deriva da noção de exploração. Por toda a história, a interação da sociedade com a natureza tem sido mediada pela apropriação do trabalho não-pago. Desde que os beneficiários têm solicitado irredutivelmente consolidar seu acesso privilegiado à riqueza da sociedade e da natureza através de meios de poder simbólicos e materiais, nós podemos falar de classes dominantes e subordinadas. A origem delas em alguma estrutura de exploração define a relação mútua de classes como uma de luta. Neste sentido, qualquer avanço no nível de controle das forças da natureza através da criação de novas oportunidades de apropriação do trabalho não-pago, necessariamente desenvolve por meio da restruturação da configuração de classes existentes (1997, p. 119)

O que torna a identidade de classe distinta das outras identidades é justamente a sua relação de desigualdade e de poder intrínseca ao seu próprio conceito. Isso não quer dizer que não existam identidades para além da de classe nessa situação de dominante/dominado, mas se buscamos uma democracia plena, na qual as diversidades culturais, sexuais, de gênero e de etnia possam ser respeitadas, nós devemos levar em conta também a destruição do sistema de classe, pois diferentes das demais, não podemos celebrar a “diferença de classes” (WOOD, 1995a; WOLF, 2005). O que vemos então são as “políticas de identidade” negligenciando a inserção dos indivíduos no modelo de produção capitalista, como se apenas aceitação de determinada identidade pelo poder fosse capaz de emancipá-la. “Embora a exploração de classe seja constitutiva do capitalismo, como desigualdades sexuais ou de raça não são, o capitalismo sujeita todas relações às suas necessidades”

(WOOD, 1995b, p. 259).

Novamente, a identidade cultural é um fator extremamente relevante para entendermos os abusos hegemônicos em nossa sociedade, e como a opressão se manifesta de distintas formas subjetivas sobre o subalterno, para além do campo econômico (HALL, 1986). O que problematizamos nesse trabalho é o seu uso de maneira não-crítica, sem repensar nas armadilhas que ela mesma nos impõe enquanto modo de ação coletiva, visto que o capital pode “cooptar e reforçar as desigualdades e opressões que ele não cria e adaptá-las aos interesses de exploração de classe” (WOOD, 1995b, p. 259). Isto ficará evidente mais adiante quando adentramos no mundo zapatista. Portanto, quando pensamos em uma estratégia de esquerda progressista para superar o novo constitucionalismo e a civilização de mercado baseada na negação do fetichismo nas relações sociais de produção através de uma prática anticapitalista e um reforma moral também estamos nos preocupando com a destruição do patriarcado e a formação de um “bom-senso” humanista, ou seja, com os bens não-econômicos.

A análise de Foucault (2008) do modelo de governamentalidade³⁶ lança luz sobre os dispositivos contemporâneos de controle sobre os indivíduos. De acordo com o autor, o sujeito é encarado como *responsive* às políticas adotadas, e para isso o *homo oeconomicus*³⁷ se torna a leitura de todas as relações sociais. O desencantamento político promove a supressão antropológica do indivíduo, de modo que o cálculo econômico passa a ser a única regra utilizada pelo poder. Boltanski & Chiapello (2009) demonstram através da análise do discurso dos manuais de gestão empresarial o grau de concorrência criado no ambiente neoliberal, elevando o nível de incerteza das previsões sobre as decisões futuras, ou seja, um cenário caótico de mudança permanente inerente à civilização de mercado. Dessa maneira, podemos dizer que a criação de grupos identitários únicos gerada pelo discurso da diferença não ameaça estruturalmente o plano de gestão neoliberal, ao contrário, serve como uma nova tecnologia governamental ao possibilitar as regras do jogo de serem jogadas, isto é, a manutenção da ordem caótica no neoliberalismo. Os recortes da sociedade a partir das definições identitárias reforçam as cisões sociais, o que facilita o cálculo do poder no

³⁶ O termo é cunhado por Foucault (2008) para se referir a lógica da dominação pelo poder, isto é, como as relações sociais são moldadas no intuito de não saírem do padrão, ou normalidade.

³⁷ *Homo oeconomicus* é a animalização do ser humano, uma vez que a sua subjetividade é suprimida em prol do caráter sistêmico das reações humanas. Desse modo, as ações humanas são observadas a partir da lógica de maximização dos prazeres e minimização dos riscos (FOUCAULT, 2008).

controle da sociedade e os seus “guetos”. Por isto a ideia pós-moderna de movimentos sociais voltados apenas para a articulação baseada na identidade parece problemática, posto que a otimização desta ferramenta de resistência perde a sua capacidade desafiadora e se mostra como aliada às desigualdades já existentes, expandindo inconscientemente as variáveis do mesmo jogo.

Nas RI, o debate sociológico sobre a construção das identidades estimula a problematização do interesse nacional “único” adotado pelas perspectivas positivistas (SMITH, 1996). Contudo, grande parte da produção construtivista foi cooptada na reificação do *status-quo*, uma vez que o direcionamento passa a ser semelhante ao das “teorias de resolução de problemas” (WEBER, 2014). A consagração/restauração da identidade acontece em especial através do trabalho de Alexander Wendt (1992; 1999). A contribuição do autor na desmistificação da anarquia enquanto pressuposto para o cenário hobessiano nas relações internacionais consolidou uma nova agenda de pesquisa no campo. No entanto, o autor corroborou para a manutenção da visão *mainstream* estadocêntrica através do método estruturalista para o entendimento da identidade na política internacional, na qual o “sistema internacional” é quase tão estático quanto aquele proposto por Waltz (1979). Em sua abordagem:

Wendt se contenta em brevemente mencionar potenciais influências de atores não-estatais, então segue ignorando estes atores na construção da teoria dele (...) nós vemos que é efetivamente as interações sociais dos estados, apenas, que contribuem para a formação das estruturas sociais; estas estruturas, por sua vez, condicionam as maneiras pelas quais os estados percebem e se comportam em relação uns aos outros (HINTS, 2006. pp. 18 -19)

Acreditamos que o maior avanço advindo das teorias pós-positivistas foi a expansão da ontologia do campo das RI. O entendimento da construção da política global necessita passar pelos atores internos aos Estados, aonde de fato se dá as relações sociais, para observarmos os efeitos da interação entre as forças sociais locais e globais a partir de uma concepção pós-vestifaliana³⁸ do Estado. Portanto, questões acerca das organizações políticas e sociais que ocorrem intraestatalmente – nacionais ou transnacionais - no sistema interestatal devem ser consideradas nas políticas adotadas pelos Estados, o que nos leva a

³⁸ Cox (1993) utiliza o termo para criticar a visão vestifaliana da soberania do Estado. A globalização tem alterado os níveis de autoridade nas relações internacionais, de modo que “estruturas de autoridade compõem não apenas um, mas ao menos 3 níveis: o nível macro-regional; o nível do antigo Estado (ou Vestifaliano); e o nível micro-regional” (COX, 1993, p. 263).

discutir sobre as redes.

1.2.2. Redes e as novas tecnologias de comunicação no movimento da história

Outro elemento importante da contemporaneidade na análise da possível forma de organização da esquerda é a sua relação com as novas tecnologias de comunicação, as quais contribuíram para a proliferação das redes. Contudo, como veremos, em vez de expandir o conhecimento sobre as possibilidades de organização que desafiem a lógica de dominação hegemônica, os estudos sobre estas ferramentas tendem a naturalizá-las como fenômeno da globalização, o que acarreta a sua distorção dentro da conjuntura histórica, ou a total exclusão de suas capacidades aliadas a organizações emancipatórias. As redes não possuem uma definição muito objetiva, mas podem ser classificadas como um conjunto de indivíduos que compartilham determinados interesses e informações, e agem em coletivo para alcançar os seus objetivos (HALL & TAYLOR, 2003).

Esta definição imprecisa denota justamente o baixo grau de institucionalização existente dentro das redes, o que pode ser sua principal característica, uma vez que isto irá evidenciar as limitações e benefícios proporcionados pelas redes. A emergência de estudos sobre este objeto a partir dos 90 está diretamente ligada com a expansão da internet para além dos domínios tecnológicos dos Estados³⁹ (CASTELLS, 1999). A “popularização”⁴⁰ desta ferramenta tecnológica possibilitou a criação de um novo espaço virtual de relacionamento social capaz de relativizar o tempo e o espaço. As barreiras geográficas das fronteiras foram reduzidas pela interconectividade promovidas por elas (DIJK, 2006). Contudo, como estudar o processo de formação das redes? As redes participam da esfera internacional de qual modo? Quais os objetivos almejados por elas? Semelhante ao institucionalismo, essas perguntas motivaram diversos pesquisadores de maneiras bastante distintas.

A teoria da (i) governabilidade aponta, assim como o neoinstitucionalismo, a

³⁹ Castells (1999) em suas investigações acerca das redes nos mostra como o desenvolvimento em P&D fortemente financiado pelo aparato estatal, principalmente dos EUA, antes mesmo da crise da década de 70 foi difundido posteriormente no modelo de produção em redes globalmente.

⁴⁰ Apesar da expansão de usuários da internet, é importante ressaltar também a divisão digital gerada por ela, em que muitos indivíduos não possuem acesso ao ciberespaço (TILLY, 2003).

escolha racional como a matriz das redes, de modo que os indivíduos e grupos buscam se organizar em redes para aumentar as suas capacidades em momentos de barganha e melhorar o seu desempenho (OSLOM, 2009; SORENSEN & TARFING, 2007). As redes surgem então como uma resposta à complexidade social, na qual as instituições do Estado e do mercado já não são capazes de fornecer os resultados esperados pelos atores. Deste modo, a governança das redes existe por meio da coordenação horizontal dos conflitos existentes na sociedade, numa reprodução frequentes de modelos de jogos que aperfeiçoam os atores a lidarem com suas escolhas, maximizando os benefícios das redes (SORENSEN & TARFING, 2007).

A abordagem da (ii) interdependência na governança das redes se aproxima da visão do institucionalismo-sociológico acerca da origem e processos de organização. Assim, as redes surgem por causa das lutas entre os indivíduos e os seus recursos, antes de ser uma escolha racional, as redes são formadas para solucionar as disputas políticas e sociais dos indivíduos de um modo interorganizacional, uma vez que os atores possuem uma dependência mútua, ainda que conflitiva. As redes são formadas pelos atores sociais, mas o aparato institucional do Estado as absorvem para legitimar e facilitar os processos decisórios. Para se entender o processo de formação, é necessário expor as contradições inerentes ao relacionamento dos atores, pois assim se tornam mais evidentes os objetivos estabelecidos na organização em rede. (SORENSEN & TARFING, 2007; DELLA PORTA, 2005).

Outra perspectiva é a da (iii) Teoria Ator-Rede (TAR), que contém a obra de Bruno Latour (2005) como sua principal referência. A partir desta perspectiva a revolução científica possibilitou as Ciências Sociais de mapear as associações dos indivíduos sem recair no mesmo dilema clássico de agente/estrutura. Retomando o trabalho de Gabriel Tarde, o autor propõe que rede é o resultado das múltiplas associações realizadas em nosso cotidiano que possibilitam alguma ação, e ator deve ser abarcado no seu sentido mais amplo, posto que mais importante para o entendimento do que a ação em si é tudo aquilo que possibilita a ação acontecer (*actantes*⁴¹). O objetivo não deve ser propor/mudar a realidade, e sim simplesmente descrevê-la (LATOUR, 1999; 2005).

⁴¹ O autor toma o termo emprestado da teoria literária para se referir enquanto atores não apenas os seres humanos, mas todos os elementos presentes na natureza que possibilitam determinada ação (LATOUR, 1999).

Por fim, os (iv) gramscianos têm progredido na investigação sociológica da articulação de classes para além das fronteiras do Estado nacional, como evidenciado no primeiro tópico deste capítulo. Instituições como a Comissão Trilateral e o Forum Mundial do Comércio são, por exemplo, locais de importantes negociações que alimentam a construção da agenda desta classe (ROBINSON, 2005; VAN DER PIJL, 1997; 2004). Tem sido realizado por esta escola importantes esforços sociológicos no mapeamento das redes formadas pelos atores não-estatais dentro da EPG (ROBINSON, 1998). E em menor escala também estão os estudos a respeito dos movimentos sociais transnacionais, o que discutiremos no terceiro tópico deste capítulo.

Ao trazer para o debate a relação entre a tecnologia e a sociedade precisamos avaliar os impactos que estas ferramentas exercem sobre a sociedade com o objetivo, principalmente, de captar as formas como estas se estabelecem nas relações de poder existentes nas relações sociais. As redes que nos aparecem como relações nodais interpessoais possuem grande potencial no exercício de desconstrução do ator unitário do Estado, mas não podemos naturalizá-las dentro das relações sociais, evitando as tendências de restauração. Retomemos Tilly (2003) quando este relata que a formação das redes e a organização da ação coletiva por meio das novas tecnologias só são possíveis por meio da apropriação destas pelos indivíduos.

Ter isto em mente nos ajuda a evitar certas leis evolucionistas que atribuem ao desenvolvimento tecnológico os avanços encontrados na sociedade, e inclusive a agência dos sujeitos, de modo quase autônomo aos movimentos da história. Segundo adiante, Cox nos relembra da proximidade entre o desenvolvimento tecnológico e a razão instrumental, já que a “tecnologia consiste, além de tudo, em métodos práticos selecionados com o propósito de solucionar problemas de produção. (...) Problemas para quem? Solução em direção a qual propósito?” (COX, 1987, p. 315). Desse modo, ao invés de colocarmos os novos meios de comunicação enquanto emancipatórias *per si*, precisamos de contextualizá-los e entender quais finalidades estão sendo dadas a eles. Cox continua:

As crenças básicas e relacionadas às mudança tecnológica do século XIX ao longo do século XX tem sido (1) ganhar melhor controle para o gerenciamento sobre a execução do trabalho através da disciplina trabalhista, e a consequencial habilidade para minimizar custos trabalhistas e aumentar a intensidade do trabalho; (2) substituir trabalho por capital quando o custo trabalhista aumenta; e (3) separar as tarefas da concepção e direção da produção das tarefas de execução de tal maneira que fortaleça o controle gerenciador e enfraqueça a autonomia do trabalhador no

processo do trabalho (...) isto tem possibilitado o poder a continuar o processo de acumulação em termos mais favoráveis (COX, 1987, p. 316, tradução nossa).

Apesar de não ter sido originada como resultado da crise capitalista da década de 70 (CASTELLS, 1999), a inserção das novas tecnologias ocorreu diretamente relacionada com a resolução das dificuldades de reprodução capitalista e o direcionamento para a sua descentralização (COX, 1987; HARVEY, 1992). Além disso, no entendimento das forças sociais que se reproduzem na civilização de mercado, estas mesmas tecnologias que providenciam todo o mundo espetacular de opções rizomáticas do universo cibernetico, também podem nos direcionar para a cristalização do panoptismo (AGAMBEN, 2009). Ao passo que percebemos a relativa democratização da informação oferecida pela *web* como ameaça aos oligopólios midiáticos tradicionais, o que vemos acontecer no cenário da crise orgânica é um elevado embrutecimento das forças conservadoras a este processo de democratização. Isto se reflete na institucionalização do controle sobre o uso dos fluxos da rede, bem como na instrumentalização a favor da codificação/supressão do poder em relação aos movimentos populares que se organizam em rede (GOHDES, 2014).

Podemos dizer que os estudos de rede têm progredido das seguintes formas: (i) no entendimento racional do comportamento dos indivíduos no intuito de calcular as possíveis inter-relações; (i) na compreensão dos elementos subjetivos compartilhados transnacionalmente; (ii) na análise do surgimento de coalizões transnacionais de atores sociais para a mobilização de recursos em momentos, mas não somente, de conflitos; (ii) no estudo da articulação da CCT na formação do bloco histórico transnacional; (iv) no mapeamento das associações entre os diversos atores (humanos ou não) que compõem determinada realidade social; e o (v) domínio do poder através dos novos dispositivos de controle. Percebemos então que o campo para o estudo/formação de um novo projeto político que transcendia os interesses de curto-prazo e locais na construção de um senso comum hegemônico crítico se encontra insuficiente, quase inexistente, inclusive na abordagem gramsciana. A negligência intelectual emancipatória sobre o tema está diretamente ligada com a manutenção desta realidade.

1.2.3. Hegemonia e subalternidade

Vimos nesta seção que Foucault entendia, apesar de servir como “fonte” para vários autores pós-modernos, a facilidade do poder em lidar com as políticas identitárias, bem como os seus estudos corroboraram para a análise do controle panóptico do *establishment* embutido na difusão das novas tecnologias. Inclusive, as noções de poder para Gramsci e Foucault são relativamente próximas, uma vez que ambos expandem o seu domínio para além dos espaços políticos tradicionais, exibindo a sua presença em nossa vida diária, no cotidiano, nas diversas instituições e relações interpessoais (IVES, 2004). O estudo desdoblado por ambos os lados, e em conjunto, desmistificam o projeto iluminista e expõem os instrumentos de coerção social reproduzidos na sociedade (HARTSOCK, 1990). Porém, retomando o interesse do capítulo – a estratégia de organização da esquerda na esfera internacional – devemos avaliar como pensamento de Foucault sobre a forma da resistência lidar com as relações de dominação de nosso mundo contribuíram para o atual cenário de “impossibilidade” de uma consciência crítica capaz de responder e alterar a econômica política. Posicionamento que veio sobretudo devido às suas concepções epistemológicas sobre o discurso e a espontaneidade (SANBONMATSU, 2001).

Foucault (1993, 2008) emprega seu método genealógico de pesquisa no intuito de entender as diversas formas que no decorrer da história o discurso desempenhou a legitimação de determinado conhecimento científico, e, portanto, da “verdade”. Discurso é aqui entendido enquanto as forças descentralizadas do poder presentes na linguagem que moldam molecularmente as relações entre os indivíduos e a sociedade. Esta “verdade” produzida seria o interesse do poder – enquanto objeto e sujeito – refletido em regras e comandos que controlam/padronizam o corpo humano, configurando dessa maneira o *status quo* e construindo as tecnologias de poder da biopolítica. O discurso assume um conceito próximo daquilo que Gramsci entendia por ideologia (DASDAL, 2014).

Entretanto, Foucault assume um radicalismo epistemológico ao considerar que: (i) os discursos de poder são tão difusos em nossa sociedade que a sua percepção se dá de maneira extremamente contingente, logo, incomensurável; (ii) toda forma de construção da verdade, ou consenso ocorre de maneira excludente, e, portanto, arbitrária/autoritária. Mesmo que a forma do discurso seja fluída e nunca fixa, o que permite a consolidação de novos discursos,

a substituição de um discurso hegemônico por outro supostamente não-ideológica seria apenas uma repaginação do poder (IVES, 2004; HORSTOCK, 1990). A influência do trabalho do autor motivou intensas investigações no campo social a respeito da exclusão social perpetuada pelos discursos hegemônicos. Entretanto pouco se pode dizer em relação a capacidade do subalterno em favorecer a sua posição na correlação de forças, posto que o máximo que a resistência deve/pode fazer é a desconstrução individual/não-internalização dos discursos externos à subjetividade do indivíduo, o que coloca o ato de resistir como exclusivamente espontâneo, contingencial e, sobretudo, individual (MERLINGEN, 2013).

A repercussão da negação total da razão por grande parte da esquerda construiu um cenário próximo ao da Torre de Babel, como argumenta Sanbonmatsu (2001). Na analogia ao mito bíblico, o autor corresponde a situação da esquerda atualmente com a daqueles que pretendiam levantar a torre, os quais por causa de suas pretensões sofrem um castigo divino representado na diversidade linguística. A consequência de tal castigo é a completa falta de comunicação e, consequentemente, a fragmentação dos povos. Do mesmo modo, a desconstrução sozinha, sem ser compartilhada no fluxo social que marca as relações humanas tende a nos posicionar de modo centrífugo e disperso socialmente. O que para Foucault seria uma vitória da única emancipação possível, a do conhecimento, nós enxergamos como dilemas a serem resolvidos pela razão crítica. Dar forma aos laços intersubjetivos dispersos na pluralidade da resistência subalterna na globalização é o principal escopo deste trabalho. Marcuse (1981) quando questionado sobre os caminhos da Nova Esquerda após o primeiro momento da espontânea rebeldia em relação ao *status-quo* diz que:

Uma organização eficiente é hoje uma das maiores tarefas da esquerda, tanto da velha quanto da nova. Só com espontaneidade não funciona, nunca funcionou. A nova organização precisa efetivamente coordenar e organizar a espontaneidade, sem se isolar dela. Isso significaria: uma organização ou formas de organização em grande medida descentralizadas, com raízes profundas em unidades locais e regionais, acolhendo uma tradição bem conhecida do movimento operário, a saber, a organização da democracia direta (...) Educar para a liberdade só pode significar aqui uma coisa: ajudar os homens a educarem-se a si mesmos para a liberdade, pois não se pode impor a liberdade (MARCUSE, 1999, pp. 118 – 119).

As palavras de Marcuse também podem ser pensadas a partir da perspectiva internacional. Apesar de ocupações e outras manifestações esporádicas serem relevantes para o questionamento da economia mundial, é necessário mais do que isso para a existência

de forças sociais capazes de sustentar novas organizações. Encontramos nos trabalhos de Gramsci (1972) muito a nos dizer sobre como formar esta organização política democrática e participativa de modo coletivo. Como já vimos, o autor nos seus cadernos criticava as perspectivas marxistas que consideravam o caráter revolucionário do proletariado como algo mecânico nas crises do ciclo de acumulação de capital, e, portanto, não haveria a necessidade de se discutir politicamente sobre a sua organização, ou conjuntura em determinado momento histórico. A infraestrutura – o modo de produção em que a sociedade está organizada – é entendida por Gramsci como reflexo das modificações sociais no decorrer do desenvolvimento histórico. Dialeticamente, a superestrutura – o Estado, no sentido ampliado, do momento histórico – é formada pela a correlação de forças provenientes das relações sociais de produção, bem como agente na constituição dessas legitimando/contestando o modo de produção da infraestrutura. Ele coloca nas seguintes palavras:

A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx. (...) o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erro, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura, imediatamente, isto é, como reflexo de uma real e duradoura (no sentido de adquirida) modificação da estrutura. (...) As estruturas e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. Se se forma um grupo social 100% homogêneo ideologicamente, isto significa que existem em 100% as premissas para esta subversão da práxis, isto é, que o “racional” é real ativa e efetivamente (GRAMSCI; COUTINHO, 2011, pp. 186 – 189).

Para Gramsci (2011) a condição subalterna está diretamente ligada com a posição das massas populares nas relações sociais de produção, mas esta categoria não se restringe aos efeitos de desigualdade econômica. Ao analisar a situação dos camponeses na “questão meridional” na Itália, o autor identifica a caracterização amorfa da organização subalterna, isto é, o sujeito impedido de dar forma a sua própria história. A falta de coordenação dos subalternos em suas ações/reivindicações se dá justamente devido às diversas opressões que estão sujeitos pelo consenso hegemônico, no qual a cultura da classe dirigente é ideologicamente/socialmente construída enquanto superior (HALL, 1986b). Apesar do foco ser a condição da classe camponesa no sul da Itália, em suas referências acaba sendo

abordada toda a classe trabalhadora (urbana e rural) (LIGUORI, 2014). Mais do que fornecer uma conceituação fechada sobre o seu significado, o autor contribui para a constituição de um amplo campo de estudos sobre o assunto.

Cox (2002) traça uma analogia entre os conceitos de orientalismo⁴² de Edward Said (1979) e revolução passiva de Gramsci para retratar a maneira pela qual os subalternos são absorvidos na modernidade. Em ambas as leituras os autores retratam o modo excludente da participação dos grupos sociais não dirigentes no processo de formação do Estado-nação. No orientalismo, a objetividade científica ocidental traça as características que justificam o atraso das outras civilizações, que não a ocidental. Nesse sentido, o subalterno aceita um conhecimento sobre ele mesmo distinto de sua realidade, construindo a colonialidade sobre os povos não-ocidentais. As elites domésticas dessas nações são aceitas no *status quo* “externo” a elas. Essa relação de poder se assemelha à revolução passiva, ao passo que nesse conceito, como já vimos, Gramsci discorre a respeito da subordinação da cultura popular à liderança intelectual da classe dominante (transnacional), a hegemonia. Ademais, nas duas linhas de pensamento esse fenômeno está sujeito a uma crise de legitimidade, posto que o conhecimento dominante nunca se dá de modo pleno entre as massas/subalternos.

Para superar as bases de dominação capitalista é preciso, portanto, dar forma a resistência, o que significa criar laços de solidariedade entre os participantes que transcendam os meros interesses de curto/médio-prazo (MORTON, 2007). Por meio do pensamento estratégico de Maquiavel, o autor busca formar um Moderno Príncipe representado no partido político comunista, mas muito além deste, a fim de entender como a esquerda poderia criar uma liderança – hegemonia – na sociedade a partir da guerra de

⁴² Dentro das RI, os estudos pós-coloniais sobre o orientalismo ampliaram o escopo das relações de poder enfocando as desigualdades na produção de saber, e as barreiras do Estado pós-colonial, de modo que os povos não-ocidentais sofrem diversas fraturas pela colonialidade histórica nas bases do Estado, mesmo após a independência (CHOWDRY & NIAR, 2002). De acordo com Said (1979), o orientalismo demonstra como o nosso conhecimento sobre o oriente é formado principalmente a partir dos interesses ocidentais, o que possibilita a dominação dos povos europeus sobre os demais: “isto é, sobretudo, um discurso que de maneira alguma está em correspondência direta com o poder político bruto, mas é produzido e existe em uma troca desigual entre vários tipos de poder, sendo moldado em certo nível pela troca com o poder político (como ocorre na organização colonial ou imperial), com o poder intelectual (como nas ciências dominantes como a linguística comparada, anatomia ou qualquer uma das ciências políticas modernas), com o poder cultural (como em ortodoxias, cânones ou gostos, textos e valores) e com o poder moral (como as ideias sobre o que ‘nós’ fazemos e o que ‘eles’ não podem fazer ou entender como ‘nós’ fazemos). De fato, meu argumento real é que o Orientalismo é – e não simplesmente representa – uma considerável dimensão da cultura política-intelectual moderna e como tanto tem menos relação com o oriente que para com o ‘nossa’ mundo” (SAID, 1979, p. 12, tradução nossa).

posições⁴³ dentro do Estado ampliado (COUTINHO, 1999). A hegemonia da classe burguesa ocorre com a aliança intelectual e moral estabelecida em torno de um projeto político sobre outras frações de classe, inclusive o proletariado. Devido à influência da ideologia hegemônica na manutenção do sistema capitalista, a classe trabalhadora deve se empenhar na contestação do domínio ideológico – que para Gramsci se trata de um amplo leque de outras dominações além da econômica – por meio da construção nacional-popular de um novo projeto não apenas econômico, mas também político/moral (HALL, 1986a). A formação de modos de produção mais igualitários ocorre juntamente com a criação do “bom senso”, o pensamento crítico sobre as regras/normas sociais que organizam a sociedade.

A atividade emancipatória do Moderno Príncipe é direcionada para a ação coletiva na construção de organizações políticas democráticas, o que envolve tanto a reorganização econômica da sociedade, quanto a uma pedagogia do oprimido⁴⁴ e emancipação cultural (SAID, 2014; ROBINSON, 2005). Gramsci diz:

Uma importante parte do Moderno Príncipe deverá ser dedicada a questão da reforma intelectual e moral, isto é, para a questão da religião ou visão de mundo... O Moderno Príncipe deve ser e não pode deixar de ser o proclamador e organizador de uma reforma moral e intelectual, o que também quer dizer terreno criativo para o desenvolvimento subsequente da vontade nacional-popular em direção a realização de uma forma de civilização moderna totalmente superior (GRAMSCI, 1972, p. 123, apud SANBONMATSU, 2001, p. 146).

A constituição deste novo consenso hegemônico se daria na “trincheira” da guerra de posições, ganhando e expandindo os espaços de emancipação do subalterno passo-a-passo, e como o cenário se trata de uma correlação de forças favorável ao bloco histórico burguês, estratégias são demandadas à contra-hegemonia (SAID, 2014). Podemos resumir a forma do Moderno Príncipe a partir das seguintes características relacionadas entre elas: (i) a participação das massas; (ii) a presença de intelectuais orgânicos – intelectuais e militantes da própria classe subalterna – responsáveis pela organicidade da articulação; (iii) uma

⁴³ A transformação social nas sociedades ocidentais não poderia ser colocada em prática a partir apenas da tomada do aparelho estatal e dos meios de produção – guerra de manobra – como no caso das sociedades orientais. A complexidade da articulação capitalista na sociedade civil ocidental torna necessária uma guerra de posição, na qual a esquerda precisa promover a desconstrução dos valores pilares da legitimidade do *status-quo* no espaço das macro e micro relações sociais (GRAMSCI, 1975).

⁴⁴ Colocando superficialmente, a pedagogia do oprimido é uma prática pedagógica elaborada por Paulo Freire (1987) que tem como objetivo promover a libertação do ser por meio da educação. Assim o indivíduo a partir de um conhecimento crítico é capaz de se libertar da alienação e pensar “para si”, descoisificando as relações sociais ao seu redor.

liderança orgânica - Jacobinos - capaz de estabelecer unidade/disciplina ao movimento e captar as forças dispersas a seu favor; (iv) ser contínuo e movimento, sujeito do seu momento histórico (COUTINHO, 1999; ROBINSON, 2005; SANBONMATSU, 2001). Percebemos que Gramsci não se adequa na posição vanguardista do partido como outros teóricos marxistas, mas também não abre mão da importância de uma liderança/organização política.

Nos avanços da guerra de posição não se desvincula a conquista de progressos na organização da superestrutura com a necessidade de regulação da infraestrutura. O Moderno Príncipe perpassa, portanto, uma ligação orgânica entre os distintos grupos subalternos para transformar a sociedade. Tal transformação necessita alterar a dinâmica das forças nas relações sociais de produção, devido ao grau de influência que o modo de produção exerce nas bases da prática social, e, consequentemente, nas ideias que guiam o sujeito no mundo real (HALL, 1986b). Essa relação orgânica da ação militante na reforma intelectual/moral com a materialização de uma nova organização social fica explícita em Gramsci quando questiona:

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI; COUTINHO, 2011, p. 240)

Seria a construção de um bom senso capaz de permitir a autonomia do sujeito na sua prática social o projeto emancipatório do Moderno Príncipe. Gramsci deixa nítido que esse objetivo é impossível de ser alcançado sem modificar os obstáculos do controle da esfera econômica pela classe dirigente (IVES, 2004; ROBINSON, 2005).

A formação do bloco histórico se trata de um processo dialético, porque a ideologia que dá sentido cognitivo ao projeto hegemônico está susceptível à absorção ou crítica, em maior ou menor nível. No Estado capitalista, ao mesmo tempo que setores da sociedade civil e política trabalham na promoção de princípios e ideias hegemônicas, cria-se a condição para a consciência da abstração presente na ideologia pela inserção no modelo social que é articulado por ela, e em todas as suas contradições inerentes (FUCHS, 2014).

Essa consciência não se dá de maneira automática/mecânica, o que explica o poder da hegemonia, muito menos uniforme, mas a partir de uma complexa relação entre a atividade humana e o discurso dentro da prática social, influenciados por diversos fatores que compõem a nossa vida em sociedade, sendo as relações de produção um dos destaques por causa da organização social do trabalho, das identidades de classe (FAIRCLOUGH, 2001). Para Hall (1986a) no materialismo histórico de Gramsci não existem garantias sobre a forma que a crítica, a negação da aparência pode adquirir no movimento da história, ou que transcenderá para a consciência de classe. O senso-comum e a transformação social são um processo molecular, como observado por Gramsci, os quais estão relacionados com às características de cada contexto, momento histórico e sujeito. Por isso a importância de uma atuação/formação política coletiva capaz de dialogar entre as demandas distintas das identidades de classe, e demais identidades oprimidas, na demarcação de posições no espectro político, na articulação das forças de resistência existentes para avançar (HALL, 1986a; BIELER & MORTON, 2008).

A ideologia/crítica não se trata de um campo abstrato, ou descolado do mundo material, pois as bases sociais em que o sujeito está inserido, isto é, as forças sociais originadas na luta de classes interferem na produção de ideias em um contexto histórico. Além disso a ideologia se materializa no ordenamento dos sujeitos em prol da estratégia de acumulação de determinado modo de produção, assim como a crítica é capaz de promover a mobilização e engajamento contra a hegemonia que se cristaliza em fatos concretos. É, portanto, na relação orgânica entre superestrutura/infraestrutura e ideia/pratica que ocorrem os movimentos que formam a nossa sociedade (BIELER & MORTON, 2008). Essa problemática nos guia para um maior aprofundamento no entendimento da ideologia, do discurso e da prática social.

1.2.4. Contexto social e a produção de textos

O debate sobre a relação entre as ideias e a organização social presente no conceito de hegemonia de Gramsci tem influenciado trabalhos em diversas áreas do amplo campo das Ciências Sociais. Uma de suas contribuições está presente na linguística. Junto com a influência de outros autores, tais como Marx, Foucault, Althusser e Laclau, foi formada ao final dos anos 80, e estabilizada no decorrer da década de 90, a escola conhecida

tradicionalmente como Análise do Discurso Crítica⁴⁵ (ADC) (HAIG, 2004). Originada por um grupo de acadêmicos no intuito de reduzir as barreiras da linguística com as outras áreas do conhecimento, a ADC parte da perspectiva multidisciplinar para a compreensão da linguagem na construção das relações sociais, e, principalmente, evidenciar as relações de poder existentes no discurso (FAIRCLOUGH, 1989). O grupo de autores que motivaram a criação da ADC se aglutinaram mais em torno da discussão epistemológica da linguagem, do que na elaboração de um método único e coeso, o que explica as diferentes vertentes e aplicações da ADC (RODRIGUES JUNIOR, 2009). Portanto, deixamos evidente que para este trabalho iremos recorrer às contribuições de Norman Fairclough e o seu modelo tridimensional de análise dos textos.

Primeiro, a prática social para o autor envolve os seguintes fatores independentes, porém relacionados entre si: “atividade produtiva; meios de produção; relações sociais; valores culturais; consciência; semiose” (FAIRCLOUGH, 2001, p 122, tradução nossa). Nesse sentido percebemos que perpassa tanto fatores estruturais, bem como ações momentâneas. É a partir disso que o enfoque do autor é direcionado: como fatores materiais da estrutura em que o sujeito está inserido (relações sociais/valores culturais/meios de produção) influenciam na semiose, e ao mesmo tempo como esses fatores podem ser questionados/absorvidos em determinados eventos sociais que reproduzem/resistem ao contexto social (FAIRCLOUGH, 2001). Para o processo de cognição da semiose, isto é, a interpretação dos significados que damos aos símbolos que utilizamos na interação está a linguagem (visual, textual, corporal, por exemplo) (FAIRCLOUGH, 2001).

Com o foco da língua enquanto modo de linguagem da semiose, o termo “texto” é utilizado para representar “o produto do processo da prática discursiva, tanto escrito, quanto falado” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 131, tradução nossa). A partir do contato do sujeito com o texto na prática social, o segundo se torna uma forma de interação, a troca de informações na comunicação, ainda que os interlocutores estejam deslocados no tempo/espaço. Relacionando com os outros fatores da prática social, a semiose está presente na atividade como (i) gênero, referindo-se à função/ação de determinado espaço/ator, o que determina

⁴⁵ Rodrigues Júnior (2009) relata que a tradução para o português traz algumas divergências no histórico da escola no Brasil, posto que *Critical Discourse Analysis* foi traduzido pelo grupo de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) por Análise do Discurso Crítica, enquanto o grupo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) adota como nome Análise Crítica do Discurso. Nesse trabalho preferimos adotar o nome utilizado pelo grupo de Brasília.

características específicas do modo de usar a linguagem e o conteúdo. Como (ii) discurso nas representações e significados dados aos eventos que compõem as relações sociais. Por fim o (iii) estilo, que é a forma particular de cada sujeito em um determinado contexto de desempenhar a sua interação na prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

Portanto, o discurso e a ideologia se tornam elementos importantes para a composição da realidade. O autor se refere à ideologia da seguinte forma:

As ideologias devem ser interpretadas de um modo que reúne parcialmente o mental e o material, como crenças e valores que são naturalizados enquanto disposições para agir no, e sobre o mundo material de determinado modo, e enquanto maneiras de ser no mundo (FAIRCLOUGH, 2010, p. 502, tradução nossa).

Para a hegemonia, a ideologia é o centro de união das ideias e princípios do senso comum que operacionalizam a ordem social para a manutenção das relações de forças no modo de produção capitalista, ou seja, um bloco histórico favorável aos interesses da classe dirigente. Contudo, o consenso não se dá de maneira coesa e mecânica, ao contrário, necessita de diversos eventos mais ou menos contraditórios que reafirmam o bloco histórico hegemônico, mas também passíveis de negação (FAIRCLOUGH, 1989).

De acordo com Fairclough (2005), o discurso é um fator de relevância nas interações que ocorrem na prática social, posto que esse atua na representação de eventos e sujeitos das relações sociais, estabelecendo qual o significado dado aos processos das redes de práticas que constituem nossa sociedade. Desse modo, o discurso influencia o mundo como ele é, e também como ele poderia ser. O autor coloca que:

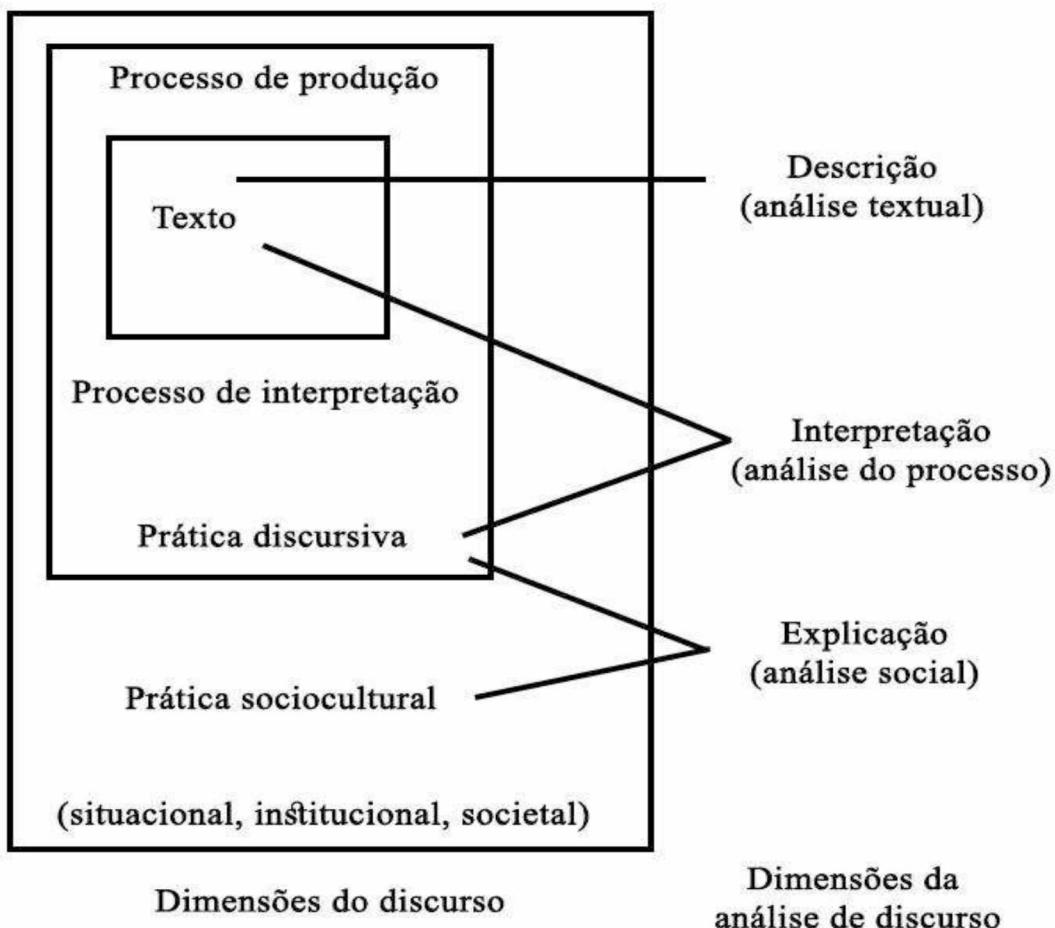
Discursos não representam apenas o mundo como ele é (ou melhor, como ele é aparenta), eles também são projetivos, imaginários, representando possíveis mundos que são diferentes do mundo atual, e ligados a projetos para mudar o mundo em direções particulares (FAIRCLOUGH, 2003, p.124, tradução nossa).

Quando se trata de uma estratégia, esse aspecto “imaginário” do discurso para ser materializado é acompanhado da adequação prática e da convicção. O sujeito receptor pode absorver a representação (possível) de mundo e praticá-la quando é possível materialmente e convincente. Isso nos leva a entender a participação da ideologia na construção de uma estratégia convincente, porém contraditória com os interesses concretos (FAIRCLOUGH, 2010).

As ideias e princípios responsáveis por naturalizar as contradições da realidade são reproduzidos hegemonicamente por meio da ordem do discurso, isto é, a semiose dominante de ordenação social, do lugar/ação do sujeito na prática social. Os significados presentes nos múltiplos discursos dos diversos eventos da prática social possuem conexões – interdiscursividade – nos distintos formatos de texto – intertextualidade. A interdiscursividade da ordem do discurso necessita da recontextualização do discurso em cada atividade da prática social. Nesse sentido, o gênero, discurso e estilo das instituições da sociedade civil, da sociedade política, bem como as atividades do cotidiano podem conter representações ideológicas de maneiras distintas, e até mesmo contraditórias, mas inter-relacionadas (FAIRCLOUGH, 2001). Ao contrário de coesa e uniforme, a ordem do discurso é “a faceta discursiva/ideológica do equilíbrio (hegemonia) contraditório e instável” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 62, tradução nossa).

Colocada a relação dialética entre a prática e o discurso, prosseguimos para o modelo tridimensional de Fairclough (2010) representado na Figura 2. Nessa abordagem fica mais evidente a relação “micro” e “macro” da prática discursiva, a qual deixa “pistas” da prática sociocultural nos textos, possíveis de serem identificados pela análise do discurso (FAIRCLOUGH, 1992). A proposta metodológica divide a investigação em três etapas: a descrição, a interpretação e a explicação. No primeiro momento, temos a análise textual com a descrição da forma do texto, isto é, vocabulário, coesão e estrutura textual. Em segundo, a prática discursiva referente ao ciclo do texto na prática social, o qual se diferencia de acordo com a natureza do discurso em determinado contexto social (gênero, representações, estilos). Esse ciclo envolve o processo de produção, consumo/interpretação e distribuição do texto nas relações sociais. Ocorre então a análise desse processo interpretando como o texto é influenciado pelas características do ciclo (identidades, recursos necessários, intertextualidade). Por último, temos a aplicação do conceito de hegemonia na prática sociocultural para explicar a relação da ideologia e ordem do discurso (ou crítica) na prática discursiva (FAIRCLOUGH, 1992; 2010).

Figura 2: Concepção tridimensional do discurso



Fonte: FAIRCLOUGH, 2010, p. 133, tradução nossa.

O conceito gramsciano de hegemonia na ADC possibilita entender como se dá a transformação/manutenção molecular da ideologia da classe dirigente através das representações sociais do discurso na prática discursiva. Além disso, é possível analisar os textos/eventos que não corroboram para o consentimento ideológico, ao contrário, os quais inseridos nas contradições existentes na prática cultural negam o ordenamento da interdiscursividade dominante para a construção de uma prática social alternativa emancipatória. Portanto, nem todo discurso é ideológico, sendo o próprio grau de ideologia variável de acordo com cada discurso (FAIRCLOUGH, 1992). Quando pensamos a articulação da crítica na prática discursiva das relações sociais, podemos conceber o “bom-senso” elaborado por Gramsci. Contudo, lembra-nos Haig (2004), a ADC tem se dedicado majoritariamente ao estudo da ordem do discurso e a ideologia, enquanto houve pouco

esforço em analisar os discursos que fortalecem a contra-hegemonia. Buscamos contribuir nesse sentido com a análise do caso zapatista.

1.3. Perspectivas sobre as forças sociais transnacionais contra-hegemônicas

Como vimos, a globalização tem causado alterações políticas, econômicas e sociais significativas para a nossa realidade. No campo das RI, este fenômeno possibilitou a abertura de caminhos para questionamentos importantes acerca da explicação das mudanças observadas na construção da arquitetura internacional pelo *mainstream*, e, por conseguinte, discussões sobre os atores e espaços que compõem as relações internacionais foram ampliadas (COX, 1997). Dentre estas novas discussões está o disputado conceito de Sociedade Civil Global (SCG), em grande medida refletindo os desdobramentos das discussões mencionadas no tópico anterior.

Desde a “Batalha de Seattle”⁴⁶ percebemos a proliferação de redes formadas por grupos sociais originados na sociedade civil – ONGs, movimentos sociais, coletivos, mídias alternativas, por exemplo – descrentes com o *status-quo* da Governança Global – o que motiva um conjunto bastante amplo de interesses, desde questões ecológicas até a censura e abuso das capacidades repressivas do Estado - com o objetivo de construir a globalização de baixo para cima, o que repercutiu como “O Movimento dos Movimentos”, ou altermundista, ou movimento de justiça global, sob o slogan de que “Um Outro Mundo É Possível” (DELLAPORTA, 2005; GEORGE, 2012; GILL, 1999). Mas, como questiona Susan George (2004), até que ponto a esquerda pode se engajar com a globalização por baixo de maneira articulada capaz de provocar mudanças na economia política global?

Em consonância com o entendimento defendido desde o início deste trabalho, da relação integral entre conhecimento e o mundo social, nesta seção buscaremos demonstrar como o pensamento da sociedade civil na esfera internacional corrobora para a manutenção das forças sociais hegemônicas da economia política global. Veremos então que as relações desiguais de poder (material e intelectual) reproduzidas na Ordem Mundial são excluídas da

⁴⁶ Ficaram conhecidas por “Batalha de Seattle” as diversas manifestações que ocorrem durante a Conferência da OMC na cidade de Seattle, em 1999. Grupos de ativistas e movimentos sociais impediram os líderes de continuarem a reunião que dava seguimento a Rodada do Uruguai. Dentre as críticas dos manifestantes estava a gerência dos EUA na negociação, e a propriedade intelectual defendida pela organização (GILL, 1999)

análise em prol de um caráter harmonizador das contradições existentes, assim como o reducionismo das articulações de resistência no nível internacional a um fenômeno espontâneo dificulta as suas possibilidades de agência. Contrariando estas perspectivas, somos estimulados a entender os laços de solidariedade compartilhados entre os subalternos, as evidências empíricas de novas formas de organização anticapitalistas, que resistem e praticam alternativas à hegemonia da economia política internacional colocadas em prática de distintas maneiras, e em diferentes locais. Em vez de ignorar o seu conteúdo, a esquerda precisa entender e propor sobre a pluralidade da resistência na globalização, pois:

Esta situação leva a um número de resultados epistemológicos e a uma elaboração dos conhecimentos do mundo que expressam e surgem das formas de opressão e exploração experimentado por cada grupo. Enquanto o conteúdo desses conhecimentos é específico ao grupo em questão, as similaridades (...) marcam uma instância que suporta minha afirmação que condições materiais de existência podem se diferir profundamente mas continuam gerando uniformidades nas epistemologias dos grupos subordinados. ” (HARTSOCK, 1989, p. 26, tradução nossa).

Devemos evitar a marginalização da classe trabalhadora enquanto sujeito do processo histórico de desenvolvimento desigual e combinado em que ocorre a globalização (HEROD, 1995). Alf Gunvald Nilsen (2009) ao traçar uma leitura dos movimentos sociais por meio do materialismo histórico denomina os “movimentos de cima” em contraposição aos “movimentos por baixo” para analisar as associações coletivas e seus diversos níveis. O primeiro é oriundo das necessidades da elite capitalista no decorrer do ciclo do capital em alterar as dinâmicas do “jogo” sem mudar a sua essência – semelhante ao conceito de revolução passiva. Enquanto o segundo corresponde às organizações populares que resistem à lógica acumulativa do sistema. Com isto em mente, entendemos ser importante a mobilização de forças nacional e transnacionalmente, a favor das experiências emancipatórias, por meio de movimentos populares articulados. Para que tal fluxo seja forte o suficiente ao ponto de criar uma nova correlação de forças é preciso a criação de um projeto social reflexo dos anseios e angústias da própria luta de classes capaz de dar coesão aos interesses dispersos do subalterno. Nesse tópico iremos abordar brevemente a literatura das relações entre organizações da sociedade civil nas RI, a fim de avançarmos na compreensão e consolidação da dinâmica das forças sociais transnacionais de resistência.

1.3.1. A Sociedade Civil Global: um espaço democrático?

O conceito de SCG está na maioria das suas aplicações associado a um caráter emancipatório, de um espaço democrático com participação popular, e, portanto, de legitimidade, ou de resistência às forças neoliberalizantes. Contudo o entendimento sobre como a emancipação/resistência ocorre a partir deste sujeito não são uniformes, e nem muito eficientes para os verdadeiros dilemas enfrentados pelos subalternos, tanto do Norte e do Sul. Primeiro o (i) cosmopolitismo, que se baseia principalmente a partir de uma concepção de sociedade civil decorrente dos trabalhos de Locke, Tocqueville e Montesquieu (CLARCK, 2008). O termo passa a ser associado ao amplo espaço existente para além das instituições políticas do Estado-nação devido aos movimentos por liberdade de expressão e contra os abusos de poder cometidos no Leste Europeu (LIPSCHUTZ, 1992).

As redes geradas entre os atores, diferentes grupos da sociedade civil são decorrentes das normas e princípios compartilhados entre eles, o que formaliza minimamente as percepções destes a respeito da organização (PETERSON, 1992). Portanto, a base fundamental dos movimentos existentes na SCG não é estritamente o cálculo racional, mas sim a normatização da sociedade para a administração democrática do bem comum, os quais após se estabelecerem em redes passam a ter uma lógica própria de atuação para solucionar os problemas da integração social, exterior ao poder do Estado (MCDONALD, 1994). A SCG nesta corrente possui a capacidade de legitimar as decisões sociais frente às burocracias políticas, facilitando a coesão dos indivíduos na construção de uma identidade comum aos envolvidos. Neste sentido, instituições como os Direitos Humanos e a Democracia Liberal são tratadas de maneiras universais e convergentes no alicerce de novos princípios civilizatórios (CLARCK, 2008; MCDONALD, 1994)

A abordagem (ii) construtivista se assemelha muito ontologicamente com o cosmopolitismo em referência ao que é a SCG. Porém, a metodologia do estudo se difere ao estudar principalmente a performance das redes nas relações internacionais, ou seja, a atuação destes atores na construção dos fenômenos internacionais. Os atores transnacionais da sociedade civil e seus canais de comunicação conseguem influenciar nas decisões dos Estados e das instituições internacionais por meio do *soft power*⁴⁷, o que promoveu uma

⁴⁷ Trata-se do “poder brando”, isto é, a capacidade de persuadir e influenciar as decisões de outros atores sem o

possibilidade de pesquisas resultada da desartificialização das barreiras entre os estudos sociológicos sobre redes e do campo internacional. (SIKKINK, 2002). Podemos dizer que a agenda de pesquisa se concentra majoritariamente nas Redes Transnacionais de Advocacia (RTA), nas quais os grupos formados pelas condições domésticas criam laços organizacionais transnacionalmente a fim de promover mudanças políticas por meio da defesa de alguma idéia/norma/causa. (KECK & SIKKINK, 1999; KECK & SIKKINK, 2014). As estratégias adotadas pelos atores da RTA “envolvem um pequeno número em uma dada campanha ou defesa de algum caso. Os tipos de pressões e agendas políticas nos quais elas se engajam raramente envolvem mobilização de massas, exceto em eventos chaves” (KECK & SIKKINK, 1999, p. 95). A ação coletiva destas redes geralmente utiliza como recurso:

políticas informacionais, ou a habilidade de mover credível e rapidamente informações politicamente utilizáveis para onde ela terá o maior impacto; b. políticas simbólicas, ou a habilidade para evocar símbolos, ações ou estórias que façam sentido para uma audiência que se encontra bem distante (...); c. políticas de influência, ou a habilidade de evocar atores poderosos para afetar uma situação em que membros mais fracos de uma rede são improváveis de terem influência; e c. políticas de *accountability*, ou esforço de obrigar atores mais poderosos a cumprirem políticas vagas ou compromissos que eles formalmente endossaram (KECK & SIKKINK, 1999, p. 95, tradução nossa).

Neste sentido, os teóricos dessa vertente defendem a agência das RTA principalmente devido a participação de empreendedores domésticos no ciclo de vida das normas internacionais. Aqui os ativistas e grupos sociais da SCG exercem o papel de demandar normas que favoreçam a sua comunidade, as quais após institucionalizadas (em OIs ou Estados) possuem chances de serem socializadas e internalizadas no sistema interestatal., portanto, constroem o espaço das relações internacionais. Além disso, é analisado o “efeito bumerangue” das redes sobre as decisões do Estado. Este se refere à estratégia das RTA de exercerem pressão internacional, através de ONGIs e OIs, em situações que o Estado rompe diálogo/negociação com os atores domésticos, reivindicando na maioria das vezes o cumprimento de normas de Direitos Humanos (DH). (FINNEMORE & SIKKINK, 1998; KECK & SIKKINK, 1999; RISSE & SIKKINK, 1999)

Os pensamentos de Foucault chegam a economia política global de maneira inovadora para se pensar o campo com o (iii) pós-estruturalismo, a partir principalmente das contribuições de Michael Hardt e Antonio Negri (2001, 2004). A globalização transforma,

recurso de forças materiais (NYE, 2004).

de acordo com os autores, de tal maneira a organização do capital que vivenciamos uma nova fase em sua forma de reprodução, o Império. Sua dominação se dá de maneira dispersa por todo o globo no Império, as autoridades de poder são formadas em níveis e subníveis, transpassando as fronteiras e legitimidades do Estado-nação – algo bastante próximo do sistema interestatal pós-vestifaliano de Cox (1997). Entretanto, as similaridades não vão adiante, pois a desconstrução dos espaços geográficos nas relações de poder leva os autores a assumirem que:

Império estabiliza nenhum centro de poder territorial e não se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparato decentralizado e desterritorializado de poder que progressivamente incorpora todo o campo global dentro de suas fronteiras abertas, em expansão. Império controla identidades híbridas, hierarquias flexíveis e intercâmbios plurais modulando redes de comando. As cores nacionais distintas do mapa mundial imperialista têm mesclado e misturado na arco-íris imperial global (...) (HARDT & NEGRI, 2001, p. 10, tradução nossa).

A SCG aparece no trabalho dos autores diretamente oposta às forças do Império, constituída por todos aqueles que são de alguma maneira subjugados por este, a Multidão. Diferente dos processos revolucionários anteriores, a Multidão reside seu maior potencial na sua autonomia e dispersão por toda a economia mundial. Assim como na obra de Foucault, a resistência da Multidão é algo espontâneo, porém, diverso e criativo. Por meio da ação questionadora dos presentes na Multidão é possível se pensar politicamente na Cidadania Global. Este seria o projeto de emancipação política do subalterno na redução da dominação molecular do Império em nossas vidas, a “organização do trabalhador social e o trabalho imaterial, uma organização do poder produtivo e político como uma unidade biopolítica controlada pela multidão, organizada pela multidão, direcionada pela multidão – democracia absoluta em ação” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 410), algo semelhante a visão cosmopolita da SCG.

1.3.2. Obstáculos da solidariedade de classe transnacional

Quando nos deparamos diante da configuração da economia mundial fazemos os seguintes questionamentos: as forças sociais de resistência podem ser coordenadas/articuladas? Os movimentos/atores contestatórios ao *status-quo* são por essência contra-hegemônicos? Estas perguntas nos parecem pertinentes, e nos motivam a repensar a própria existência do fenômeno da resistência como um sujeito global. Distante

do movimento favorável a emancipação dos grupos marginalizados que alguns autores parecem traçar na globalização, os obstáculos globais proporcionados pelos interesses de classes que a moldam cristalizam um cenário conservador e autoritário em grande parte do mundo. Apesar do caráter histórico da obra de Gramsci na formulação do Moderno Príncipe, visto que o autor partia da análise da luta de classes existente no início do século XX na Itália (SCHWARZMANTEL, 2015), o seu modelo estratégico nos ajuda a repensar o posicionamento da esquerda na correlação de forças atuais (COX, 1999).

Para se pensar sobre como é possível a alteração das condições de desemprego em massa, austeridade, retrocesso nos direitos sociais e trabalhistas diante do processo da globalização por cima (BIELER, LINDBERG & PILLAY, 2008; GEORGE, 2012), acreditamos na potencialidade dos movimentos por baixo que resistem às forças globalistas na formação de espaços/projetos anticapitalistas (GILL, 2012). Contudo, as interpretações a respeito das redes de solidariedade transnacional que se formam na resistência demandam alguns apontamentos para evitarmos fetichismos. Nesse sentido, analisaremos que (i) o cosmopolitismo é uma corrente intelectual vinculada historicamente aos interesses da classe burguesa transnacional; (ii) as redes de ativismo da sociedade civil são também meios de cooptação do *status-quo*, e a (iii) necessidade de compreendermos a forma da resistência global para além da multidão.

A fim de realizar tais críticas retomaremos a concepção neogramsciana do espaço de interação social transnacional, a qual entende este enquanto mais uma arena de disputa hegemônica dentro do movimento de desenvolvimento combinado e desigual do modo de produção capitalista (RAMOS, 2006, MORTON & BIELER, 2006). No decorrer da discussão sobre a Revolução Passiva entendemos como as forças sociais internacionais estavam presentes na formação dos Estados para Gramsci, do mesmo modo Ives e Short (2012) demonstram que as relações sociais da sociedade civil e a consolidação da hegemonia eram analisadas a partir de um olhar transnacional. A presença do “internacional” ocorria principalmente na leitura do autor acerca da articulação do Rotary Club, uma ONG, e a Igreja Católica, uma importante instituição da sociedade civil.

Nas palavras de Gill, as redes transnacionais da sociedade civil internacional organizada:

Inclui não apenas ONGs, mas também as atividades de partidos políticos, igrejas,

corporações de meios de comunicação, associações políticas e científicas, algumas progressivas, outras reacionárias. Sociedade civil transnacional também envolve atividades tanto de corporações transnacional, bem como governos que são ativos em modelar um terreno político que é diretamente e indiretamente exterior ao alcance formal dos estados (GILL, 2008, p.247).

Denotamos que as relações transnacionais entre os atores econômicos não são excluídas do conceito, o que possibilitou o avanço nos estudos da agenda da CCT apresentada no tópico anterior. Além disso, a inserção histórico-materialista da ONGIs na Ordem Mundial nos permite captar como o capital permeia pela sociedade civil transnacional e age na cooptação de possíveis práticas/causas transformadoras.

Em relação ao cosmopolitismo encontramos em dois momentos na obra de Gramsci passagens que nos levam a repensar o caráter universalista defendido por esta perspectiva, na “questão da língua”, e quando reflete sobre o Esperanto. Sobre o primeiro, o autor preocupado em como a formação intelectual da elite italiana era, influenciada pela Igreja Católica, mais associada aos interesses estrangeiros do que à cultura popular discute a relevância da associação entre a linguagem e as massas na construção de uma imagem nacional-popular e da vontade coletiva, dificultando a própria formação do Estado-nação italiano (IVES, 2004; IVES & SHORT, 2012). Quanto ao segundo, Gramsci diz:

Os advogados de uma única linguagem estão preocupados com o fato de que (...) existe um infinito número de diferentes linguagens que restringem a habilidade de comunicação. Isto é uma ansiedade cosmopolitana, não internacional, daquela da burguesia que viaja para negócios e prazeres, de nômades mais do que cidadãos estáveis produtivos (...) Eles gostariam de criar uma inflexível e definida linguagem que não admitiria mudanças no espaço e tempo (GRAMSCI, 1975, p.450)

Neste trecho percebemos como Gramsci estava ciente das contradições inerentes ao pensamento homogeneizador das relações internacionais. Desse ponto de vista, a SCG seria um carro-chefe para a cristalização dos interesses da globalização por cima através da legitimidade de um ator “emancipatório” derivado da mesma comunicação entre os envolvidos. Existe tanto no cosmopolitismo, quanto no construtivismo a crença do universalismo dos DH, associados a democracia liberal, enquanto princípios libertadores através da sua normatização para a defesa de direitos civis. Inclusive privilegiando em suas abordagens a participação ativa de instituições internacionais, como a ONU, na sua aplicação. Contudo, faz-se necessário uma abordagem do discurso humanitário dos DH e da democracia a partir das relações de poder desiguais existentes na economia política global.

As críticas neogramsciana nos chamam atenção ao fato de que o discurso utilizado

em torno da agenda de DH na SCG é utilizado, em grande escala após a globalização, pela hegemonia global na prática para promover intervenções humanitárias como formas de *riot control* legitimadas, e expandir o novo constitucionalismo sobre as áreas de influência soviética no pós-Guerra Fria (MANOKHA, 2008; DE PIJL, 2006; GILL, 2008). Nas relações internacionais, a liderança intelectual engajada pela hegemonia global expõe suas fraturas quando “clivagens de uma natureza ‘civilizacional’ – religiosa e divisões étnicas – são forçadas de maneiras que debilitam a soberania do capital, inflamando e/ou exacerbando as rivalidades que nós testemunhamos hoje” (DER PIJL, p. 20, 2006). Contrariando a vasta produção acerca de SCG, as reações encontradas na sociedade civil em relação ao status-quo não são necessariamente progressistas, principalmente em momentos de crise orgânica.

Além disso, Cox (1983) relata o transformismo como proposto por Gramsci na percepção da vulnerabilidade das pautas sociais frente aos processos decisórios que envolvam as relações internacionais. O termo é de extrema relevância para a esquerda, visto que nos ajuda a identificar como práticas possivelmente ameaçadoras são aderidas às políticas do status-quo e domesticadas, evitando a mobilização das massas. De acordo com Paterson (2009), as corporações multinacionais se beneficiaram com o direcionamento das cobranças por justiça social serem praticadas pelas ONGs. Primeiro porque isso retira o caráter social do Estado, tão importante para o funcionamento do sistema neoliberal. Segundo, as ações das ONGs concentram muitos esforços em capacitar os Estados do Sul na formulação de uma agenda que possibilite estes de negociarem com o Norte em OIs, como a OMC, ou seja, apenas reforçam o regime comercial já aplicado. Terceiro, os espaços que os órgãos multilaterais internacionais abriram para a consulta da sociedade civil envolvem também ONGs “fantasmas/fantoches”, criadas apenas para defender os interesses corporativistas nessas arenas de opinião pública.

Quanto a SCG de Hardt e Negri, concordamos com Harvey (2001) de que o conceito de Multidão para se referir aos subalternos na economia mundial ajuda pouco na compreensão das formas de exploração exercidas sobre eles, bem como na sua capacidade de atuação. O que temos na multidão são corpos dispersos em todo o globo, e ao mesmo tempo unidos por causa do Império, os quais através de ações espontâneas de resistência seriam capazes de dar corpo a uma democracia plena. Sem estratégias, sem organização. Na desconstrução do espaço geográfico, “as relações de produção capitalista são então obscurecidas pela reificação dos jargões dos autores de desejo, corpos mecânicos, diáspora e

hibridismo” (SANBONMATSU, 2001, p. 119).

1.3.3. Jacobinos da economia política internacional

Mesmo com a abertura epistemológica das RI para a entrada de atores não-estatais marginalizados na construção das relações internacionais, a abordagem neogramsciana também parece presa ao tentar analisar a articulação desde baixo na globalização. Dentre as principais críticas estão aquelas que apontam como os estudos do grupo caminharam para a criação de um mundo que é a imagem/eselho da CCT a partir de eventos “locais” e burocráticos, além de que a contra-hegemonia estaria artificialmente empregada nos estudos como um mero resultado mecânico do processo dialético, sem forma (DRAINVILLE, 2004; 2011), o que tornaria a resistência enquanto sujeito inexistente.

Entendemos o valor destas críticas e buscaremos a partir delas traçar minimamente um entendimento, a partir de Gramsci, sobre como compreender as forças sociais emancipatórias e sua articulação na sociedade civil internacional. Posto isto, a crítica sobre o interesse neogramsciano dado aos encontros de negociação da elite transnacional na modelagem do status-quo global parece um tanto equivocada. Como já mostrado, o interesse de Gramsci pela Igreja Católica e o Rotary Club demonstra como é nas redes/fóruns da sociedade civil local/transnacional que acontece a criação do “senso comum” hegemonic (IVES & SHORT, 2012). O que acreditamos que precisa ser feito é a análise também das instituições de resistência no seu movimento de convergência. Retomamos o argumento de Herod para reafirmarmos a importância da esquerda nos estudos da transnacionalização das lutas sociais, pois:

Politicamente, reservar a escala global ao capital é problemática porque isto impulsiona os argumentos corporativos de que trabalhadores relativamente imóveis organizados nacionalmente ou localmente podem sempre se voltar uns contra os outros por uma capital globalmente organizado hipermóvel em expansão (...) Em essência, tal argumento equivale imobilidade com impotência (HEROD, 1995, p. 347, tradução nossa).

O maior esforço para dar forma à resistência por parte dos neogramscianos vem de Gill (1999), o qual tenta repensar o Moderno Príncipe de Gramsci para ler os movimentos contestatórios transnacionais, sugerindo o Príncipe Pós-moderno:

Eu entendo como algo plural e diferenciado, embora ligado ao universalismo e a

construção de uma nova forma de globalismo, algo que precisa ser entendido como um conjunto de forças políticas e sociais em movimento (...) O que eu estou tentando comunicar é uma mudanças nas formas de agência política que estão acontecendo para além dos projetos políticos modernistas. Assim o Príncipe pós-moderno envolve tendências que tem começado a desafiar alguns dos mitos e disciplinas das práticas modernistas, e especialmente resistindo àqueles que procuram consolidar o projeto da globalização sob a autoridade do capital. Portanto, as batalhas em Seattle devem se ligar a novos padrões de agência política e um movimento que vai bem além das políticas de identidade e diferença: São conectadas às questões de reprodução social e ecológica, e certamente, à questão da democracia (GILL, 1999, pp.17, 19, tradução nossa).

Assim como Sanbonmatsu (2001), o termo apresentado por Gill nos parece bastante distante da solidariedade de classe necessária ao Príncipe de Gramsci para estabelecer uma correlação de forças com a hegemonia, agora global. A forma do Príncipe Pós-moderno se assemelha mais à dinâmica da “nebulosa” de Cox (1996), o conjunto de forças e aparatos institucionais utilizados pela CCT na construção do bloco histórico, a favor dos subalternos. Porém, acreditamos que existe um valor dialético nele, principalmente quando assumimos a “pós-modernidade” no sentido de Harvey (1992), referindo-se à situação de flexibilidade e relativização do tempo e espaço na economia política global. Aliado a situação da descrença política de grande parte da esquerda em relação às capacidades do partido político no cenário atual. Assim, somos suscitados a pensar na possibilidade de união, na dispersão.

Talvez o que mais prejudique a análise das forças contra-hegemônicas e a organização de movimentos decentralizados seja justamente o deslocamento do espaço de agência para a resistência, como é o caso do altermundista (RAMOS, 2006). Mesmo que a resistência esteja conectada a um modelo político e econômico global, reproduz-se em um determinado território local/nacional (por isso os limites de se pensar a existência, de fato, da SCG, mais sim em atores nacionais/internacionais organizados transnacionalmente.), sendo capaz de projetar/modificar a sua realidade local, na qual é possível consolidar um projeto nacional-popular (GRAMSCI, 1975; MORTON, 2007; 2013). Ao mesmo tempo, este projeto nacional-popular passa a demandar cada vez mais forças externas (solidariedade transnacional) para lidar com as forças sociais da Revolução Passiva, o que Gramsci se referia à internacionalização do movimento operário (MCNALLY, 2009) . Os movimentos sociais de luta pela terra que surgem por todo o globo precisam se manter, por exemplo, com a máquina repressiva do Estado sob constante ameaça e criminalização (VELTMEYER, 1997; MORTON, 2007).

A necessidade de apoio material e intelectual para seguir alternativas anticapitalistas e manifestações coloca a esquerda diante da indispensabilidade do uso estratégico dos recursos de tecnologia na luta de classes (HAROLD, 1995; JAMESON, 2001). Por isso é tão importante estudarmos as redes de informação entre os movimentos sociais, e rompermos com a dicotomia Norte/Sul a respeito da classe trabalhadora. Apesar das diferenças locais, é preciso superar os interesses de curto/médio-prazo para enfrentar a onda de megablocos econômicos surgindo, e a desintegração de anteriores. Os movimentos sociais “tradicionalis” precisam superar suas fronteiras em relação aos demais, conseguindo sobretudo agregar as questões de gênero, raça e sexualidade na condição subalterna, para resolver, sobretudo, dilemas de hierarquia da própria classe trabalhadora (BIELER, LINDBERG & PILLAY, 2008). Mesmo com a dificuldade da contingencia nas relações sociais, o materialismo histórico permanece como importante ferramenta crítica pois:

Esta situação leva a um número de resultados epistemológicos e a uma elaboração dos conhecimentos do mundo que expressam e surgem das formas de opressão e exploração experimentado por cada grupo. Enquanto o conteúdo desses conhecimentos é específico ao grupo em questão, as similaridades (...) marcam uma instância que (...) condições materiais de existência podem se diferir profundamente mas continuam gerando uniformidades nas epistemologias dos grupos subordinados (HARTSOCK, 1989, p. 26, tradução nossa).

Enquanto não transcendemos na criação de uma resistência global é possível, no entanto, rastreamos os Jacobinos do nosso momento histórico. Gramsci recorria aos Jacobinismo “como as políticas que na Revolução Francesa guiaram os pobres urbanos a apoiar as demandas dos camponeses, e as quais empurram a revolução adiante” (SCHWARZMANTEL, 2015). Entendendo que nos trabalhos de Gramsci existe a diferenciação entre o urbano e o rural, o nacional e o internacional, mas que se constroem numa relação dialética, presente tanto nas concepções de sociedade civil, hegemonia, revolução passiva, quanto na do internacionalismo da classe trabalhadora (MCNALLY, 2009; MORTON, 2007) podemos considerar que os Jacobinos exigidos para a formação do senso comum contra-hegemônico, e a sua difusão na arena da guerra de posições, na atual forma do capitalismo é necessário a esses Jacobinos a captação/coordenação das forças sociais globais - nebulosa de Gill (1999) - a seu favor.

A partir daí os laços de solidariedade articulados, o discurso proferido e as políticas adotadas passam a ser grandes fontes para o materialismo histórico transnacional entender

quais esforços e estratégias são praticados para dar coesão a um projeto plural de vontade coletiva e transformador da realidade dos envolvidos e do resto da sociedade. Podemos citar, por exemplo, movimentos indígenas na América Latina, as diversas uniões trabalhistas que formam a Organização Sindical Internacional, os membros da Via Campesina, os indignados da Europa. São forças progressistas que surgem espontaneamente, ou planejadas, e perpassam por estratégias locais distintas - envolvendo partidos políticos, ou não - as quais no território nacional constituem importantes movimentos de alternativas progressistas. Entretanto, estes encontram se aproximam quando encontram na arena de disputas políticas da sociedade civil global meios para articular a solidariedade de classe transnacional imprescindível nos momentos de crise, e promovem a leitura contestatória da hegemonia nas relações internacionais. Neste trabalho passaremos a guiar os nossos esforços no estudo do caso zapatista e a sua *práxis* radical na sociedade mexicana.

CAPÍTULO 2 - ZAPATISMO E A PRÁTICA ANTI-REVOLUÇÃO PASSIVA

“A massa está sempre em ebulação, e do caos-povo surge sempre mais ordem no pensamento, torna-se cada vez mais consciente da sua própria força, da sua capacidade para assumir a responsabilidade social, para ser o árbitro do seu próprio destino.”

Antonio Gramsci

Até aqui entendemos que a economia política internacional passou por uma mudança estrutural após a crise dos anos 70, o que necessitou uma “nova” forma de desenvolvimento econômico que garantisse a acumulação de riqueza ao Norte global. Desde então, percebemos consolidar no cenário internacional o fenômeno da globalização enquanto um “movimento de cima”⁴⁸, isto é, realizado a partir dos interesses das elites, a CCT, comodificando/occidentalizando novos territórios e povos. Começa-se então a falar acerca de uma Sociedade Global (IANNI, 1993), resultado da metamorfose levada adiante pela expansão global do capital. Nesse sentido, Marx & Engels (1988) já haviam nos colocado:

Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou debaixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas – indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual (pp 69 – 70)

O que percebemos de distinto dos tempos em que foi escrito *O Manifesto Comunista* não é a essência do capitalismo (essa permanece a mesma), mas sim a sua forma. A economia política internacional se torna global quando essa “interdependência das nações” é

⁴⁸ Alf Gunvald Nilsen (2009) ao traçar uma leitura dos movimentos sociais por meio do materialismo histórico denomina os “movimentos de cima” em contraposição aos “movimentos por baixo” para analisar as associações coletivas e seus diversos níveis. O primeiro é oriundo das necessidades da elite capitalista no decorrer do ciclo do capital em alterar as dinâmicas do “jogo” sem mudar a sua essência – semelhante ao conceito de revolução passiva. Enquanto o segundo corresponde às organizações populares que resistem à lógica acumulativa do sistema.

legitimada a partir de organizações internacionais, e grandes acordos comerciais (trans)continentais. Apesar desse processo globalizante partir de um determinado centro com um determinado fim, ele não é linear, nem uniforme. As maneiras pela qual o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora ainda acompanha caminhos específicos na história de cada nação, sobretudo quando os entendemos como reflexo da dialética entre exploração e resistência.

O México, como veremos neste capítulo, tornou-se um grande exemplo de como uma elite nacional é capaz de alterar o seu modelo de desenvolvimento em prol das diretrizes incentivadas por intelectuais orgânicos do capital transnacional. Com o desmoronamento das políticas clientelistas e da Industrialização por Substituição de Importação (ISI) no decorrer dos anos 70, o Partido Revolucionário Intitucional (PRI) encontra na “modernização” econômica a sua suposta salvação política nos anos 80, o que atrai o TNALC para o cerne do debate. À luz do conceito gramsciano de revolução passiva salientado anteriormente, buscaremos entender a posição mexicana no movimento global do neoliberalismo disciplinar, bem como a absorção de seu conteúdo pela hegemonia interna, na tentativa de seguir a sua posição de liderança material e intelectual. Nas palavras do personagem Dom Fabrizio Salin: “se queremos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude”⁴⁹.

Em meio ao caos mexicano, novos⁵⁰ atores entram para o enredo da novela. Os indígenas/camponeses se organizam ao redor das armas para buscarem o diálogo. Desde o início contraditórios e inspiradores, o “movimento por baixo” do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se constitui como um projeto político autônomo plural pela emancipação daqueles esquecidos pelo governo do Estado, e por isso constroem o seu autogoverno. Numa complexa estratégia que visa resistir material e ideologicamente às políticas neoliberais da hegemonia mexicana em sua sobrevida, os zapatistas há mais de 20 anos seguem questionando a legitimidade da poliarquia⁵¹ e demonstrando a possibilidade de

⁴⁹ Trata-se de um personagem fictício do romance *O Leopardo* do autor Giuseppe Tomas di Lampedusa, que retrata o momento de formação do Estado italiano durante o Risorgimento. A partir da obra também foi realizado um longa-metragem homônimo pelo diretor Luchino Visconti (1963).

⁵⁰ Não estritamente novos, pois como veremos o zapatismo é fruto de uma luta histórica dos indígenas e camponeses, os quais sempre estiverem presentes na construção do Estado Mexicano – ainda que na resistência.

⁵¹ “As poliarquias podem ser pensadas (...) como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e

criação de novos espaços sociais democráticos, ainda que pressionados pelas forças sociais nacionais ou internacionais.

Compartilhamos do entendimento daqueles que enxergam na autonomia zapatista uma sociabilidade para além da “não-aceitação” do *status-quo*, mas a criação de um espaço em que é possível criar novas formas de economia política, em que o lema do “mandar obedecendo” tão utópico é realizado na *práxis* pelo movimento social (BRANCALEONE, 2015). Sabemos que este exercício possui limitações, contradições e barreiras, contudo isso não nos impede de perceber a saída “abaixo e pela esquerda” proporcionada pelos zapatistas como algo transformador dentro do contexto mexicano de revolução passiva.

Distante de uma visão enquanto “correta” da luta escolhida democraticamente pelos zapatistas, em conformidade com o apresentado no primeiro capítulo, preferimos analisar a formação do EZLN e a participação na sociedade civil pelos zapatistas como resultado histórico do entendimento de seus membros com a arena política que vivenciam dentro do Estado mexicano. Como será abordado, menos fechada e mais um processo aberto é caracterizada historicamente a dinâmica da resistência zapatista. Isto quer dizer que ela não possui um fim em si, mas é constituída a partir do seu momento e condições históricas. O que coloca em cheque qualquer visão que aponta de modo certeiro a respeito do seu processo de autonomia.

John Holloway diz que “o significado da luta zapatista contra a classificação capitalista é o que dá importância para a luta de classes, não a questão de se os habitantes indígenas da Selva Lacandona são membros ou não da classe trabalhadora” (HOLLOWAY, 2003, p. 212) Discordamos desse posicionamento. Acreditamos, e buscamos evidenciar no decorrer do texto, que o objetivo zapatista se encontra dentro da luta de classes motivada pelas transformações do capital em seu processo de exploração/subordinação da classe trabalhadora nas relações sociais de produção. Para tanto, as especificidades da classe trabalhadora camponesa mexicana e a sua relação com a terra em contraposição ao poder-sobre do capital nos parecem imprescindíveis para tentar chegar até a totalidade do zapatismo (ainda que seja um exercício em aberto, sem fim). Desse modo:

a história das classes subalternas está interligada com aquela das relações do estado-sociedade civil e é, portanto, importante tentar e desvendar estas contestações. Uma maneira de fazer isso é identificar a formação “objetiva” das

liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 2005, p. 31)

classes sociais subalternas através da análise de desenvolvimentos e transformações dentro das relações sociais de produção. (BIELER & MORTON, 2006, p. 203, tradução nossa)

Os zapatistas entendem a sua inserção na divisão internacional do trabalho no contexto da globalização, e mobilizam solidariedade de classe (nacional e transnacional) a fim de sustentarem uma correlação de forças que significa a sobrevivência material e ideológica do projeto de autogoverno frente a ameaça frequente do aparelho estatal. Como bem lembrado por Michael Löwy e Oliver Besancenot (2016), as estrelas vermelha e negra estão mais próximas do que muitos preferem perceber, e o materialismo histórico transnacional nos aparece como ferramenta analítica para entender os movimentos de baixo que surgem em resistência à globalização projetada por uma classe, no qual se insere o zapatismo.

2.1. Surgimento do EZLN e dissolução do bloco histórico

O EZLN surge efetivamente apenas em 1983, porém para a sua formação ocorre a partir da articulação de diferentes grupos políticos, que já vinham sendo mobilizados desde os anos 60, os quais convergem na insatisfação em relação à postura do governo mexicano diante da situação social vivenciada em todo território do México. A indignação se expandiu principalmente na região sul, onde se localiza o estado da sublevação zapatista, Chiapas (BRANCALEONE, 2009). Formado por guerrilheiros, intelectuais e indígenas, estes sendo guiados por diversas correntes teóricas, o EZLN se configura como um projeto bastante heterogêneo, o qual no decorrer das políticas neoliberais aplicadas foi ganhando forma e integrantes até a sua primeira aparição no dia 1º de janeiro de 1994, a mesma data em que o México entrava no TNALC. O exército de rebeldes tomou 7 municípios chiapanecos: Altaminaro, San Cristóbal de Las Casas, Ocosingo, Huixtán, Chanal, Oxchuc e Las Margaritas. As demandas dos rebeldes podem ser sintetizadas no seguinte quadro de leis revolucionárias zapatistas elaboradas em 1993:

Tabela 2: Leis Revolucionárias do EZLN

Lei de impostos de guerra
<p>Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais. Os bens condicionados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do governo revolucionário.</p>
Lei de direitos e obrigações dos povos em lutas
<p>Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política. Eleição livre de representantes. Exigir do exército que não interfira em assuntos civis. Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário. Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução. Prestação de conta das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.</p>
Lei de direitos e obrigações das forças armadas revolucionárias
<p>Denunciar os maus governos civis. Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil. Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.</p>
Lei agrária revolucionária
<p>Expropriação de terras que excedem 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas. As terras concedidas aos camponeses sem posse serão propriedade coletiva. Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes. Preservação de zonas de selva e reflorestamento. Os recursos naturais são propriedade do povo. Não serão cobrados impostos dos que trabalham coletivamente.</p>
Lei revolucionária das mulheres
<p>Direito de decidir quantos filhos ter. Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil. Não podem ser obrigadas ao matrimônio.</p>
Lei da reforma urbana
<p>Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há 15 anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário de chefe de família. As mansões poderão ser ocupadas como moradias de muitas famílias.</p>
Lei do trabalho
<p>As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem.</p>

Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preço e salário. Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo antiguidade.

Lei de indústria e comércio

Proibida a açambarcagem.

As indústrias falidas ou abandonadas passarão a fazer parte da propriedade da nação. Preços de produtos básicos serão regulados por uma comissão democraticamente eleita.

Lei da segurança social

São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os doentes sem família.

As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

Fonte: BRANCALEONE, 2015, p. 273.

Apesar de ser possuir um exército, o zapatismo não se configura exatamente como tal, pois sua estratégia política transcende o uso da violência, sendo na verdade o recurso do diálogo com a sociedade civil a atividade mais utilizada para a sua legitimação (LE BOT, 1997; STHALER-SHOLK, 2001) apesar das armas serem necessárias para a manutenção de seus objetivos, pois como veremos, a amplitude do movimento que se caracteriza o zapatismo coloca os seus membros diariamente em conflito com o Estado mexicano, o que cria a realidade de “guerra de baixa intensidade” (HILSENBECK FILHO, 2007) nas comunidades autônomas. Ligado materialmente e subjetivamente aos abusos do capital sobre a classe camponesa – que faz parte da inserção do indígena no modo de produção (MORTON, 2013) - o zapatismo resiste à comodificação do indivíduo, o que no contexto mexicano está relacionado com a expropriação da participação política básica pela hegemonia. O conflito tem a sua natureza transnacional, pois não apenas o México estava envolvido, mas os EUA já demonstravam saber das organizações rebeldes e demandavam do governo mexicano ações para a eliminação do movimento – como garantia de ordem ao novo acordo comercial que se criava e domínio sobre as zonas petrolíferas - além do exército do Estado da Guatemala (fronteira com Chiapas) também interferir na tentativa de evitar a proliferação do conflito para o seu território (BÉJAR, 1995).

A questão agrária sempre esteve presente no debate marxista, e desde os trabalhos clássicos de Marx, Engels, Luxemburgo, Kautsky e Lenin, a participação campesina tem sido retratada nas relações sociais de produção (MCMICHAEL, 1997; CHANDRA, 2002). Contudo, as visões das tendências do capitalismo sobre o campo nesses trabalhos estiveram vinculadas a um caráter retrógrado/atrásado da organização rural, devido ao modelo de

produção semi-feudal – com a classe burguesa industrial exercendo a função dominante central dentro do Estado – e por meio da expansão do capital, a mobilidade da mão-de-obra campesina para a cidade, aonde ocorreriam as “máximas contradições” do sistema capitalista. Assim, a agência do trabalhador rural sempre esteve abordada como um associativismo secundário às lutas urbanas do proletário industrial (PETRAS & VELTMAYER, 2002). Esse formato de pensamento, que analisava a transição camponesa na Europa no final do século XIX e início do século XX, levou inclusive a alguns historiadores, como Hobsbawm (1995), a decretarem o fim da classe campesina após o elevado grau de industrialização do NOC na Era de Ouro do capitalismo, e a industrialização tardia dos países periféricos, contribuindo para o entendimento subalterno do modo de produção campesino e a sua cultura (BERNSTEIN, 2001; MORTON, 2013).

Porém, como Zizek (2008) coloca, a universalidade da teoria marxiana advém justamente das suas contradições e negações. É o processo de questionamento sobre os trabalhos anteriores que nos permitem avançar na explicação e superação dos obstáculos contemporâneos. Mao (2008), por exemplo, realiza um intenso trabalho na compreensão da dialética no materialismo histórico, o que o fez perceber que a classe campesina na China daquela época representava a contradição particular central – e não a contradição predominante universal (do proletário).

Seguindo nesse sentido, o entendimento das forças produtivas rurais não-anacrônicas ao modo de produção capitalista possibilita uma melhor compreensão do meio rural como mais um espaço do movimento de expansão do capital e o seu desenvolvimento desigual e combinado global. Portanto, a forma do Estado está relacionada com o modo de produção e sua relação com o mercado, o que envolve também a inserção da zona rural. Logo, as contradições inerentes à estratégia de acumulação capitalista reverberam no campo (Norte e Sul) com o desenvolvimento tecnológico/elevados índices de produção e a situação marginalizada das classes trabalhadoras rurais (BERNSTEIN, 1996, 2009). Nos anos 90 o que percebemos é a agência política mais radical contra o processo neoliberal a partir das revoltas camponesas. A nova onda contestatória dessa classe motivaria não apenas o questionamento de dogmas dentro do marxismo, como também as possibilidades de resistência anti-capitalista de maneiras distintas (PETRAS & VELTMAYER, 2008).

Antes, contudo, é necessário colocar que os problemas enfrentados neste período são

decorrentes da degradação de uma forma de Estado que se inicia com a Revolução Mexicana, a qual é demarcada academicamente na história entre os anos de 1910 até 1917, contudo os seus desdobramentos na política mexicana são evidenciados até o início dos anos 40 (BEEZLY & MACLACHLAN, 2009). Trata-se da revolta indígena/campesina liderada por Emiliano Zapata e Pancho Villa, os quais representavam regiões, classes e interesses distintos pela dissolução da ditadura de Porfirio Diaz (1884 – 1911) e a modernização do México que rompesse com a realidade colonial de concentração de terras (THORNTON, 2013). Zapata vinha do centro do México, do estado de Morelos, e agrupava ao seu redor *mestizos* e indígenas do centro e sul do país na luta pela reforma agrária, através de uma redistribuição radical de terras. Villa, do estado de Chihuahua ao norte, liderava um movimento composto por *mestizos* e *criollos*, os quais defendiam uma reforma agrária por meio de pequenas propriedades privadas de terra (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004; BEEZLY & MACLACHLAN, 2009)

No decorrer do desenvolvimento da revolução, ambos foram executados em emboscadas articuladas por inimigos políticos. Venustiano Carranza, do estado ao nordeste de Coahuila, também aparece como líder de um movimento neste período, contudo esse pode ser considerado um contra-revolucionário, visto que defendia a manutenção dos grandes latifúndios dos caudilhos após o fim do comando de Porfírio⁵². Carranza antes de assumir a presidência (1917 – 1920) foi responsável por liderar a constituinte que levou à criação da Constituição de 1917, que adiciona no artigo 27 o direito ao modelo de organização social em terras coletivas denominadas *ejidos*, mas que só foi institucionalizado de fato sob o comando de Lázaro Cárdenas (1934 – 1940) (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004; BEEZLY & MACLACHLAN, 2009)

Com os desdobramentos dramáticos da luta por reforma agrária, sendo Carranza também assassinado, o que vemos é a ascensão de uma elite tecnocrata ao poder e a instituição de um partido único, o PRI⁵³, que estabelece um pacto hegemônico com a sociedade mexicana, através de um Estado corporativista, provedor de alguns direitos sociais

⁵² Para melhor entendimento da realidade mexicana e dos atores envolvidos na revolução, recomendados os filmes *Vamonos con Pancho Villa!* (1936) e *Viva Zapata!* (1952), obras de Fernando de Fuentes e Elia Kazan, respectivamente.

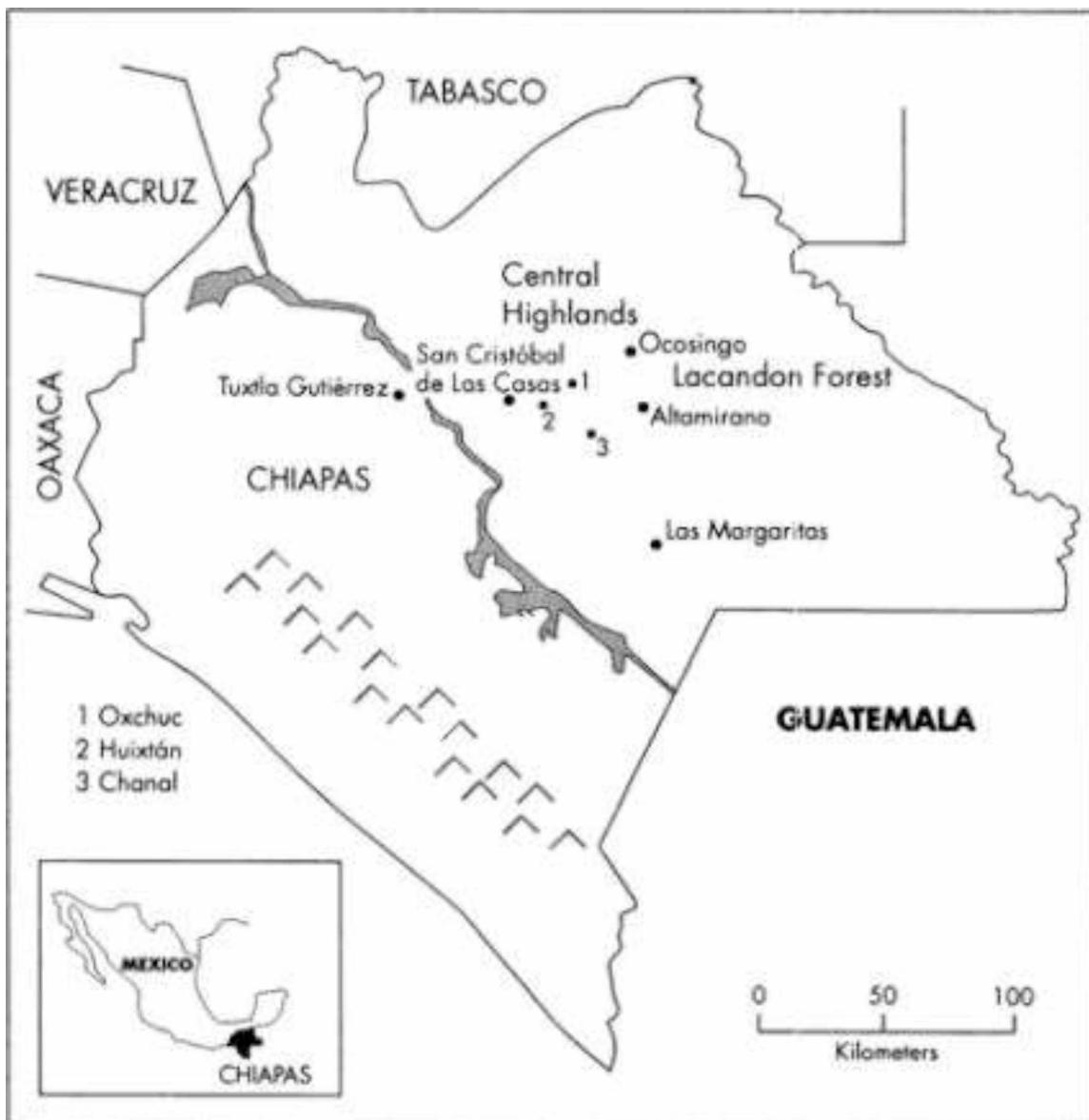
⁵³ O partido surge em 1929 com a sigla Partido Nacional Revolucionário (PNR), transforma-se no ano de 1938 em Partido da Revolução Mexicana (PRM), e por fim, em 1946 se torna o Partido Revolucionário Institucional (PRI), a sigla que se mantém até os dias atuais (GARRIDO, 1991).

básicos, tais como a educação universal, garantindo a estabilidade social sobre a classe trabalhadora urbana (MORTON, 2003). As diversas etnias nativas que se localizavam majoritariamente ao sul do México assumiram uma relativa autonomia, ao passo que eram absorvidos pela identidade nacional (STHALER-SHOLK, 2001).

Entretanto, distante de uma política autônoma, as organizações autônomas indígenas logo foram subordinadas ao controle do Estado, sob o contexto de integração, com a realização em 1940 do Congresso Indigenista Interamericano de Pátzcuaro, o qual propiciou o surgimento do Instituto Nacional Indígena (INI) em 1948, sendo esse o órgão estatal responsável por administrar as terras coletivas (MORTON, 2013; LE BOT, 1997). Assim fora construído o Estado moderno mexicano, fruto da Revolução Mexicana e seus mártires, através da hegemonia de um oficialismo partidário e o “pacto” dos trabalhadores (proletários e camponeses) e a burguesia com o forte centralismo (BEEZLY & MACLACHLAN, 2009; CAULFIELD, 1998). Economicamente, a partir dos anos 40, o Estado vinha adotando a política que caracterizava quase toda a região latino-americana, por meio da substituição de importações se esperava atingir um determinado nível de desenvolvimento industrial, através dos fortes incentivos/subsídios e alianças com o capital nacional (intrinsicamente ligado com a sociedade política), e a importação de bens de capital (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004)

De acordo com a análise de Le Bot (1997), o estado de Chiapas, em que teremos a maior revolta indígena em relação ao modo como se deu a modernização do México com a aparição do EZLN, possui um histórico de negligência política acerca dos povos nativos maias que vivem naquele território. Anexado da Guatemala em 1824, e povoado a partir de fluxos de migrações de regiões mexicanas e guatemaltecas, as relações sociais entre os mestiços, descendentes de colonos e os indígenas foram caracterizadas por níveis de subserviência. Nesse sentido, nas comunidades se presenciava o clientelismo perpassando pelos dirigentes políticos do PRI, grandes e pequenos proprietários de terra/pecuaristas, bem como caciques e líderes comunais.

Figura 3: Área da Rebelião Zapatista e Localização de Chiapas no México



Fonte: HARVEY, 1998, p. 07.

A extensa produção da monocultura de café – reflexo da acumulação colonial agroexportadora - junto com a pecuária podem ser colocadas como as principais atividades econômicas do estado, porém, simultaneamente são exercidas as relações econômicas *ejidales* pelos nativos, as quais contribuem também para a diversificação econômica de Chiapas. Ainda que afastado do direcionamento político, com a ausência explícita de investimento em infraestrutura, o estado é caracterizado pela abundância em recursos

energéticos, e a partir dos anos 80 se tornaria o foco econômico do país, porém a negligência política continuaria (LE BOT, 1997).

A religião efetuou um importante papel na história de Chiapas, seja na catequização/normatização desde o período colonial dos indígenas para a criação de um exército de reserva direcionado para o modo de produção agrário presenciado na região, seja na conscientização dos nativos acerca da sua situação subalterna de exploração, e fomentação de organizações indígenas autônomas que reclamavam melhores condições sócio-políticas frente aos líderes locais e nacionais. A segunda linha de participação está relacionada com as organizações religiosas contestatórias que se alocavam entre as comunidades, e teve como um dos principais percursores o bispo Samuel Ruiz Garcia da diocese do município de San Cristóbal de Las Casas (BRANCALEONE, 2015; LE BOT, 1997).

Contudo, a prática de união da Igreja com a crítica aos abusos sobre os indígenas não esteve ausente de relações de poder e contestações, pois a própria intervenção dos líderes religiosos muitas vezes minava o caráter autônomo dos povos nativos, no intuito de discipliná-los/direcioná-los em suas causas – sem mencionar a relação que alguns padres tinham com o próprio *establishment* PRIísta. Muitas dessas críticas partiram de grupos maoístas que também se organizavam em Chiapas com os indígenas, e outros grupos rebeldes que se deslocavam no México em direção ao sul (BRANCALEONE, 2015).

O modelo de subserviência dos campesinos/indígenas em Chiapas, apesar de suas especificidades locais, dialogava com a realidade da classe trabalhadora nacional. Caulfield (1998) nos mostra que após o governo de Cárdenas, a relação do México com os sindicatos ficou marcada pelo *charrismo*. O fenômeno que se refere ao entreguismo que as lideranças sindicais de instituições como a Confederação de Trabalhadores do México (CTM) exerciam a favor do patronismo estatal. Essa prática visava deslegitimar os sindicatos menores que se opunham ao governo do PRI, por exemplo, a Confederação Revolucionária de Operários e Campesinos (CROC). Além de perseguir os líderes independentes e autonomistas, os quais defendiam primordialmente melhores condições de trabalho em vez do crescimento econômico pregado pelas instituições pró-Estado. A pressão e perseguição era tão intensa que os sindicatos independentes buscaram muitas vezes apoio em outras organizações transnacionais, tais como a Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL) e a

Agrupação de Trabalhadores Latino Americanos Sindicalistas (ATLAS).

Enquanto isso, a CTM estava diretamente ligada à Organização Regional Intra-americana dos Trabalhadores (ORIT), que contava com a liderança dos sindicatos do vizinho ao norte. Como se tratava do período da Guerra Fria, o *charrismo* contou com forte apoio estadunidense sob o lema da estabilidade social – cooptação do Estado - em detrimento de “prática subversivas” – qualquer ação que fosse interpretada como potencialmente comunista. Além do apoio financeiro dos EUA aos sindicatos sob domínio do Estado mexicano, houve intensa propaganda com material anti-comunista difundida entre os sindicatos. Ademais, a política externa estadunidense do governo Truman utilizava conferências como *The Grants Leader* dentro do Acordo de Segurança Mútua (seções 516 e 528) para receber lideranças sindicalistas a fim de lhes treinar materialmente e psiquicamente contra o comunismo (CAULFIELD, 1998).

Apesar da presença importante dos EUA, o México ainda apresentava relativa dinamicidade quando consideramos os seus parceiros econômicos. Mesmo com a já alta presença do capital estrangeiro, permaneciam as políticas de mexicanização, ou seja, setores importantes da indústria de transformação possuíam um teto para a participação externa. Cabe ressaltar que as maquiladoras⁵⁴ nos anos 60 começavam a ganhar destaque na produção industrial, porém de maneira embrionária e restritas ao norte na fronteira com os EUA (ROBINSON, 2008). Quando comparado com os demais países da região, os indicadores sociais mexicanos apresentavam bons resultados. Com o avanço da industrialização, entretanto, a forma do Estado se alterava, e com isso o pacto estabilizador do PRI pós-revolução se tornava mais difícil de ser mantido.

A sociedade civil se complexificava a partir da formação de uma nova classe média em conjunto com a urbanização intensa. Iniciava a proliferação de trabalhadores informais, o que posteriormente se tornaria algo marcante na estrutura econômica mexicana (CANO, 2000; CAULFIELD, 1998). A necessidade da hegemonia em recorrer aos recursos

⁵⁴ As maquiladoras são indústrias que se inserem na cadeia produtiva transnacional por meio da simples ligação das peças no processo de montagem, exportando a manufatura final geralmente para os países de origem da importação das matérias-primas. Ou então são especializadas na exportação de determinadas peças para a linha de montagem transnacional. Assim, é difícil encontrar maquiladoras que realizem algum processo de transformação na manufatura, estando estas reduzidas a se inserir no setor de montagem. No México, as maquiladoras são introduzidas em 1965 com o Programa de Industrialização Fronteiriça, após o fim das bases legais estadunidenses que permitia a migração trabalhista do México para os EUA (HANSON, 2003; ROBINSON, 2008).

coercitivos para manter a ordem se mostrava mais frequente, como foi o caso da repressão a manifestação estudantil de 68 em Tlatelolco, que culminou com a morte de 300 estudantes segundo a imprensa internacional, e 30 de acordo com a mídia doméstica. (FOWERAKER, 1990; SHOLK; 2001)

2.1.1. A crise orgânica do desenvolvimentismo mexicano

Quando chegamos nos anos 70, o México enfrenta graves problemas macroeconômicos e uma crise de representatividade com os governos de Luis Echeverría (1970 – 1976), e José López Portillo (1976 – 1982). O modelo *top-down* das relações públicas, bem como o aparelhamento rizomático de uma determinada sociedade política ligada ao PRI em todos os níveis administrativos (federal, estadual, municipal) começara a demandar “transformações” no esquema de reprodução sistemática do partido na política nacional (MORTON, 2013). Porém, isso não retirou a intensa perseguição do Estado sobre qualquer organização “potencialmente subversiva”, de modo que muitos militantes de esquerda nos anos 60 e 70 foram presos, ou assassinados, considerados ameaças à ordem institucional. Por isso, muitos guerrilheiros do norte se deslocaram para o sul, na Selva Lacandona em Chiapas, para fugir da repressão e manter minimamente a organização revolucionária (FOWERAKER, 1990; LE BOT, 1997). Dentre esses podemos destacar a Força de Libertação Nacional (FLN), que seria essencial para a posterior articulação do EZLN, e outros grupos maoístas como citado anteriormente (BRANCLEONE, 2015).

Nessa conjuntura, Echeverría assume a presidência com o intuito de renovação já explícito na sua escolha para o cargo. Distanciando do costume em eleger políticos tradicionais, esse representava uma tecnocracia mais jovem, geralmente ligada à Secretaria da Fazendo e ao Banco do México, em sua maioria composta por pós-graduados que retornavam dos estudos nos EUA. As políticas adotadas por Echeverría seguiram a modernização, aqui entendida como descentralização dos serviços públicos, e políticas industriais expansionistas (CANO, 2000; MORTON, 2013). Por meio de uma estratégia neopopulista⁵⁵, o seu governo realizou elevados investimentos para manter o crescimento

⁵⁵ O prefixo “neo” na palavra populismo aparece mais como marcação de um novo momento histórico, do que novas características substanciais ao modelo socioeconômico que esta representa. O conceito de populismo é bastante diverso e problemático em sua generalização, uma vez que cada situação pode apresentar características distintas na sua aplicação (BOBBIO, 2005; VIGUERA, 1993). Posto isto, compartilhamos do

econômico. O descontentamento dos estudantes foi “solucionado” com grandes remeças de intercâmbio de pós-graduandos para escolas estadunidenses que posteriormente seriam reconhecidas por seu pioneirismo intelectual na formação neoliberal. A falta de apoio do PRI começa a se refletir também nos interesses do grande empresariado, quando em 1975 é criado o Conselho de Coordenação Empresarial (CCE), formado por um “segmento transnacionalizado do capital nacional incluindo acionistas diretos de grandes conglomerados ligados ao setor exportador com experiência nas organizações da elite dos negócios” (MORTON, 2003, p.640). O novo órgão representava o movimento dessa classe em oposição ao governo.

O forte controle social que havia no modelo ia se deteriorando à medida que Estado capitalista reproduzia a sua estratégia de acumulação. A conta corrente passava por sérios influxos sem alterar a arrecadação necessária para as políticas expansionistas, as quais eram importantes para conter as demandas sociais e sustentar o grau de industrialização mais sofisticado, agregada a configuração de crise nas relações econômicas internacionais. O resultado foi um grande débito na balança de pagamentos. A inflação contaminada pela conjuntura internacional reduziu as exportações e estimulou as importações. Isso aliado com os gastos elevados, em conjunto com o endividamento externo (por meio da compra de bens de capital) e a fuga de capital proporcionou uma crise inflacionária no ano de 1976 que seria herdada por seu sucessor. O México entrava na zona de controle disciplinar do FMI (CANO, 2000; VAZQUEZ-CASTILLO, 2004)

Portillo, outro funcionário da Secretaria da Fazenda que assume a presidência, encontrou na exploração do petróleo uma maneira de retomar o crescimento, ainda que minimamente (MORTON, 2013). O petróleo, que tinha começado a ser relevante na economia mexicana na administração anterior devido aos choques de oferta da época, ganha demasiada importância nos interesses do Estado após a descoberta de novas jazidas e o elevado preço internacional dessa *commodity* no fim dos anos 70. Mesmo com essa nova fonte de renda primária, o endividamento externo se tornou ainda mais grave, posto que a

entendimento da linha que caracteriza como populismo a forma de Estado originada pela política de coordenação/cooptação dos distintos interesses de classe a favor de uma estratégia de acumulação, sem reconhecer uma agenda política objetiva (IANNI, 1991). No caso mexicano, com o desenvolvimento das forças produtivas e a diversificação das classes sociais, passa-se a utilizar o termo neopopulista para identificar as supostas novas “alianças” entre “industrialistas nacionais, camponeses, marginais urbanos, setores trabalhistas desiludidos, estudantes e as classes médias” (MORTON, 2003, p. 637) estabelecidas para sustentar a nova estratégia de acumulação, um protoneoliberalismo.

extração do petróleo exigiu investimento pesado na *Petroleos Mexicanos* (PEMEX)⁵⁶ e em infraestrutura, permanecendo na situação de importação de bens de capital. Começa-se a verificar uma forte guinada em direção à economia dos EUA, com a dependência da exportação de petróleo ao vizinho e a entrada de investimento externo direto de origem estadunidense para financiar a sua extração. O desequilíbrio nas contas em decorrência da queda do preço do petróleo na economia internacional acarretaria uma nova crise inflacionária em 1982, com a desvalorização de 72% do peso mexicano, e uma inflação de 350% (CANO, 2000; ROBINSON, 2008).

As relações sociais de produção demonstravam suas fraturas com o surgimento em 1979 da Coordenação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), em contraposição ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Educação (SNTE), o qual operava dentro da órbita do Estado. Nesse período presenciamos a *insurgencia obebra*, de modo que os trabalhadores começam a reivindicar massivamente por alterações na organização política mexicana, com pautas para além da urgência econômica. O fim do *charrismo*, autonomia nas relações de trabalho e participação democráticas estavam entre as principais demandas dos trabalhadores. A resposta se deu – além da intensa coerção hegemônica – na Lei de Organizações Políticas e Processos Eleitorais (LOPPE), responsável por uma “abertura democrática” que serviu para institucionalizar/coordenar a oposição na tutela estatal (MORTON, 2003; 2013).

O *indigenismo* ganhava um “novo” caráter com a criação de um Conselho Supremo para cada etnia, a adesão de 30,000 professores e promotores bilíngues, e a criação do Conselho Nacional de Povos Indígenas (CNPI). A intenção de tais políticas no discurso do PRI era aumentar a participação indígena, contudo, a condição de subalternidade e aparelhamento das demandas locais permanecia intacta, se não renovadas (LE BOT, 1997). Até então a elite tecnocrata absorvia as classes populares através do “salário social”, de modo que o crescimento econômico era compatível com a ideia de distribuição de renda por meio de serviços básicos, tais como saúde, educação, subsídios na alimentação e esgotamento sanitário dentro da “representatividade” *top-down* (CAULFIELD, 1998).

⁵⁶ Em 1937 se iniciam diversos conflitos entre os trabalhadores e as empresas estrangeiras do setor petrolíferos. Cárdenas, o presidente da época, consegue estabelecer uma aliança muito forte com os trabalhadores – em grande parte devido à influência da CTM sobre as organizações sindicais – por meio do discurso de defesa dos interesses nacionais, o que teve como resultado a nacionalização de jazidas e indústrias de propriedade estrangeira. Criava-se em 7 de junho de 1938 a PEMEX (CAULFIELD, 1998)

Organizações coletivas de trabalhadores campesinos, que se diferenciavam no espectro da reivindicação autônoma, como a Organização Campesina Emiliano Zapata (OCEZ) e a Central Independente de Trabalhadores Agrícolas e Campesinos (CIOAC) demonstraram a articulação da resistência agrária a nível nacional contra o neopopulismo. Em Chiapas especificamente podemos destacar o papel da União de *Ejidos-Quiptic ta lecubtesel (Quiptic)* na Selva Lacandona na organização dos indígenas, que iria contribuir na formação do EZLN. Ao final dos anos 70 e início dos anos 80 os membros do incipiente movimento zapatista (das distintas tradições político-revolucionárias) estabeleceriam organicidade entre as diversas organizações indígenas que haviam na região, dentre elas a *Quiptic* (LE BOT, 1997).

O bloco histórico que outrora assumia a forma hegemônica na sua primazia, isto é, envolvendo principalmente o acordo moral e político na sociedade mexicana por meio do pacto social entre as classes sociais decorrente desde a Revolução Mexicana, sem deixar de valer-se do monopólio da força quando necessário, passava a ser entendida como uma hegemonia mínima, ou deteriorada. Tornava-se nítida o recurso da coerção mais como regra, do que exceção. A autoridade do Estado, e aqui nos referimos principalmente a sociedade política que se reproduzia a partir das instituições estatais, passou a ser contestada por de diversos polos, inclusive pela classe capitalista transnacional (interna e externa) que se desenvolvia. Se os primeiros passos rumo ao neoliberalismo já haviam sido dados por Echeverría e Portillo, a consolidação desse modelo estava por vir de maneira definitiva com os próximos governos.

Na década de 80 as políticas neoliberais são intensamente internalizadas pela sociedade política mexicana, com o objetivo de conter o afastamento da elite econômica neoliberal que ganhava cada vez mais força no cenário internacional. Os presidentes De La Madrid e o seu sucessor Salinas de Gortari exercitaram intensas reformas políticas para alinhar o México com os interesses estadunidenses e canadenses para a efetivação do TNALC, ao passo que favoreciam uma classe capitalista interna. Novos planos sociais também foram aplicados nesta década para incorporar as classes que não se sentiam representadas pela sociedade política no novo projeto de desenvolvimento, solidificando a abertura do mercado interno. De acordo com Wilson Cano (2000), as forças sociais do partido PRI se voltavam cada vez mais para os interesses de grandes empresas transnacionais e do sistema de crédito em detrimento das bases camponesas e proletárias

minimamente representadas na estratégia de acumulação do capital por ISI anteriormente.

2.1.2. As relações sociais de produção na revolução passiva

O fim de 1982 foi marcado pelo início de um controle rígido do câmbio, política que foi aplicada com a entrada de Miguel De la Madrid (1982 – 1988) na presidência. O elevado endividamento externo, reflexo das políticas domésticas (estratégia de acumulação pela importação de bens de capital e políticas expansionistas sem a arrecadação necessária) em conjunto com os choques internacionais no preço do novo centro econômico mexicano, o petróleo, provocaram a situação do México de credor de instituições internacionais e do NOC, de modo que o endividamento externo chegava a 32 bilhões de pesos ao final de 1982 (MORTON, 2013; ROBINSON, 2008; CANO, 2000). Os gastos públicos do “salário social” foram os primeiros alvos dos cortes para equilibrar as contas (CAULFIELD, 1998).

Em compensação, o paternalismo do Estado veio em grande medida em relação ao sistema financeiro. Esse se encontrava extremamente abalado, pois, a política de empréstimos de maneira desregulada ao capital nacional quando ocorreu a hiperdesvalorização do peso mexicano e a fuga de capital (devido à alta taxa de juros estadunidense) desencadeou uma crise dos bancos privados (CANO, 2000). De la Madrid colocou fortes restrições nas importações através da elevação dos impostos sobre os produtos que entravam (com exceção daqueles destinados às maquiladoras) e estatizou grande parte dos bancos privados, assumindo a dívida privada (cerca de 7 bilhões), isto é, aumentando ainda mais a dívida pública que já se encontrava alta por causa do déficit corrente e do endividamento externo (MORTON, 2003, 2013).

Apesar de tais medidas no sistema financeiro terem, além absorvido todas as dívidas privadas, colocado os proprietários em relação privilegiada nas ações de tais bancos (cerca de 30% das ações), elas foram interpretadas negativamente pelas elites enquanto “participação extrema do Estado”, e as restrições de importações apenas intensificaram a negação das políticas de De la Madrid. A vitória do PAN em estados e municípios por todo o país na década de 80 escancarava o declínio hegemonicó que o partido sofria, iniciado desde o período de Echeverría (CANO, 2000; BÉJAR, 1994). Moton (2003, 2007, 2013) nos demonstra que a crise econômica e política enfrentada pelo PRI resulta num processo

molecular de revolução passiva⁵⁷, na qual “modernizações” de cima-para-baixo são instituídas como resultado da (re)articulação das elites tecnocratas e econômicas.

Nesse momento a tecnocracia do PRI começa um alinhamento com os líderes trabalhistas do CCE, do Conselho Nacional Agrário (CNA), e com muitos jovens tecnocratas que haviam retornado dos estudos nos EUA intensificados na década anterior (MORTON, 2003, 2013; HARVEY, 1998). Em 1984 percebemos as mudanças na postura do Estado do México com as elites transnacionais domésticas através da dissolução gradual das tarifas de importações (ainda que permanecessem as cotas quantitativas) em confluência com a “popularização” do Thatcherismo nas relações internacionais, até culminar em 1986 com a entrada do México no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (em inglês GATT). Tal processo efetivou a inserção exportadora mexicana na divisão internacional do trabalho, com a expansão do setor industrial das maquiladoras (80% voltado para o mercado dos EUA) (CANO, 2000; CAULFIELD, 1998).

A garantia de subsídios (redução de impostos sobre a exportação) para as maquiladoras elevou nesse período as exportações mexicanas, favorecendo a balança comercial e a redução da desvalorização da moeda, ainda que não fosse o suficiente para conter a crise inflacionária (CANO, 2000). Entretanto, vale-nos entender que o modelo exportador foi direcionado ao centro das políticas econômicas sem a mesma consideração às condições de trabalho, ao contrário, os incentivos de investimento direto externo ao setor se davam principalmente pela ausência de fiscalização/aprimoramento das relações trabalhistas⁵⁸, o que proporcionava um ambiente de baixos salários sem a necessidade de gastos com a qualidade de trabalho (BEJAR, 1995). Com o modelo de espoliação através da mais-valia elevada garantida, desregulação das importações/exportações e a renda do Estado direcionada para o pagamento da dívida pública, os interesses da CCT mexicana e estrangeira estavam garantidos pelo PRI (MORTON, 2013). Não apenas os EUA

⁵⁷ Como vimos no primeiro capítulo, a revolução passiva se trata de um movimento bastante amplo e complexo. Aqui, salientamos as medidas de De la Madrid e Salinas na composição do neoliberalismo, contudo, o processo da elite tecnocrata na busca pela permanência de sua hegemonia se destacada desde o neopopulismo dos governos anteriores.

⁵⁸ Com a elevada taxa de desemprego proporcionada pela crise, os sindicatos trabalhistas que já sofriam com o controle do *charismo* na cooptação de suas demandas, tornaram-se ainda mais vulneráveis (BÉJAR, 1994; CAULFIELD, 1998). Os empregadores utilizam esse momento de vulnerabilidade para intensificar a terceirização e desregular os contratos trabalhistas (tempo de trabalho e remuneração) (CANO, 2000). Além disso, é importante mencionar a questão de gênero nesse contexto de flexibilização/exploração da força de trabalho. A mão-de-obra das maquiladoras passa a ser majoritariamente feminina dentro da lógica de salários baixos.

financiaram essa estratégia de acumulação no México, mas a Europa e o Japão também participaram ativamente na exploração das vantagens comerciais proporcionadas pelas maquiladoras na reestruturação da economia política global (CAULFIELD, 1998; ROBINSON, 2008)

A hegemonia conseguia se manter com a liberalização comercial, e foi reforçada em 1987 com o Pacto de Solidariedade Econômica (PSE). Tratava-se de um plano econômico supostamente tripartite – vale ressaltar que a liderança trabalhista consultada se refere ao posicionamento pró-*status quo* – entre empresários, governantes e trabalhadores. Dentre as medidas compactuadas entre estes setores da sociedade política e civil estavam o enxugamento do Estado/privatização, congelamento dos preços (salários principalmente) e âncora cambial, por meio da valorização do câmbio (e endividamento externo) (MORTON, 2003, 2013).

Em relação ao Estado, em 1982 haviam 1.155 instituições estatais, ao fim de 1988 o número era de 412 instituições, e as políticas sociais do Estado foram caracterizadas como “focais”. A drástica reestruturação fez com o déficit financeiro do setor público reduzisse de 17% para 12,5%. Enquanto ao congelamento dos preços, o impacto na retração do valor real do salário mínimo foi de 49% em comparação com 1981, o que explica em partes o aumento de 11,8% do emprego informal. Inclusive o salário real dos trabalhadores das maquiladoras na fronteira com os EUA, que eram superiores à média nacional (cerca de 20%), não refletiu o *boom* vivenciado pelo protagonismo do setor, ao lado do petróleo. Nesse mesmo período a redução dos salários nas maquiladoras foi de 61%, e se antes o trabalhador mexicano recebia 1/6 valor pago ao trabalhador estadunidense do outro lado da fronteira, esta relação passou a ser de 1/10 (CANO, 2000; VAZQUEZ-CASTILLO, 2004). O pacto fora bem-sucedido em suas metas, contudo, faltou apenas a solidariedade.

O tecnocrata Carlos Salinas de Gortari (1988 – 1994) controversamente chega ao poder⁵⁹. O processo de criação do TLCAN que se iniciara em 1986 entre o Canadá e os EUA se concretiza em 1989, e iniciavam-se as negociações para a adesão do México no acordo. A cristalização dos interesses da CCT na economia política global se dá neste

⁵⁹ O poder da máquina do partido PRI sobre as instituições do Estado se verificam na drástica manipulação dos votos na eleição de Salinas. Durante o momento de apuração o sistema sofreu um misterioso “pane”, postergando a contagem, e depois o resultado obtido aprovava Salinas com grande margem de diferença em relação ao candidato opositor, Cuauhtémoc Cárdenas (PAN), o qual tinha a liderança de 5 pontos nas pesquisas eleitorais (HILSENBECK FILHO, 2007).

período, com a ascensão dos tigres asiáticos e a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em confluência com a deterioração da economia planificada soviética, corroborando para as condições de civilização de mercado e de novo constitucionalismo. Salinas representava a liderança desse projeto para a América Latina na nova Ordem Mundial que se formava com o neoliberalismo. O (des)projeto político-econômico e social do governo mexicano demonstra a direção de alteração da forma de Estado favorável à CCT – que no México era articulado intelectualmente pelo Centro de Estudos Econômicos do Setor Privado (CEESP), a serviço da CCE – através do discurso de integração regional (CANO, 2000; MORTON, 2013).

A estratégia de acumulação praticada envolve tanto a abertura da administração pública para o privado, como a concentração dos programas assistencialistas ao poder executivo. A agenda salinista trata de estabelecer o que depois foi conhecido por “privatização dura”. A reavaliação do Estado deveria ajustar o aparelho estatal dentro do desenvolvimento neoliberal e promover a aceitação social, o que inclui a redução da intervenção desse ator na economia e o entendimento das ONGs como principais responsáveis pelos assuntos sociais, coordenadas pela tutela presidencial. As reformas econômicas e sociais seria a catapultada do México ao TLCAN, trazendo as bases morais e intelectuais para as suas reformas materiais com o discurso socialdemocrata de uma forma de Estado onde não há antagonismo de classe (MORTON, 2003).

No sistema financeiro a redução da taxa de juros estadunidense e a renegociação da dívida externa do México melhorou o câmbio e controlou minimamente a dívida pública, além do retorno de capitais (CANO, 2000). Salinas, para aumentar o espaço de investimento desse capital altera a Lei para Promover o Investimento Mexicano e Regular o Investimento Externo (LPIMRIE) de 1973. 69% das empresas O limite de comercialização de 20% dos produtos das maquiladoras no mercado interno é elevado para 50% (com a garantia de 100% até 2001), e a regulação passou a permitir mais do que 49% da ação privada em setores como o sistema bancário, rodoviários, as telecomunicações e a mineração. Cerca de 69% das entidades públicas restantes foram privatizadas (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004).

De acordo com Rodriguez-Padilla (1996) O setor energético foi talvez o único em que se manteve um discurso nacionalista, contudo na prática os meios para se alcançar os objetivos “nacionalistas” não fugiram a regra da privatização. Se antes era colocada como

propriedade da nação enquanto questão de segurança, a atividade mineradora é aberta ao capital estrangeiro como recurso econômico. Assim, por meio da modernização das relações de trabalho – nova cultura empresarial – e do modo de produção a energética se caracterizaria como basilar para a economia mexicana, e, portanto, uma riqueza mexicana. A eficiência dessa riqueza seria melhor aproveitada ao país com a diversificação produtiva e internacionalização, que representava 30% da balança comercial do México nesse período. No novo discurso, a presença do Estado era vista como extremo protecionismo, apenas algumas áreas permaneceram no comando do Estado, como o sistema de eletricidade e a extração de hidrocarbonetos – de onde se originava grande parte da renda destinada ao pagamento da dívida externa. Nos demais setores, a reforma da LPIMRIE entrou em vigor não apenas nas atividades de extração, mas também na cadeia produtiva deste setor, como transporte e distribuição.

Outro aspecto importante nas políticas energéticas foi que a proibição de venda de mais 50% do petróleo a um único parceiro também deixou de valer, e até 94 os EUA consumiam cerca de 70% do petróleo mexicano e detinha 60% das partes, processos e serviços do setor, o qual servia de garantia de pagamento do Estado ao déficit financeiro, e, portanto, da dívida externa. Com o histórico de forte presença sindical desde o seu surgimento, inclusive na direção administrativa da empresa, a reforma da PEMEX foi seguida de reivindicações e mobilizações dos trabalhadores do *Sindicato de los Trabajadores Petroleros de la República Mexicana* (STPRM), o que culminou na prisão do líder sindicalista Joaquín Hernández Galicia, um forte opositor ao processo de privatização (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004; RODRIGUEZ-PADILLA, 1996).

Nas maquiladoras, aumentava-se os conflitos de classe com o descumprimento dos direitos trabalhistas, à medida que esse modo de produção inseria grande parte da população economicamente ativa mexicana (CANO, 2000). Apesar da existência de sindicatos na grande maioria das indústrias maquiladoras, esses eram considerados como órgão técnico do resto do corpo burocrático empresarial, tratando de disciplinar, treinar, contratar, e demitir, por exemplo. Grande parte dos trabalhadores não eram associados aos sindicatos oficiais, o que ficou evidente no caso de ocupação dos operários da empresa LAMOSA (maquiladora da Ford Motor Company) no novembro de 1989. Mesmo com a posição contrária da CTM às motivações dos trabalhadores, a redução da carga horária de trabalho de 48h para 40h semanais, ocorreu a ocupação das plantas da fábrica por dois dias (CAULFIELD, 1998).

Apesar do curto prazo de duração, esse caso exemplifica como as reformas do GATT e do TLCAN fortaleciam as relações de produção baseadas na superexploração do trabalho, e para isso era necessário a presença coercitiva intensa na sociedade civil no intuito de “manutenção da ordem”.

O suposto caráter social do PRONASOL se tratava de um *transformismo* baseado na cooptação das “decisões democráticas” e auxílios paliativos. Com o discurso de sociedade civil neoliberal, o controle do Estado sobre as organizações de administração pública se tornou ainda mais centralizado pela elite tecnocrata do PRI e reforçava as relações de poder dos *caciques* nas comunidades dos estados do sul, um *charrismo* em larga proporção, ao passo que o Estado alegava ampla participação popular nas decisões sociais. O desmantelamento do Estado na arena social é praticado principalmente na reforma institucional e constitucional, as quais tiveram grande importância na estratégia de acumulação neoliberal.

Nesse sentido, a Companhia Nacional de Subsistências Populares (CONASUPO) era uma importante instituição para a manutenção do poder de compra da classe trabalhadora nos produtos alimentícios agrícolas básicos e a renda do pequeno agricultor, por meio do controle dos preços, subsídios, redução de custos e monopólio da compra de safras internacionais. Com os privilégios e participação nas atividades econômicas a empresa teve seu papel reduzido drasticamente, de modo que em 1991 as atividades passaram a ser geridas pela Agência de Serviços para a Comercialização e Desenvolvimento dos Mercados Agropecuários (ASERCA). Basicamente uma agência de marketing, a ASERCA passa a centralizar os auxílios restantes do governo, que com o PROCAMPO em 1994 destinaria subsídios financeiros aos produtores rurais, em grande medida proporcionados pelo Banco Mundial, para efetivar a transição ao mercado aberto (YUNES-NAUDE, 2003).

O consenso hegemônico entre as classes na formação do Estado mexicano se definha ainda mais com as alterações realizadas em 1992 por Salinas na constituição de 1917, em que importantes direitos de reforma agrária e autonomia dos povos indígenas foram atacados. O artigo 4 que se referia a garantia das formações sociais dos povos indígenas em comunidades autônomas aos municípios, foi transformado no reconhecimento da identidade pluriétnica do povo mexicano e a defesa de sua cultura. O *indigenismo* no discurso pouco específico do artigo já mostrava o grau de cooptação desse princípio na sustentação de

hierarquias regionais e o centralismo do Estado nas decisões comunitárias. As organizações comunitárias já estavam em ebulação com o *transformismo* quando Salinas respondeu às demandas indígenas com a alteração da passagem acerca das diferenças comunitárias pelo respeito às manifestações culturais, já acordado na Convenção dos Povos e Indígenas da OIT de 1989⁶⁰ (NASH, 2001).

Em relação ao art. 27 da constituição, a espoliação se dá de maneira mais drástica, quando os *ejidos* aparecem como novos espaços para o capital global, e no mesmo sentido que o petróleo, tornam-se garantias ao capital estrangeiro. Se antes a constituição considerava as terras comunais enquanto propriedade social, isto é, um direito coletivo inalienável da identidade indígena, Salinas configurou o *ejido* na qualidade de mais uma *commodity* (STHALER-SHOLK, 2007; NASH, 2001). Dessa forma, o ejidatário passa a ser considerado como proprietário da terra que utiliza, possibilitando a sua comercialização total ou parcial. Posterior a reforma, o que vemos é expansão da monocultura latifundiária e o surgimento de *joint-ventures* com investidores externos nas terras comunais (MORTON, 2002). O camponês fora responsabilizado pelo atraso e ineficiência na agricultura, e o antídoto seria a eliminação de sua participação econômica. A convergência da redução de subsídios do governo com a abertura dos *ejidos* ao capital agrícola possibilitou a “modernização” salinista na produção de bens primários, em detrimento do “patrimônio nacional”, além de intensificar a proletarização da força de trabalho ejidatária (VAZQUEZ-CASTILLO, 2004). Assim, criava-se um exército de reserva para a industrialização do TLCAN, ao passo que disciplinava o território mexicano de acordo com os interesses da CCT.

Chiapas se encontrava em uma situação ainda mais crítica do que o restante do país. A não renovação do acordo internacional acerca do preço do café em 1989 prejudicou os lucros da grande parcela de pequenos produtores cafeeiros chiapanecos, com uma queda de 50% do preço naquele ano (LE BOT, 1997). Sem a presença das instituições do Estado para regular o preço dos produtos primários (no caso do café, em especial, até o governo de Salinas havia o *Instituto Mexicano del Café*, criado em 1958, mais um alvo do salinismo), e o endividamento do pequeno agricultor adquirido com a desvalorização do produto levou a

⁶⁰ A Convenção citada se trata de um documento bastante amplo a respeito da defesa da organização dos povos originários, e a garantia de seus direitos pelo Estado. Contudo, o *compliance* dessa carta se dá de maneira muito frágil em relação ao México (NASH, 2001).

marginalização/informalização de muitos trabalhadores (MORTON, 2002). Chiapas até o fim de 1993 havia se caracterizado como um grande ponto de concentração de muitas organizações independentes, sobretudo na Selva Lacandona, que denunciavam a situação de pobreza e exploração. Dentre elas podemos destacar: Aliança Nacional Independente Emiliano Zapata (ANCIEZ), decorrente da *Quiptic*, e a *Coordinación Plan de Ayala* (CNPA) (BRANCALEONE, 2015).

Nas relações internacionais o espaço para um movimento contra-hegemônico nacionalmente não era favorável. O final da Guerra Fria com a dissolução da URSS, sem um resultado positivo das medidas perestroikas, uniformizou-se o novo constitucionalismo, de modo que a tradição revolucionária não só seria perseguida, como também havia se deslegitimado enquanto força política entre a própria esquerda – o que reflete na própria inércia do movimento sindicalista (COX, 1992; 1999). Contudo, a mudança na estratégia de acumulação capitalista do Estado alterou o seu modo de produção, e, por conseguinte, as relações sociais de produção provocaram novas forças sociais que se desenvolviam na saída do modelo paternalista para o mecanismo de distribuição neoliberal (PETRAS & VELTMAYER., 2002).

Dos novos espaços de organização abertos na sociedade civil organizada nessa transição, as distintas frentes de resistência, sobretudo dos indíos-campões, ganharam organicidade nas suas lutas pela defesa dos seus direitos (não aplicados devidamente historicamente) e contra a cooptação da política tradicional (STHALER-SHOLK, 2007). Chiapas é palco para a sublevação zapatista e o EZLN aparece publicamente com o pretensioso objetivo de promover uma caminhada de libertação pelo México até a capital (HARVEY, 1998). Quando se pensava que os movimentos de massa não tinham mais protagonismo na história, o zapatismo nos leva a perceber na *práxis* rebelde a vontade coletiva de emancipação.

2.2. Anti-revolução passiva: a democracia por baixo!

Com a estabilização do EZLN (e taxa crescente de membros) no interior da Selva Lacandona, tornou-se possível a atuação da organização no cenário mexicano. Por isso, a fim de compreender os próprios objetivos do grupo foram debatidas extensivamente quais seriam as medidas estratégicas a serem adotadas. Em 1992 para tomar as decisões

democraticamente todos os componentes do EZLN e das comunidades indígenas próximas⁶¹ - também denominadas Bases de Apoio Zapatistas (BAZ) - puderam participar através de votações, que resultou na vitória da luta armada direta logo em 1994. Este resultado discordava do pensamento inicial do exército baseado no acobertamento da organização até o momento de sublevação de toda a sociedade mexicana, o que demandava maiores agrupamentos de força (HILSENBECK FILHO, 2007). A decisão levou à saída de alguns antigos guerrilheiros (membros da antiga FLN) defensores do método anterior, ademais ficou nítida a grande participação das comunidades indígenas dentro dos processos decisórios do EZLN, proporcionando a compreensão da importância de os antigos membros passarem a coordenação para representantes das etnias locais. Assim, foi criado em janeiro de 1993 o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral (CCRI – CG) (BRANCALEONE, 2015; HILSENBECK FILHO, 2007).

O quadro de leis (tabela 2) elaborado pelo CCRI em 1993 e divulgado na tomada dos municípios em 1994 demonstra quais eram os princípios que guiariam a libertação nacional dentro do território do México. Apesar da complexidade presente nas leis, fica evidente o projeto audacioso elaborado pelos indígenas em busca da formação de uma nova relação social dentro da política mexicana (HARVEY, 1998; MORTON, 2013). Dentre as principais demandas dos rebeldes estão: trabalho, terra, casa, comida, saúde, educação, independência, democracia, justiça e paz (EZLN, 1994). Quando o Comando Geral do EZLN se apresentou para a população mexicana, o parágrafo inicial da Primeira Declaração da Selva Lacandona diz o seguinte:

Somos produto de 5000 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norte-americano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, ser ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos (EZLN, 2016a, tradução nossa).

Percebe-se que o movimento além de compartilhar símbolos culturais em comum, também

⁶¹ As etnias indígenas que participaram da consulta foram: os tzotziles, os choles, os tojolabales e os tzeltales (HILSENBECK FILHO, 2007).

critica a inserção dos povos de Chiapas na divisão internacional do trabalho. A privatização das terras comunais para os indígenas e camponeses foi algo específico dentro de um ciclo de exploração histórico. O projeto autônomo zapatista deslegitima o poder estatal por retirar da vida de seus integrantes a capacidade de decidir sobre as suas ações em prol da alocação de recursos necessários para a reprodução sistêmica, o que para os zapatistas significava condições de extrema pobreza numa das regiões mais ricas em recursos naturais do México, e a exclusão da participação política dos povos originários.

Os zapatistas ao iniciarem sua apresentação dizendo “hoje decidimos, basta!” (EZLN, 2016) para codificar na linguagem aquilo que já fora praticado nas ações de rompimento com as decisões do controle/fetichismo do capital, estes sujeitos fogem da margem de cálculo sistêmico. A fuga de qualquer maneira de cooptação das demandas zapatista pela hegemonia – da sua representação no *neoindigenismo* - é a resposta não esperada pelo Estado mexicano, e este desafio não pode ser encarado baseando somente na identidade indígena, ou camponesa (MORTON, 2002; 2013). Toda a sociedade civil, local e transnacional é convocada para participar deste ato de sublevação, o que relata o entendimento zapatista sobre as condições complexas na qual estão inseridos (do local ao global) (STHALER-SHOLK, 2001).

Após o período de confinamento e acumulação (mínima) de forças, a guerrilha se direciona para a tomada dos municípios chiapanecos. O ato de sublevação foi encarado quase como uma ação suicida por parte dos zapatistas (LE BOT, 1997). A reação estatal não mediou a violência no momento de emergência de um grupo contrário ao posicionamento da hegemonia do Estado, o que originou o cenário de guerra nas cidades em que ocorreram as revoltas armadas durante 12 dias. A superioridade bélica do exército mexicano culminou no assassinato de diversos líderes do EZLN, além da ameaça gerada sobre os civis no ambiente conflituoso. Com índices elevados de mortos de todos os lados envolvidos nos desdobramentos daquilo que se tornara uma guerra civil, os insurgentes decidiram por alterar o foco da luta e retornaram para as bases localizadas na selva (BRANCALEONE, 2015; HILSENBECK FILHO, 2007)

McChesney (2001) em seus estudos a respeito da economia política da mídia global demonstra o pequeno grupo de oligopólios⁶² gigantes dominadores dos diversos meios de

⁶² Neste trabalho a noção de oligopólio está sendo tomada com a acepção de um limitado conjunto de empresas

comunicação, que são: Disney, AOL Time Warner, Sony, News Corporation, Viacom, Vivendi e Bertelsmann. Na América Latina, um segundo grupo de oligopólios menores dividem o domínio da mídia na região, mas permanecem ligados com o primeiro grupo através de compra de ações e joint ventures, e o caso Mexicano é um grande exemplo, já que a Televisa⁶³ possui fortes laços econômicos com a News Corporation. O autor ressalta o uso do poder midiático que estes grupos possuem para despolitizar a população e sustentar a hegemonia da classe capitalista sobre a população mundial. Além disso, a participação do aparelho estatal na manutenção da acumulação de riqueza dos oligopólios por meio da desregulação da mídia, bem como a transnacionalização dos interesses desta classe através de instituições como o TLCAN e a OMC, as quais defendem a condensação dos meios de comunicações pelos maiores grupos capitalistas da mídia. Em relação ao zapatistas, o poder midiático da hegemonia foi acionado logo quando os zapatistas saíram da clandestinidade, com um forte discurso sobre a falta de legitimidade do movimento perante o Estado e a sociedade mexicana (MORTON, 2013).

O massacre realizado pelo exército do Estado mexicano sobre os indígenas zapatistas conseguiu *a priori* desorganizar o levante, o que demonstrou a extrema capacidade hegemônica em suprimir, a qualquer custo, as reivindicações das camadas sociais descontentes com o modelo de desenvolvimento praticado pelo governo (MORTON, 2002). Apesar da não adesão à luta armada invocada pelos insurgentes zapatistas, ocorreu a participação da sociedade civil (mexicana e internacional) por outras vias (HILSENBECK FILHO, 2007). Nesse momento de luta armada, faz-se importante ressaltar a capacidade jacobina dos zapatistas através dos seus comunicados em mobilizar a solidariedade transnacional a favor de sua causa. O EZLN, de fato, recua, porém apesar das remotas chances a organização é capaz de abrir um espaço de questionamento acerca de todo o aparato político tradicional mexicano na sociedade civil. O resultado é a passagem das armas para as negociações de paz. A crítica da sociedade civil a respeito da luta armada, mas legitimando a causa dos rebeldes, o governo se vê pressionado a recuar e aceitar participar das negociações. Entretanto, de acordo com Brancaleone (2015), esse posicionamento não

que dominam o mercado de um determinado setor.

⁶³ A Televisa é a rede de televisão mais importante do México, uma vez que na época do levante zapatista cerca de 80% das emissoras mexicanas eram propriedades, ou estavam vinculadas a ela. Em 1993 o dono da empresa, Emilio Azcárraga Milmo, era um dos 10 homens mais ricos do mundo, e chegou a fazer um depoimento para o jornal El Mundo em que se dizia ser um soldado do partido PRI. (BETHKE, 2014).

significou a retirada das tropas militares mexicanas de Chiapas. Ao invés disso, como veremos, a presença do exército federal no território ocupado pelos zapatistas irá permanecer extensivamente.

Em março de 1994 foi realizado o primeiro encontro dos rebeldes com o governo para iniciar uma negociação de paz. Os zapatistas levaram as suas demandas radicais ao Estado, porém o governo respondeu mais uma vez às demandas com o vago discurso vago de defesa às manifestações culturais indígenas (BRANCALEONE, 2015). A armadilha do multiculturalismo neoliberal – a forma de *indigenismo* praticado pelas forças do mercado – era o método da hegemonia respeitar os interesses indígenas, mantendo-os dentro da lógica de consumidores alvo (HARVEY, 2016), inserindo-os na civilização de mercado. Além disso, os ataques da mídia-partido persistiam, o subcomandante Marcos⁶⁴ foi o alvo quando na tentativa de deslegitimar o símbolo político construído o “acusaram” de ser homossexual. Como resposta, foi emitida a seguinte declaração:

Sobre o que dizem a respeito do Subcomandante Marcos ser homosexual. Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, chicano em San Isidoro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, judeu na Alemanha, ombudsman em Sedena, feminista nos partidos políticos, comunista na pós-guerra fria, preso em Cintalapa, pacifista na Bósnia, mapuche nos Andes, mestre na CNTE, artista sem galeria nem portfólios, dona de casa um sábado à noite em qualquer colônia de qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no México do fim do século XX, atacante da CTM, repórter da nota de coberturas internas, machista no movimento feminista, mulher solteira no metrô as 10 da noite, aposentado no acampamento em Zócalo, camponês sem-terra, editor marginal, trabalhador desempregado, médico sem praça, estudante não-conformista, dissidente no neoliberalismo, escritor sem livros nem leitores, e, é certo, zapatista no sudeste mexicano. Enfim, Marcos é um ser humano, qualquer, neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, explorando, dizendo ‘já basta!’. Todas as minorias na hora de falar e maiorias na hora de calar e aguentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, suas palavras, que retornam à maioria o eterno mais fragmentado, nós. Tudo o que incomoda ao poder e às boas consciências, isso é Marcos (MARCOS, 2016a, tradução nossa).

O dispositivo da diferença é contra-atacado negando as barreiras artificiais, que separam as diversas lutas sociais. Isto não quer dizer que o movimento zapatista não tenha as suas especificidades, ao contrário, o levante deixa claro que as suas decisões foram feitas

⁶⁴ O Subcomandante Marcos é o pseudônimo de um dos principais símbolos representativos do EZLN (HILSENBECK FILHO, 2007). Apesar do subcomandante não se colocar como porta-voz do movimento, mas enquanto apenas membro do exército zapatista, gostaríamos de salientar a sua influência consciente, ou inconscientemente, na criação da imagem do EZLN e do zapatismo em si através dos seus comunicados. Assim como acontece com outros membros da organização.

a partir das características encontradas localmente. Porém a identidade não impede a conscientização de classe dentro do sistema capitalista, e por isso o diálogo com as demais lutas mexicanas e ao redor do mundo, as quais se aproximam do zapatismo devido ao caráter excludente do desenvolvimento neoliberal. O “nós” é a ferramenta encontrada para não cair nas armadilhas do jogo e refazer a teia do ciclo social do fazer (HOLLOWAY, 2003), entretanto este “nós” possui evidentemente um lado, em contraposição a “eles” – a classe capitalista (nacional e transnacional).

2.2.1. Autonomia: “nunca mais um México sem nós!”

Devido às dificuldades de diálogo com o governo, entre os dias 6 e 9 de agosto de 1994 foi organizado pelo EZLN e outras organizações da sociedade civil a Convenção Nacional Democrática (CND) no local denominado *Aguascalientes de Guadalupe Tapeyac* na Selva Lacandona e também na cidade de San Cristóbal de Las Casas (STHALER-SHOLK, 2001; ZIBECHI, 2007). O evento contou com a participação de mais de 6 mil delegados, os quais tinham como objetivo a articulação da sociedade civil (principalmente organizações independentes e ativistas vinculados ao PRD⁶⁵) em prol da transição democrática e um plano de desenvolvimento nacional. Apesar da baixa influência do evento nas eleições presidenciais daquele ano, com a vitória de Ernesto Zedillo (1994 – 2000) do PRI⁶⁶, a experiência demonstrou uma importante iniciativa de agitação da sociedade civil enquanto espaço para a resistência ao domínio da classe dirigente, bem como expandia o movimento em novos níveis (MORTON, 2013). A amplitude nacional da CND é perceptível na Segunda Declaração da Selva Lacandona e a sua convocação:

Em primeiro lugar. O governo federal usurpou a legalidade que herdamos dos heróis da Revolução Mexicana. Em segundo lugar. Que a Constituição que nos governa não é mais a vontade popular dos mexicanos. Terceiro. A saída do usurpador do Executivo Federal não é suficiente e é necessário uma nova lei para a nossa nova casa, que nascerá das lutas de todos os mexicanos honestos. Quarto. Que todas as formas de luta são necessárias para realizar a

⁶⁵ Partido Revolucionário Democrático, conhecido por ser tradicionalmente um partido do espectro da centro-esquerda no cenário mexicano (MORTON, 2013).

⁶⁶ A sucessão de Salinas por Zedillo foi marcada pelo agravamento da crise política no contexto de crise econômica. Inicialmente, a indicação de Salinas para o suceder era Colosio, contudo a decisão não foi concordada entre os membros do RPI, levando a sua cisão interna e posteriormente o assassinato político de Colosio. Zedillo assume a indicação e pouco tempo depois ocorre o assassinato político de Ruiz Massieu, senador bastante próximo de Salinas e de sua Reforma Política no Congresso. O irmão do presidente, Raul Salinas, acusado de dar cobertura ao assassinato de Massieu e por corrupção foi preso em fevereiro de 1995 (CANO, 2000).

transição para a democracia no México. Chamamos para a realização de uma Convenção Democrática nacional, soberana e revolucionária, da qual resultem as propostas de um governo de transição e uma nova lei nacional, uma nova constituição que garanta a conformidade legal da vontade popular. O principal objectivo da Convenção Nacional Democrática é organizar a expressão civil e a defesa da vontade popular (EZLN, 2016b, tradução nossa).

A materialidade assume sua forma quando sob a constante ameaça dos militares em torno das comunidades, os zapatistas rompem com o cerco militar e em 8 de dezembro de 1994 proclamam a criação de 30 Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) (HARVEY, 2016). Por meio da campanha Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas durante todo esse mês, os zapatistas estabeleceram o ordenamento dos municípios com a autonomia que já se havia sendo construída historicamente nas comunidades indígenas de Chiapas. Trata-se do controle sobre o **território** basilar, sobre a **terra**, e o direito ao **autogoverno**. Esse autogoverno passa a ter como princípios de gestão a Constituição de 1917, as leis rebeldes de 1993, e as leis locais do comitê municipal. A autonomia política, isto é, a capacidade de tomada de decisões de maneira coletiva é praticada com a assembleia comunal – permitindo as deliberações entre os membros das comunidades – e o conselho municipal (ZIBECHI, 2007).

As autoridades comunais são: (i) comissário agrário; (ii) agente; (iii) responsável. Os seus cargos são, respectivamente: (i) fomentar a produção agrícola coletiva e encaminhar a deliberação de resoluções acerca de conflitos agrários; (ii) estabelecer conexões com as autoridades do Conselho Autônomo Municipal; (iii) estabelecer conexões entre a comunidade e o CCRI regional. Os representantes municipais são eleitos em assembleias comunais para a composição do Conselho Autônomo por 3 anos, com membros e comissões distintas em cada município. Dentre as principais comissões encontradas na maioria dos MAREZ estão: Comissão Agrária, Comissão de Educação, Comissão de Saúde e Comissão de Justiça (BRANCALEONE, 2011, 2015).

Na Terceira Declaração da Selva Lacandona, os zapatistas retomam a defesa da autonomia e de um novo pacto nacional:

A questão indígena não será resolvida a menos que haja uma transformação radical do pacto nacional. A única maneira de incorporar, com justiça e dignidade, os indígena na Nação é reconhecendo as características de sua organização social, cultural e política. As autonomias não são separações, são a integração das minorias mais humilhadas e esquecidas no México contemporâneo. Assim o EZLN tem entendido desde a sua formação e mandado as bases indígenas que

formam a direção de nossa organização. (EZLN, 2016c, tradução nossa).

Essa ideia da organização política e social autônoma ameaça a liderança hegemônica exercida pelo Estado capitalista, não apenas na construção do consenso ideológico da classe dirigente, mas a sua implicação material nos interesses da hegemonia: a manutenção da estratégia de acumulação neoliberal na região, devido principalmente ao agronegócio e os recursos naturais (principalmente o petróleo, a garantia de crédito para os empréstimos externos). No plano macroeconômico a crise de 94 ainda estava bastante presente, e o EZLN se tornou o motivo no discurso de Zedillo para o agravamento da crise econômica mexicana (novamente a desvalorização do peso mexicano⁶⁷), de modo que o exército rebelde entrou na agenda governamental de Segurança Nacional (BÉJAR, 1995). A reação do novo presidente se deu em fevereiro com a invasão militar no território zapatista, que culminou na destruição do *Aguascalientes*⁶⁸ (STHALER-SHOLK, 2007).

O ataque militar de Zedillo foi a aplicação do Plano Chiapas 94 formulado em outubro de 1994 pela Secretaria da Defesa Nacional (SEDENA), envolvendo generais que ocupavam o Comando Geral da VII Região Militar. Elaborado de uma maneira bastante ampla, o plano estratégico envolvia desde aspectos bélicos, até sociológicos (principalmente sobre como desmantelar a “tática de guerrilha maoísta”). O objetivo principal era enfraquecer o EZLN, desestruturando seu corpo militar, isolando-o do apoio da sociedade civil, permitindo a existência de forças paramilitares⁶⁹ organizadas por civis (basicamente por latifundiários), portanto, destruir a organização. O fato de envolver conflitos entre grupos paramilitares configurou o caso de Chiapas como uma Guerra de Baixa Intensidade (GBI) (FRAYBA, 2005, RIVAS, 2011). A campanha de ofensiva militar se resumia em:

1. Suspensão de garantias individuais na entidade: a) deslocamento forçado da população sob influência Zapatista para abrigos ou áreas de refúgio oficiais; b) neutralização da organização e as actividades da Diocese de San Cristóbal de las Casas; c) captura e apropriação de mexicanos identificados

⁶⁷ Já no início do mandato de Zedillo, o México volta a realizar empréstimos com o banco central estadunidense. Com a baixa no preço do petróleo, alinhada com o bônus creditícios dos Tesobonos - títulos com garantias de serem pagos com o câmbio vigente da compra proporcionados pelos bancos privados - a economia mexicana teve uma grande queda nas reservas monetárias e um forte déficit na balança de pagamentos (BÉJAR, 1995). Aumentava-se o rigor disciplinar para a efetivação do empréstimo por meio de garantias nas rendas petrolíferas, intervenção do FMI e o pagamento de todos os trâmites da “ajuda” (CANO, 2000).

⁶⁸ Não apenas o espaço de *Guadalupe Tapeyac* seria levantado novamente, como mais 4 *Aguascalientes* foram criados posteriormente (ZIBECHI, 2007).

⁶⁹ Dentre as diversas que surgiram como o intuito de eliminar os zapatistas, o grupo paramilitar *Paz y Justicia* se configura como a principal (FRAYBA, 2005).

com o E.Z.L.N.; d) a captura e expulsão de estrangeiros perniciosos; (...) g) a morte ou controle de pecuária equina ou bovina; h) destruição de sementeiras e culturas; i) utilização de autodefesa civil (...) n) na área estratégica de retaguarda, não poupar esforços e recursos para destruir o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), o quartel general do EZLN (...) Romper a relação de apoio que existe entre a população e os transgressores da lei (RIVAS, 2011, tradução nossa)

Essa ofensiva do governo gerou bastante solidariedade entre as organizações da sociedade civil pelos rebeldes, os quais haviam deixado a luta armada direta e estavam dispostos ao diálogo com o Estado. A pressão promovida pela sociedade civil ocasionou uma mobilização no congresso, resultando na “Lei Para o Diálogo, a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas” em 11 de março de 1995. Por meio desse reconhecimento jurídico, criaram-se novas bases para realizar as negociações de paz entre os zapatistas e o Estado. Assim, ambos os lados caminharam a partir de setembro de 1995 para as rodadas de negociação do Acordo de San Andrés de Direitos e Cultura Indígena⁷⁰. Para a negociação, os zapatistas convidaram líderes civis, acadêmicos e intelectuais a participarem/contribuírem com o processo. Entre os dias 3 e 8 de janeiro de 1996 o zapatismo movimenta mais uma vez a sociedade civil, e convoca um fórum a fim de discutir em âmbito nacional a questão dos indígenas no México e referendar com todos os povos (não apenas os zapatistas, ou de Chiapas) as medidas presentes no Acordo de San Andrés. O evento contou com mais de 500 delegados de 178 organizações indígenas, com representantes de 32 etnias (NAVARRO, 1999; 2016).

Na Quarta Declaração da Selva Lacandona, de janeiro de 1996, além do convite para o fórum, os zapatistas anunciam uma nova força política: Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN). Essa nova organização surge com o objetivo de realizar a coordenação das lutas zapatistas com outras frentes independentes de resistência. Uma frente política que não visava a disputa pelo poder, e sim o questionamento dos princípios democráticos (ou a ausência desses) hegemônicos do México (MORTON, 2013). Os rebeldes demonstram seus objetivos em escala nacional:

O Novo Diálogo Nacional teve uma primeira prova na ocasião da mesa 1 do Diálogo de San Andrés. Enquanto o governo descobria a sua ignorância a respeito dos habitantes originários dessas terras, os assessores e convidados

⁷⁰ Cabe ressaltar que “Direitos e Cultura Indígena” seria apenas o primeiro tópico a ser abordado nas negociações, dentro do amplo conteúdo do Acordo. À saber, os outros seriam: “Democracia e Justiça”, “Bem-estar Social e Desenvolvimento” e “Direitos das Mulheres Indígenas”. Nota-se o contexto nacional no qual o Acordo estava inserido (PAULSON, 2009).

do EZLN começaram a andar um diálogo tão rico e novo que excedeu imediatamente a estreiteza da mesa de San Andrés e atingiu o seu verdadeiro lugar: nação (...) Independientemente do que resulte da primeira negociação dos acordos em San Andrés, o diálogo iniciado pelas diversas etnias e os seus representantes seguirá adiante agora no Foro Nacional Indígena, e tem o seu ritmo e os alcances que os próprios indígenas acordem e decidam. (EZLN, 2016d, tradução nossa)

O acordo de San Andrés é ratificado em fevereiro de 1996, e apesar de não ser a resolução de todos os problemas enfrentados pelos povos indígenas e camponeses do México, o documento deve ser entendido como um passo importante em direção a democratização por baixo no país. Importante para o reconhecimento das liberdades pós-liberais (HARVEY, 2016) garantidas pelas Constituição de 1917, porém nunca aplicadas efetivamente pelo Estado (MORTON, 2013). Dentre as principais demandas presentes no corpo final do acordo estão: (i) o reconhecimento dos povos indígenas e o seu direito de autodeterminação pelo *framework* constitucional, (ii) o direito coletivo de organização política, social e cultural, expandindo a representação e participação política, (iii) o reconhecimento do sistema normativo elaborado pelos indígenas, (iv) a promoção das manifestações culturais, da educação e da mineração indígenas, respeitando os seus conhecimentos tradicionais, e (v) o incentivo à produção, geração de empregos, bem como a proteção do emigrante indígena (NAVARRO, 1999). Em grande medida, o conteúdo se tratava da demanda por *compliance* da Convenção 169 da OIT.

A euforia como fora celebrado por diversos setores do governo e da sociedade civil o firmamento do Acordo seguiu para a revolta com o não-cumprimento (novamente) do documento acordado entre as partes (NAVARRO, 2016). Como respostas para pressionar o governo a colocar em prática o que havia concordado, os zapatistas iniciam uma nova rodada de convocação das organizações da sociedade civil local e internacional, sendo o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo⁷¹ um resultado dessa articulação (STHALER-SHOLK, 2001; MORTON, 2013). Contudo, o diálogo com os indígenas acerca do Acordo foi suspenso em setembro.

A iniciativa do fórum no início do ano resultou na criação de um espaço de articulação ainda maior em outubro com o Congresso Nacional Indígena (CNI), outra

⁷¹ O conteúdo dos Encontros Intergalácticos será abordado melhor no capítulo seguinte.

importante instituição de resistência e democratização nacional (NAVARRO, 1996). A iniciativa plural reuniu no primeiro encontro uma grande quantidade de organizações de campesinos e etnias envolvidas (tradicionalmente ou não) na luta agrária-independentes do Estado e dos partidos políticos – que elaboraram uma declaração demandando:

PRIMEIRO: Reconhecimento legal constitucional de nossa plena existência enquanto povos e de nosso direito inalienável à autodeterminação, expressa como autonomia no âmbito do Estado mexicano.

SEGUNDO: Reconhecimento constitucional de nossas terras ancestrais e territórios que representam a totalidade do habitat onde nós reproduzimos nossa existência material e espiritual como povos.

TERCEIRO: O reconhecimento de nossos sistemas normativos indígenas na construção de um sistema jurídico pluralista que harmonize as diversas práticas e concepções de regulação da ordem social, concepções e práticas da sociedade mexicana.

QUARTO: O reconhecimento de nossas diferenças e nossa capacidade de nos governarmos de acordo com nossa própria visão em que a autonomia ea democracia são expressas como o poder do povo.

QUINTO: Em geral, o reconhecimento de todos ou nossos direitos sociais, políticos e culturais para a afirmação, o florescimento e a resistência de nossas comunidades e povos.

SEXTO: O cumprimento imediato e completo dos Acordos da Sessão Um sobre Direitos e Cultura Indígena dos Diálogos de San Andrés Sakamch'en de los Pobres, em Chiapas, que constituem um primeiro passo já alcançado pelos povos indígenas, bem como o cumprimento imediato e integral dos acordos deste Congresso e a imediata constituição do Comitê de Monitoramento e Verificação [do Acordo de San Andrés].

SÉTIMO: A desmilitarização das zonas indígenas do país, um fim para o assédio às organizações indígenas, aos movimentos sociais e aos seus dirigentes, a liberdade dos prisioneiros políticos e dos povos indígenas injustamente detidos, em particular os presos alegadamente Zapatistas (CNI, 1996, tradução nossa).

Na mesma época os zapatistas boicotaram as eleições municipais daquele ano, recusaram reconhecer as autoridades vitoriosas e elegeram os seus próprios representantes através das assembleias comunais, por meio dos *usos y costumbres* presente no Acordo de San Andrés (STHALER-SHOLK, 2007). Ao fim do ano, a *Comisión por la Concordia y Pacificación* (COCOPA) iniciou um processo de negociação separado entre os zapatistas e o governo para entrar em um consenso. COCOPA emitiu ao governo uma proposta legislativa contendo as medidas básicas do Acordo, sem sucesso. Zedillo recusou a proposta, acusando a autonomia indígena de “balcanização” do México, e substituiu o documento da COCOPA pelo superficial (mais uma vez) direito às manifestações culturais (BRANCALEONE, 2015; HARVEY, 2016).

A solidariedade transnacional se organiza agora também para além das fronteiras de

Chiapas, através da realização do Segundo Encontro Intergaláctico na Espanha, em julho de 1997. Apesar do progresso e conquistas na coordenação de forças contestatórias na sociedade civil, a situação de GBI demonstra o seu caráter terrorista com o massacre de 45 pessoas em Acteal no dia 22 de dezembro de 1997. O grupo era composto por ativistas pró-zapatistas ligados à instituição *Sociedade Civil las Abejas*, que tinha vínculos próximos com Samuel Ruiz. Com justificativas que derivavam da “guerra às drogas” ao “conflito interétnico”, o Estado mantinha cerca de 74 mil tropas militares em Chiapas, cerca de 1/3 do seu aparato militar. Muitos (ativistas) estrangeiros que atuavam na região foram expulsos nesse período, acarretando até mesmo na ordem de suspensão das atividades da Cruz Vermelha (MORTON, 2013). As forças sociais hegemônicas se alinhavam para conter o avanço da frente zapatistas. De acordo com Harvey (2016), o Estado utilizou da (i) reforma eleitoral em conjunto com as principais lideranças partidárias para representar a democratização, (ii) o aumento dos programas sociais assistencialistas em Chiapas, (iii) as negociações com outras organizações campesinas e (iv) o programa de remunicipalização no território em conflito com o propósito de desmantelar as autoridades políticas locais.

O plano de remunicipalização foi seguido de uma ofensiva do aparato militar em conjunto com a polícia e as forças paramilitares sobre os municípios autônomos, começando por *Ricardo Flores Magón* no dia 10 de abril de 1998, a mesma data de assassinato do Emiliano Zapata. Em julho daquele ano, o EZLN e a FZLN anunciam uma nova mobilização: a realização de uma consulta popular nacional a respeito da legitimidade do Acordo de San Andrés e o *uso y costumbres* da autonomia indígena (STHALER-SHOLK, 2001; MORTON, 2013). Na Quinta Declaração da Selva Lacandona, os zapatistas se propõem:

Levar a iniciativa da *Comisión de Concordia y Pacificación* a uma consulta nacional em todos os municípios do país, para que todos os mexicanos e mexicanas possam expressar os seus pontos de vista sobre esta iniciativa. O EZLN enviará uma delegação própria a cada um dos municípios em todo o país para explicar o conteúdo da iniciativa da COCOPA e para participar na realização da consulta. Para isso, o EZLN e dirigirá, na sua oportunidade e publicamente, à sociedade civil nacional e às organizações políticas e sociais para que saibam da convocatoria expressa (EZLN, 2016e, tradução nossa).

Em 21 de março de 1999 se iniciou a Consulta Nacional com a visita de grande parte dos municípios mexicanos por todo o território do país, visitados por duplas de delegados (um homem e uma mulher zapatistas). Obteve a participação de mais de 3 milhões de

mexicanos, com mais de 15 mil mesas-redondas de discussão, resultando na vitória com 95% da efetivação do documento do Acordo de San Andrés, no reconhecimento dos direitos indígenas, e na retirada das tropas militares de Chiapas. Diferente do processo de democratização de cima para baixo guiado pelos partidos políticos, a consulta se revela como um processo de abertura democrática por baixo (MORTON, 2013; STHALER-SHOLK, 2001, 2007). O desfecho das eleições de 2000 abriu novos questionamentos sobre o futuro do México com a vitória inédita do Partido da Ação Nacional (PAN), após 71 anos de priísmo. Mas, essa “vitória democrática” representou alguma alteração significativa na correlação de forças do Estado mexicano?

2.2.2. Juntas de Bom Governo, resistência em espiral e a autonomia de facto

O processo democrático por qual passou o México com a saída do PRI do poder esteve diretamente relacionado com a literatura hegemônica sobre o tema da transição democrática. Depois do fim da Guerra Fria, com a formação do novo constitucionalismo, a tradição dos estudos acerca do “desenvolvimentismo” alinhada com a perspectiva de estabilidade estatal para o progresso econômico direcionou o foco à área de “resolução de conflitos”, o que envolvia na América Latina a emergência de regimes políticos democráticos para substituir o modelo ditatorial encontrado amplamente na região até o fim da década de 80 e 90. Movimento que esteve intrinsecamente ligado com a expansão do neoliberalismo, e, portanto, um Estado capitalista capaz de seguir a sua estratégia de acumulação. O caso mexicano é bastante específico, pois desde os anos 70 já haviam movimentos de massa exigindo a abertura política e maior participação popular, demandas que foram absorvidas pelas elites e utilizadas para a preservação da classe dirigente no controle do Estado, ainda que por meio de um novo partido (MORTON, 2013; 2008).

Nesse sentido, ao realizar uma análise a partir da economia política a respeito da democratização mexicana, o autor Adam Morton (2013) demonstra como a essência dos estudos de transição democrática – baseados majoritariamente no sentido de Dahl para a democracia, ou seja, a poliarquia - estão relacionados intelectualmente/materialmente com os interesses da CCT. O argumento do autor perpassa por quatro fatores: a metodologia aplicada, a divisão basilar entre o internacional e o nacional, a aplicação de cima para baixo e o distanciamento das bases sociais da realidade. Assim como na poliarquia, (i) é traçado

uma nítida distinção entre política/Estado e economia/mercado, na qual os estudos devem ser focados apenas nos quesitos políticos/burocráticos (ahistóricos) da democracia, isto é, o cumprimento das normas e princípios jurídicos – primordialmente a defesa do livre comércio e propriedade privada. Aqui, a ilusão necessária do espaço neutro da superestrutura distanciada da sociedade civil apontada por Marx é evidentemente as bases predominantes do estudo.

Os motivos que tornam necessária a democracia, bem como as medidas para tanto são estritamente domésticas. Existe uma evidente (ii) desconsideração das relações de poder presentes nas relações para além das fronteiras do Estado na influência das condições antidemocráticas encontradas internamente, por exemplo, o movimento de expansão do capital na globalização. Além disso, (iii) a democracia nessa perspectiva se trata de um modelo pronto, já elaborado e universal, portanto, não leva em conta as considerações específicas de cada caso. Por fim, evidenciamos (iv) uma grave negligência em relação às relações sociais de poder em que as instituições são fomentadas, descolando-se da realidade. É dentro dessa visão sobre a democracia que os EUA e a ONU irão incentivar a transição democrática. A instituição estadunidense Fundo Nacional para a Democracia (NED em inglês) participou ativamente através do financiamento de ONGs protagonistas da democratização no México, as quais adotando o modelo hegemônico auxiliavam na revolução passiva, legitimando todo o processo. Assim, menos impostos, e mais internalizados, os interesses da CCT são reproduzidos na “nova democracia” mexicana (MORTON, 2013).

Logo, Vicente Fox (2000 – 2006), que durante o período eleitoral havia prometido levar a cabo as negociações de paz com os zapatistas e a retirada do aparato militar de Chiapas, assume o governo mexicano sem causar muitas mudanças para as condições de luta e resistência do povo mexicano. Pelo contrário, a adesão ao *Plan Pueblo Panamá* (PPP) projetado pelo Banco Interamericano, o qual contou com a forte contribuição de Fox, demonstra a manutenção da hegemonia do capital transnacional no Estado mexicano. O plano foi um enorme investimento em infraestrutura para a exploração de recursos naturais (biopirataria), terra e trabalho na região da Mesoamérica, incluindo 5 estados do sul do México (dentre esses está Chiapas), 5 países da América Central, Belize e Panamá. Contudo, diferente de outros planos até então, o PPP utiliza o discurso de “desenvolvimento sustentável” para realizar a extração sem supostamente afetar os direitos indígenas. Desse

modo, o ambientalismo das lutas camponesas se transforma em ferramenta de acumulação de capital para as corporações transnacionais (ROBINSON, 2008; STHALER-SHOLK, 2007).

De 25 de fevereiro até 6 de março de 2001, os zapatistas realizaram uma marcha passando por vários estados com destino à Cidade do México, denominada Marcha da Dignidade Indígena, para aprovar a proposta de 1996 da COCOPA, que havia sido submetida novamente ao Congresso. O resultado veio no dia 02 de maio de 2001 com reformas bastante reduzidas em relação ao conteúdo do Acordo de San Andrés. O reconhecimento dos direitos indígenas de autogoverno permaneceu negligenciado pelos senadores, o que se obteve foi a reforma da seção B do artigo 2 através de uma espécie de *welfare* indígena sem muitas garantias e definições, apenas reafirmando a postura paternalista do Estado. (MORTON, 2013; HARVEY, 2016). As diversas tentativas falhas de garantia da autonomia dos povos indígenas pelas vias *de jure* promoveram uma mudança estratégica na organização política dos zapatistas, os quais passaram o seu foco para a autonomia *de facto* como. A partir desse momento o movimento se volta basicamente para a elaboração do seu modelo sociopolítico paralelo ao poder do Estado, em detrimento da busca pelo reconhecimento jurídico. Trava-se da consolidação do “bom governo” por meio dos *usos y costumbres* (HARVEY, 2016; STHALER-SHOLK, 2007).

No comunicado *Chiapas: la treceava estela* em junho de 2003 era anunciado por Marcos a criação do *Plan La Realidad-Tijuana* (RealiT), em conjunto com o nascimento dos Caracóis no lugar dos *Aguascalientes*, os quais seriam as sedes das Juntas de Bom Governo (JBG) em cada região autônoma⁷² (ZIBECHI, 2007). Nessa nova reorganização, cerca de 30 MAREZ estão agora alinhados com o Caracol de sua região, sob a coordenação da respectiva JBG. Os Caracóis continuam sendo a sede para os encontros e intercâmbios

⁷² Os cinco Caracóis que compõem o território autônomo zapatista e suas respectivas Juntas de Bom Governo e sede são: (i) Madre de los caracoles del mar del nuestros sueños; Hacia la esperanza (Selva Fronteriza); La Realidad. (ii) Torbellino de nuestras palabras; Corazón del arcoíris de la esperanza; Morelia. iii). Resistencia hacia um nuevo amanecer; El camino del futuro; La Garrucha. (iv) El caracol que habla para todos; Nueva semilla que va a producir; Roberto Barrios. (v) Resistencia y rebeldía por la humanidad; Corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo; Oventik. O conjunto de MAREZ articulados pelos Caracóis seguem a as organizações comunitárias estabelecidas desde a criação dos CCRI na clandestinidade. Vale ressaltar que a territorialidade zapatista se dá de maneira difusa, uma vez que a criação dos MAREZ estabeleceu fronteiras que seguem as comunidades, adentrando no espaço de um ou mais municípios oficiais, incluindo comunidades próximas não-zapatistas e até antizapatistas. Soma-se a presença de não-zapatistas nas comunidades rebeldes, variável de acordo com o local, que trabalham em suas terras dentro da comunidade e não seguem o governo autônomo, apesar de estarem em território rebelde (BRANCALEONE, 2015).

com a sociedade civil, mas passaram a englobar a estrutura burocrática/técnica das JBG e suas comissões. Cada Junta possui as suas Comissões, com seus representantes escolhidos por assembleias comunais, assim como os representantes do Conselho Autônomo Municipal (BRANCALEONE, 2011).

Em 9 de agosto se efetuou a nova estrutura política dos zapatistas, bem como a divulgação do RealiTy, que se baseia na proposta de formação de redes de solidariedade entre as organizações sociais independentes mexicanas para a construção de um projeto nacional desde baixo (ZIBECHI, 2007). Com as seguintes demandas:

Primeira demanda: A terra é de quem a trabalha. Em defesa da propriedade ejidal e comunal da terra, bem como a proteção e defesa dos recursos naturais. Nada sem o prévio conhecimento e consentimento dos habitantes e trabalhadores de cada lugar.

Segunda demanda: Trabalho digno e salários justos para todos e todas.

Terceiro demanda: Habitação digna para todo e todas.

Quarta demanda: Saúde pública gratuita para todos e todas.

Quinta demanda: Alimento e roupa a baixo custo para todos e todas.

Sexta demanda: Educação laica gratuita para todas as crianças e jovens.

Sétima demanda: Respeito pela dignidade das mulheres das crianças e dos idosos (EZLN, 2016f, tradução nossa)

As tarefas efetuadas pelas JBG são algumas respostas para os problemas práticos encontrados no processo autônomo desde a lutada armada de 1994. Primeiro, percebemos a retirada do CCRI na centralização/fiscalização das regiões autônomas a respeito do cumprimento do “mandar-obedecendo” e do cronograma de atividades deliberadas. Passa a ser proibida pelo movimento a ocupação de algum cargo político nos três níveis de organização (regional – municipal – comunal) (ZIBECHI, 2007). Segundo, a realização da tarefa de coordenação do desenvolvimento dos MAREZ, posto que havia até então uma relevante desigualdade dos recursos e projetos externos da sociedade civil entre os municípios, além das assimetrias na produção local. Ademais, os próprios projetos externos passaram a ser “filtrados” antes de colocados em prática por causa dos interesses muitas vezes unilaterais de determinadas ONGs (BRANCALEONE, 2015). Terceiro, a resolução das denúncias de descumprimento com normas de Direitos Humanos pelo Conselho Autônomo (ZIBECHI, 2007).

Os números de cargos variam de acordo com a região, e são exercidos rotativamente no prazo de uma semana. Tal rotatividade só é possível através da colaboração entre os zapatistas no cultivo da terra daquele que se encontra fora devido ao exercício de um cargo

público. Além das sedes das JBG, foram criados nos caracóis mais duas comissões: Comissão Vigilância e Comissão de Informação. A primeira é composta por representantes escolhidos pelas autoridades comunais, com o intuito de fiscalizar as JBG. Já a segunda, é composta por membros do EZLN, e possui o objetivo de manutenção da ordem nos Caracóis e proteção dos princípios zapatistas (BRANCALEONE, 2011, 2015).

O plano RealiTy serviu para dar as bases daquilo que foi proposto posteriormente na Sexta Declaração da Selva Lacandona em junho de 2005, na qual se percebe o reflexo do processo de autonomia *de facto* no discurso zapatista pela mobilização de forças políticas da esquerda independentes (ZIBECHI, 2007). Nesse novo comunicado nacional, o EZLN anuncia uma nova estratégia política para a transformação das relações da sociedade civil com o “mau governo”. O prelúdio da Sexta demonstrou os seus interesses em 2006 quando foi realizada uma nova consulta popular por todo o país acompanhada de discussões e debates sobre as distintas maneiras de se pensar um caminho para a democracia no México, a qual foi denominada *La Otra Campaña*. Os zapatistas suprimem a FZLN, e fazem nascer a Comissão Sexta, agora a responsável pelo diálogo com a sociedade civil nacional e internacional. Concomitante ao processo eleitoral mexicano, os membros da Comissão Sexta se organizaram com outros movimentos e organizações civis de esquerda independentes dos partidos políticos para a compreensão do que significava o processo de autonomia, dentro do contexto amplo de lutas e resistências do México, a fim de uma nova Constituição (DIEZ, 2011; HARVEY, 2016). Assim, na Sexta Declaração os zapatistas propõem:

Isto é, como se diz, convidamos as organizações políticas e sociais deixados que não tenham registro, e as pessoas que se reivindicam de esquerda que não pertencem aos partidos políticos registrados, a nos reunirmos em tempo, lugar e maneira que nós lhes proporemos no seu momento, para organizar uma campanha nacional, visitando todos os cantos possíveis de nossa pátria, para ouvir e organizar a palavra de nosso povo. Então, é como uma campanha, mas muito diferente, porque não é eleitoral (EZLN, 2016g, tradução nossa)

A proposta zapatista para a construção democrática por baixo, sem a presença de dos partidos políticos, e a crítica às bases do sistema político mexicano durante o momento de corrida eleitoral foram encaradas de maneiras bem polêmicas no campo da esquerda (DIEZ, 2011). Durante a *Otra Campaña* os comunicados zapatistas emitiram fortes denúncias do PRD enquanto partido de esquerda ligado à lógica institucional do poder, denunciando as práticas de *transformismo* promovidas por seus líderes no histórico das lutas indígenas. Parte

dos intelectuais definiram tal proposta como um movimento retrógrado para o povo mexicano, uma vez que o candidato à presidência Andrés López Obrador (PRD) representava uma alternativa presidencial de esquerda com forte influência, e foi muitas vezes o centro da ofensiva zapatista à política tradicional. O resultado das eleições teve Felipe Calderón (2006 – 2012) do PAN como vitorioso⁷³, outro resultado marcado por fraudes e denúncias eleitorais.

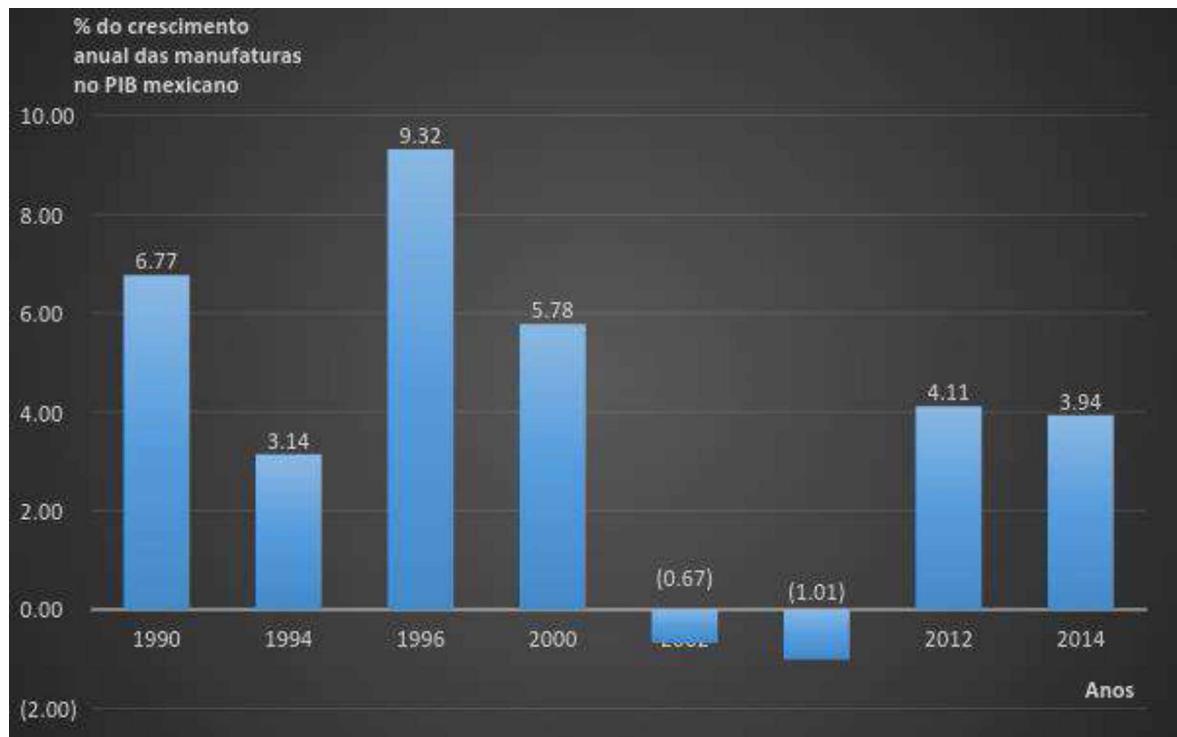
2.2.3. As forças sociais no México contemporâneo

Os estudos sobre os efeitos colaterais de um acordo como o TLCAN são importantes numa conjuntura em que os blocos econômicos se expandem cada vez mais para a integração das economias nacionais, posto que projeto da Parceria Transpacífica estimulado pelos EUA se baseia em pressupostos semelhantes ao do TLCAN (STIGLITZ & HERSH, 2015). O atual presidente Enrique Peña Nieto (2012 – 2018) do PRI segue estritamente a cartilha dos seus antecessores priístas, utilizando dos aparelhos midiáticos e a força estatal para seguir adiante com reformas educativas, a reforma energética e a abertura comercial.

No México, a promessa de desenvolvimento sócio-econômico a partir da industrialização causou um aprofundamento das desigualdades sociais e de trabalho, estruturando uma “Questão Meridional” com as diferenças socioeconômicas das regiões Norte e Sul do México, bem como entre a mão-de-obra barata das maquilas e o trabalhador semi-especializado (geralmente estrangeiro) para as funções informatizadas do modo de produção (HANSON, 2003).

⁷³ Anterior ao processo eleitoral, López Obrador aparecia nas pesquisas com ampla vantagem em relação ao candidato do PAN. Contudo, quando os resultados oficiais saíram Calderón havia vencido com 0,6% de vantagem. A contestação popular pediu pela recontagem voto por voto, mas a resposta do Instituto Federal Eleito foi a recontagem a partir de uma amostra nada significativa (cerca de 20%) (HILSENBECK FILHO, 2007).

Figura 4: Taxa de crescimento anual da manufatura mexicana (% PIB)



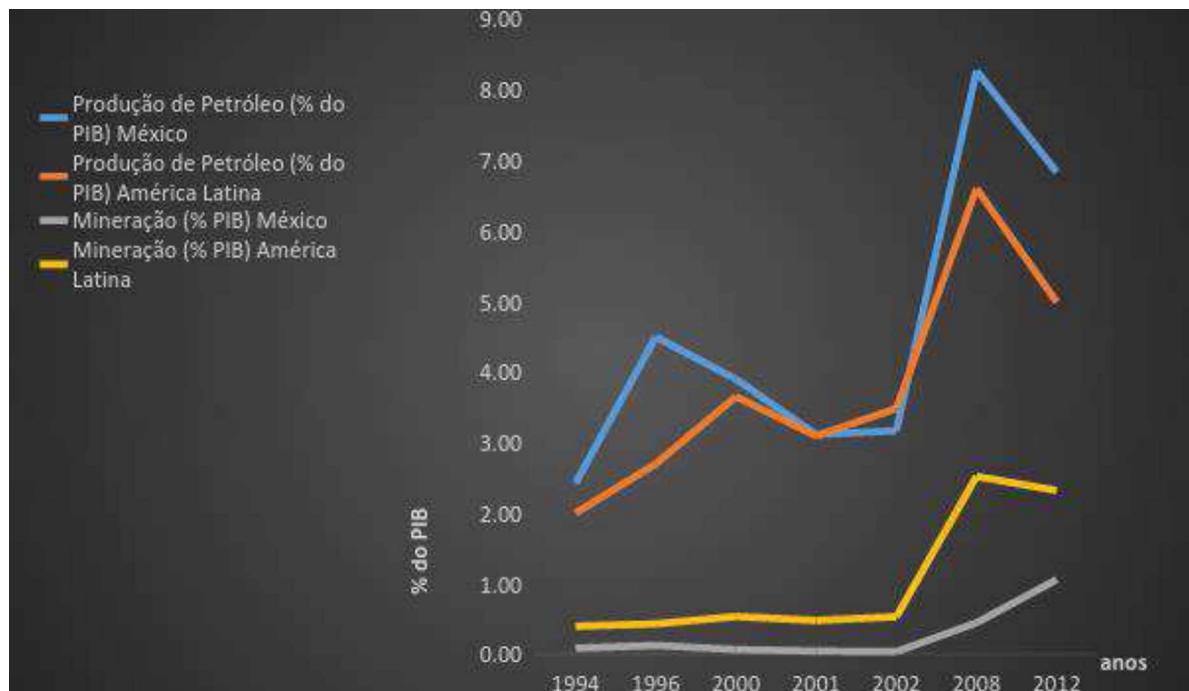
Fonte: Banco Mundial, 2015.

A partir do Gráfico 1 é possível perceber que o México entra nos 90 com um nível de industrialização bastante elevado, já como consequência das políticas aplicadas no decorrer dos anos 80. Após a crise de desvalorização do peso mexicano de 94, em 1996 o México chega a um crescimento anual das manufaturas na composição do PIB a quase 10%. O discurso “modernizador” do PRI/PAN na presidência em relação ao setor energético foi tão forte, que apesar de ser um importante exportador de petróleo, a economia mexicana não parece ter se beneficiado estruturalmente do *boom* econômico presenciado na América Latina por meio da elevação dos preços das commodities nos anos 2000 (PINTO & CINTRA, 2008) apresentado no Gráfico 2. A manutenção deste tipo de modelo exportador guiado 70% para a América do Norte intimida até mesmo alguma postura mais pragmática com a China, fato bastante recorrente com os Estados latino-americanos contemporaneamente. A Tabela 3⁷⁴ demonstra o alto grau de industrialização da economia

⁷⁴ A composição do NOC foi feita a partir da média simples dos países utilizados por Arrighi, Silver e Brewer (2003, p. 12), sendo estes: Canadá, Estados Unidos, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Grécia, Irlanda, Israel, Itália, Portugal, Espanha, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

mexicana, na qual a produção de manufaturas na composição do Produto Interno Bruto (PIB) é maior do que a do centro econômico mundial.

Figura 5: A expansão das commodities na América Latina



Fonte: Banco Mundial, 2015.

Tabela 3: Manufaturas em relação ao PIB – NOC e México

Manufaturas (% PIB)	2000	2010
México	17,7%	15,6%
N.O.C.	14,7%	14,2%

Fonte: Banco Mundial, 2015.

Uma industrialização baseada na oferta de manufatura de baixo valor-agregado para os EUA e Canadá a partir do capital externo acabou tornando o México refém de seus principais parceiros comerciais (ver tabela 4 sobre os maiores compradores dos produtos e serviços mexicanos). Em 2008 no Gráfico 1 a queda do crescimento das manufaturas é um reflexo da redução de importações das manufaturas principalmente pelos EUA. A especialização produtiva de baixo-custo que motivou a industrialização mexicana gerou um parasitismo econômico que se mantém no decorrer das décadas. O México só volta a

demonstrar um bom desempenho depois da estabilização econômica dos EUA e o suficiente para ser simbolizado na economia internacional como um ótimo foco para a realização de investimentos. A própria causa da estagnação econômica no período anterior parece ser a explicação para os fatores econômicos eficientes do México, apontados pelas revistas financeiras.

Tabela 4: Destino das exportações mexicanas

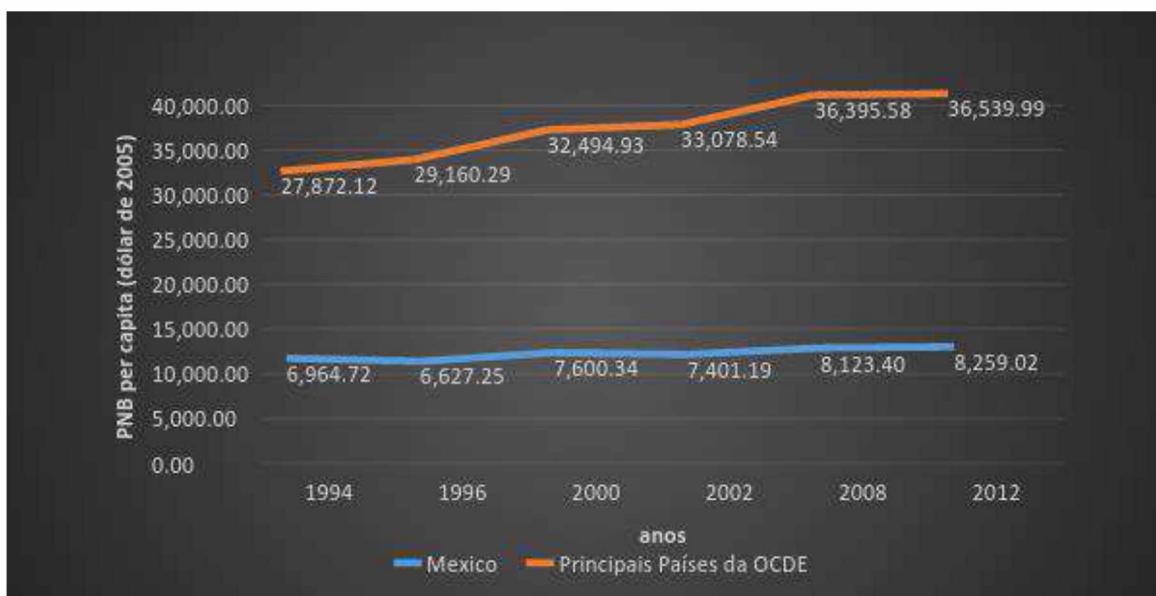
1995		2012	
Países	% das exportações mexicanas	Países	% das exportações mexicanas
EUA	77,9%	EUA	70,18%
Canadá	4,30%	Canadá	5,43%
Japão	1,73%	Espanha	2,12%
Espanha	1,17%	Chile	1,89%
Brasil	1,13%	Colômbia	1,78%
Alemanha	0,87%	Brasil	1,70%
Chile	0,84%	Alemanha	1,54%
França	0,72%	Japão	1,13%
Bélgica	0,70%	Índia	1,01%
Reino Unido	0,67%	Reino Unido	0,90%

Fonte: OEC, 2015.

Os dados da industrialização mexicana atraentes para os investidores internacionais são capazes de mobilizar as forças sociais necessárias para a manutenção do bloco histórico, mas não parecem refletir em progresso para a sociedade do México. A “ilusão Desenvolvimentista” de Arrighi (1995) qualifica o caso estudado, uma vez que o desenvolvimento da indústria, e, portanto, a modernização econômica, dificilmente resultaria na criação de um espaço econômico dinâmico devido ao caráter oligárquico das riquezas no sistema-mundo. A industrialização aparece neste contexto não como modelo de desenvolvimento sócio-econômico, mas enquanto reorganização da divisão internacional do trabalho (COX, 1987). O Gráfico 3 e a Tabela 5 se referem a esta problemática, uma vez

aparente a grande distância entre o Produto Nacional Bruto (PNB) per capita do México e o NOC⁷⁵.

Figura 6: O PNB per capita do México e do NOC (1994 – 2012)



Fonte: Banco Mundial, 2015

Tabela 5: PNB per capita – NOC e México

PNB Per Capita (dólar de 2005)	2000	2010
México	\$7.600,34	\$7.999,43
N.O.C.	\$34.554,77	\$38.091,74

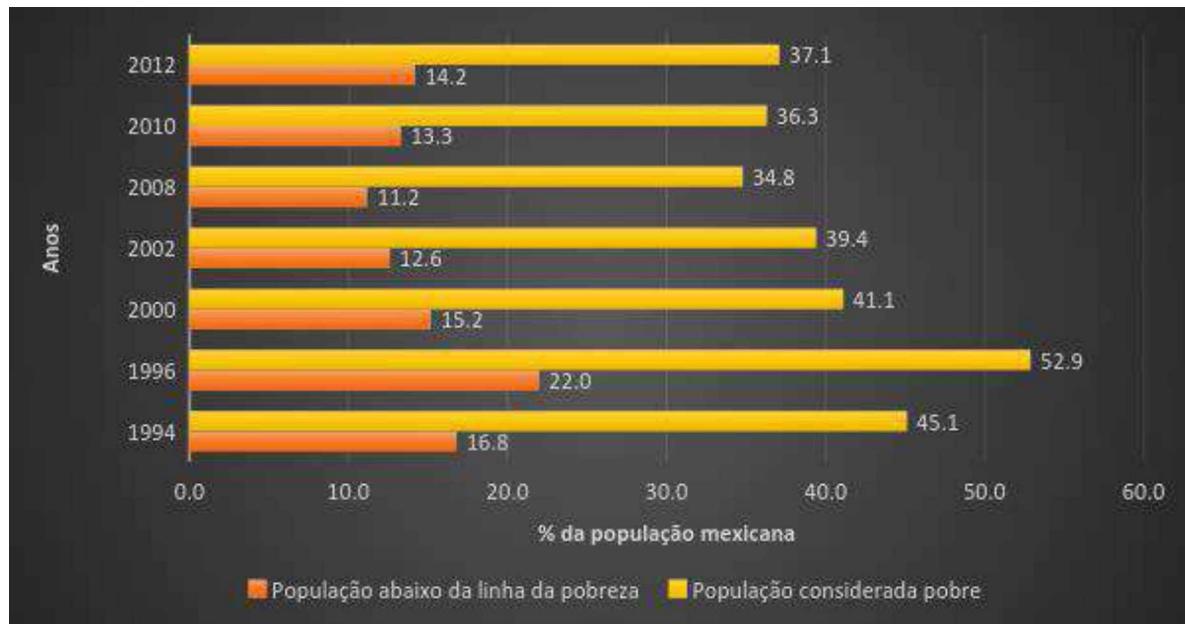
Fonte: Banco Mundial, 2015.

A inserção mexicana estritamente pró-sistêmica se consagra como de modelo de desenvolvimento para a mídia internacional ao ser apontado enquanto capaz de atravessar determinadas fronteiras tecnológicas na produção de manufaturas, distanciando-se assim de países latino-americanos como o Brasil, e se aproximando do NOC (FINANCIAL TIMES, 2015). Porém, a configuração social do país não reflete o bom desempenho no cenário internacional. Diferente da região da América Latina nos últimos anos, o México

⁷⁵ Para o Gráfico 3 o NOC foi considerado os países de maiores rendas da OCDE, já na Tabela 5 ele é formado pela média simples dos países citados por Arrighi, Silver e Brewer (2003, p. 12).

permaneceu quase uma década estagnado em relação ao número de pessoas abaixo da linha da pobreza. Em 1996, ano no qual o México tem seu maior crescimento na produção de manufaturas no Gráfico 1, o país passa por um drástico aumento da taxa de pobreza, e a partir da crise de 2008 a pobreza tem voltado a crescer conforme o Gráfico 4.

Figura 7: População mexicana pobre e abaixo da linha da pobreza (1994 – 2012)



Fonte: CEPAL, 2015.

No campo político, a hegemonia tem se confrontado com diversas forças contrárias ao exercício do poder do Estado provenientes da sociedade civil. O emprego informal se tornando comum na sociedade mexicana⁷⁶, as condições de mão-de-obra irregulares e o acionamento abusivo dos paramilitares tem proporcionado a corrosão das bases de legitimação ideológica da sociedade política. Ao passo que a mídia internacional prevê um desenvolvimento estável para o México, a partir da sociedade civil surgem campanhas como *Yo Soy 132* e *Somos 43*. A primeira faz referência ao movimento estudantil que denuncia sobretudo o controle midiático exercido pelo partido de Peña Nieto (EL PAÍS, 2015). A segunda se trata do desaparecimento de 43 estudantes normalistas após entrarem em confronto com as forças do Estado mexicano num protesto contra o narcotráfico na região, a qual ganha apoio internacionalmente (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2015),

⁷⁶ A taxa de trabalhadores “autônomos” no ano de 2013 foi de 30% (BANCO MUNDIAL, 2015).

depois da negligência do presidente em tratar do caso, e atualmente mesmo sob diversos protestos considera o assunto encerrado. O zapatismo é uma das forças sociais que agem na contra-corrente da revolução passiva midiática:

Pais e mães dos jovens estudantes desaparecidos da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos de Ayotzinapa, Guerrero, México (...) queremos dizer-lhes que nós, os zapatistas, temos acompanhado os protestos e as manifestações que foram realizados no México e no mundo, ainda que na mídia paga não apareçamos com nossos atos de dor e raiva, mas sim, queremos dizer que temos participado com atos reais e verdadeiros (EZLN, 2014, tradução nossa).

A imagem do México neoliberal colocada como promissora pelos analistas econômicos precisa lidar com a crescente insatisfação interna, e o desdobramentos que isso tem proporcionado na complexa sociedade civil mexicana. Após mais de 20 anos de EZLN, as condições no campo e na cidade pioraram desde a rebelião (Moisés, 2017). O caos-povo que surge da acumulação de fraturas da hegemonia parece dar novos caminhos para a estratégia zapatista. No vigésimo aniversário e V Encontro do CNI, o EZLN e os membros do Congresso anunciam a proposta de consulta popular para apresentar uma mulher indígena candidata às eleições de 2018. Dizem:

Ratificamos que nossa luta não é pelo poder, não o buscamos; mas que chamaremos aos povos indígenas e à sociedade civil a nos organizarmos para parar essa destruição, fortalecer-nos em nossas resistências e rebeldias, é sair em defesa de cada pessoa, cada família, coletivo, comunidade ou bairro. Para construir a paz e a justiça nos rerrotacionando a partir de baixo, desde onde somos o que somos (...) É a hora da dignidade rebelde, de construir uma nova nação por e para todas e todos, para fortalecer o poder de baixo e a esquerda anticapitalista, de que paguem os culpados pela dor dos povos deste México multicolor (EZLN, CNI, 2016, tradução nossa).

É evidente que este posicionamento novamente abriu espaços para discussões polêmicas sobre os verdadeiros interesses dos rebeldes. Antes de tudo, como lembrado por Diez (2011), o zapatismo se trata de um movimento em movimento. No decorrer da história da resistência os zapatistas estiverem alinhados com a defesa institucional da autonomia *de jure*, bem como a construção “para dentro” da autonomia *de facto*. De fato, após a Sexta a segunda estratégia se consolidou, mas isso seria o suficiente para dizer que os zapatistas detêm uma teoria fechada sobre o poder? E, portanto, estão mais interessados nos seus próprios benefícios do que aprender, ou melhor, praticar-aprender pluralmente? Se acusados de fazer o jogo da política tradicional, “será a sociedade mexicana em geral e os povos indígenas em particular, os que decidiram se este caminho é ou não útil para transformar o país” (NAVARRO, 2016)

2.2.4. A guerra de posição pela autonomia

Le Bot (1997) se refere à atividade comunicativa zapatista dizendo que “nesta guerra posterior a caída do muro de Berlin, na qual os símbolos importam mais do que as armas, em que a comunicação importa mais que a correlação de forças” (p. 04, tradução nossa), de modo que o autor subestima a influência da presença militar do EZLN na composição do movimento zapatista, bem como a sua prática de resistência/existência cotidiana. Indiscutivelmente, a capacidade de coordenação ativa dos comunicados zapatistas é um exemplo de resistência ideológica caro ao zapatismo (HARVEY, 2016; ZIBECHI, 2007), o que não se separa da prática revolucionária, pela luta armada ou não. Solicitamos que analisemos estas posições dentro da guerra de posição⁷⁷ gramsciana, abordada no primeiro capítulo. Assim, o subalterno conquista o seu espaço por meio da *marcação de seu espaço dentro da política*, o que inclui a formação do novo senso-comum, ou bom senso – entendido como o senso-comum crítico.

O Subcomandante Marcos quando questionado sobre o apoio emanado pela sociedade civil durante uma entrevista ao Le Monde Diplomatique (1999) responde:

O problema é não haver democracia, liberdade e justiça suficientes para que as aspirações mais razoáveis dos cidadãos possam ser expressas e apresentadas ao conjunto do corpo social e encontrem, de uma forma ou de outra, um espaço político. Se o poder econômico julgar ser do seu interesse que possam emergir, por exemplo, as propostas de caráter fascista que de fato existem na sociedade, então não hesitará em fazê-lo, criando, se for o caso, o aparelho necessário. (...) Costumamos dizer: estamos convencidos de que se for possível utilizar convenientemente os grandes meios de comunicação de massa e entrar diretamente em contato com as pessoas, as propostas mais humanas, as mais racionais, as mais justas, as mais livres e as mais democráticas acabarão por levar a melhor. E apostamos nisso. Não se trata de proibir as ideias que não são nossas, mas sim de permitir que todas as ideias se exprimam no perímetro do espaço político, até mesmo as mais hostis às nossas convicções, e de deixar as pessoas decidirem. Não é a força que deve decidir, mas a razão.

Dessa maneira, Marcos deixa claro a concepção zapatista da sociedade civil enquanto protagonista no processo de discussão de ideias e pensamentos dentro do cenário mexicano, uma vez que as distintas forças sociais existentes em seu interior lutam para manter o *status-quo*, ou alterá-lo, da onde abrem margens para a transformação. Além disso, a guerra de

⁷⁷ O EZLN não é o único exército a contestar a legitimidade do poder. Outra guerrilha relevante no México é o Exército Popular Revolucionário, entretanto, ela adota uma estratégia bastante distinta dos zapatistas, aproximando-se mais de uma guerra de movimento. A tática do EPR é majoritariamente a ação militar, e esse foco proporcionou inclusive o distanciamento dos zapatistas, bem como um fraco apoio moral e material (BRUHN, 1999)

posição não se dá apenas no campo intelectual/moral, mas também se materializa em novas formas e espaços de sociabilidades, na presença do subalterno nos espaços públicos⁷⁸, na tomada dos meios de produção. Os zapatistas não apresentam um programa de reforma econômica, apesar de estarem dispostos ao diálogo com a sociedade civil para a criação de um projeto como demonstrou a *Otra Campaña*. É a prática autônoma exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral do movimento zapatista, por meio dos espaços de autogoverno. Interessante aqui retomarmos uma passagem sobre a autonomia por Gramsci:

A palavra de ordem “a terra para os camponeses” deve ser entendida no sentido de que as empresas agrícolas e as fazendas modernas devem ser controladas pelos operários agrícolas organizados por empresa agrícola e por fazenda; deve significar que as terras de cultura extensiva devem ser administradas pelos conselhos de camponeses pobres de aldeias e dos burgos agrícolas. Os operários agrícolas, os camponeses pobres revolucionários e os socialistas conscientes não podem conceber como útil à educação proletária (...) a propaganda pelas “terrás incultas ou mal cultivadas” (...) O que obtém um camponês pobre invadindo uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para uma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo da colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (GRAMSCI, 1987, pp. 75 – 76).

A materialização da autonomia *de facto* perpassa por resistências que fogem do escopo das políticas de cooptação da hegemonia - de manutenção da inserção das classes subalternas no modo de produção capitalista - são táticas que podemos considerar como antirrevolução passiva (MORTON, 2013). Isso se dá, sobretudo, pelos projetos do “bom governo” de saúde autônoma, educação autônoma e produção coletiva coordenados regionalmente pelas JBG nos Caracóis. Tanto a saúde, como a educação sempre foram reivindicações dos povos indígenas chiapanecos, devido aos serviços precários oferecidos pelo governo na região (HARVEY, 2016).

O Sistema de Saúde Autônomo Zapatista (SSAZ) conta com cerca de 500 promotores de saúde – escolhidos pela consulta comunitária, e capacitados por meio de cursos preparatórios vocacionais - responsáveis pela informação e procedimentos de cuidados básicos do cotidiano (alimentação e questões sanitárias) (BRANCALEONE, 2015). Distribuídos entre as regiões autônomas existem cerca de 18 clínicas, 800 casas de

⁷⁸ Por exemplo, o discurso histórico da comandanta Esther no Congresso mexicano durante A Marcha da Cor da Terra, logo após a negação da lei elaborada pela COCOPA pelos senadores. “Esta tribuna é um símbolo. Por isso causou tanta polêmica. Por isso queríamos falar nela e por isso alguns não queriam que estivéssemos aqui. E é um símbolo também que seja eu, uma mulher pobre, indígena e zapatista, quem tome primeiro a palavra e seja a minha a palavra central de nossa palavra como zapatistas” (ESTHER, 2001).

saúde e 2 hospitais, geralmente alocados nos MAREZ (principalmente as sedes dos Caracóis). Mais voltada para o tratamento preventivo, a saúde autônoma ocorre com o uso da medicina ocidental, porém retoma também a riqueza do conhecimento presente na medicina tradicional indígena. Diferente da visão paternalista propagada pelo Banco Mundial através de políticas públicas voltadas para o assistencialismo dos “povos carentes”, a cultura popular aqui se torna vias de emancipação do subalterno através do domínio dos recursos naturais existentes, em contraposição à aceitação unilateral do poder do Estado/capital sobre as práticas e saberes medicinais (ZIBECHI, 2007).

A formação do Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista de Libertação Nacional (SERALN) é uma das principais frentes de resistência ideológica. (HARVEY, 2016; ZIBECHI, 2007). Assim como os promotores de saúde, os professores/promotores de educação são escolhidos e fiscalizados pelos conselhos das comunidades, além de receberem uma preparação prévia para o exercício de sua tarefa. Até 2009 nas regiões autônomas eram mais de 500 escolas, 1.300 promotores e atualmente existe uma escola de nível secundário em Oventic, além de projetos de criação em todos as demais sedes dos Caracóis. Por meio desse sistema as regiões zapatistas estabelecem um método educativo distinto das instituições governamentais, da “má educação”. Tradicionalmente, de acordo com promotores que já trabalharam para o Estado, a atividade educacional rural em Chiapas realiza a adequação intelectual da força de trabalho aos interesses da modernização, isto é, a marginalização da cultura agrária camponesa/indígena e a migração do campo para a cidade (BRANCALEONE, 2015).

A educação autônoma ao praticar uma pedagogia crítica e participativa forma os estudantes voltados para o “ser”: a vida coletiva comunitária. Uma educação em que os estudantes e os promotores buscam mais compartilhar saberes, do que depositar/receber informações. Os assuntos da realidade dos estudantes são inseridos no ensinamento teórico e prático, através da elaboração do currículo escolar a partir das demandas específicas de cada comunidade (HILSENBECK FILHO, 2007). As escolas autônomas também representam espaços para a difusão dos princípios e leis rebeldes zapatistas, dos motivos da existência do movimento. Portanto, um importante braço na resistência ideológica ao senso-comum hegemônico apoiado nos meios de comunicação e entretenimento mexicanos (MORTON, 2013).

Os projetos de organização produtiva coletiva dos zapatistas leva em consideração as condições de infraestrutura e plantio de cada região/comunidade, nesse sentido as iniciativas elaboradas se distinguem e não são necessariamente expandidas por todo o território zapatista. Porém, as atividades são realizadas tendo como base as Leis Revolucionárias de 1993 para a efetividade do autogoverno e da autossuficiência, sendo fomentadas/fiscalizadas pelas JBG em conjunto com os conselhos municipais e comunais, tendo o foco de minimizar as desigualdades entre os MAREZ. Dentre as principais atividades estão: o combate aos atravessadores de mercadorias (*coyotes*), a criação de um mercado zapatista, a manutenção dos estoques para o abastecimento das tendas comerciais, comercialização da produção por meio de cooperativas (principalmente café, milho e artesanato) (ZIBECHI, 2007).

A riqueza gerada pelas produções coletivas é alocada pelas JBG a partir das demandas primordiais. No município de La Realidad, por exemplo, houve a criação do banco popular autônomo (BANPAZ), para realizar empréstimos (com baixa taxa de juros) aos membros que necessitam de dinheiro para tratamentos de saúde mais graves (SPINELLI, 2011). Desafiando aqueles que enxergam uma nítida diferença entre o econômico e o cultural, aos zapatistas o modo de produção não pode estar desvinculado com a cultura agrária indígena/campesina de respeito à terra. Portanto, a Comissão Agrária conta também com a preparação de promotores, com o intuito de estimular projetos coletivos sustentáveis e reforçar as alianças com a sociedade civil sob a perspectiva da agroecologia (BRANCALEONE, 2015).

Ao recusarem as táticas de cooptação estatal (auxílios assistencialistas) os zapatistas sacrificam os ganhos de curto-prazo para a acumulação de forças em uma estratégia política de longo-prazo (STHALER-SHOLK, 2007). Como colocado por Spinelli (2011), faz-se necessário uma reflexão sobre a noção de desenvolvimento para entender a alternativa zapatista. Historicamente a classe campesina organizada busca em sua resistência uma alternativa ao capitalismo, uma vez que o desenvolvimento máximo de suas forças produtivas envolve a adequação do modo de produção camponês ao desenvolvimento combinado e desigual da economia mundial (MORTON, 2013; PETRAS & VELTMAYER, 2008).

Através da economia moral zapatista os indígenas, enquanto classe campesina, apropriam-se dos meios de produção contra as forças “progressistas” da razão instrumental

do capital sobre a terra e recusam a expropriação da sua força de trabalho nas maquilas urbanas, ou no agronegócio latifundiário. É a possibilidade de autogestão e autogoverno nos territórios zapatista que sustenta o desenvolvimento alternativo (SPINELLI, 2011). Desse modo, o princípio da autonomia nas relações sociais de produção zapatista (que perpassa pela saúde e a educação também) possibilita uma sociabilidade anticapitalista, em que a gestão coletiva dos recursos comunitários se reproduz de maneira desafiadora ao novo constitucionalismo, à civilização de mercado e à disciplina do neoliberalismo. Marcos reforça a luta material contra as forças sociais hegemônicas pela qual passam os zapatistas quando destaca que:

A destruição do sistema capitalista só se realizará se um ou muitos movimentos o enfrentam e derrotam em seu núcleo central, isto é, na propriedade privada dos meios de produção e de troca. (...) Atualmente não são possíveis os remendos ou as reformas. Em compensação são possíveis e necessários os movimentos anti-sistêmicos. (...) O movimento anti-sistêmico que pretendemos levantar no México parte dessa premissa fundamental: tem que ser com o outro, com o diferente que comparte dores e esperanças, que reconhece no sistema capitalista o responsável por sua situação de injustiça (Sub. Marcos, apud KONCHINSKI, 2009).

Para pensarmos acerca da agência do subalterno nas relações de poder nos é proveitosa a questão da ausência do partido, pois se trata de um tema que foi bastante relevante nos escritos gramscianos (uma vez que a guerra de posições deveria seguir também pela sociedade política) (LIGUORI, 2014). Essa rejeição da sociedade política na estratégia zapatista tem dado lugar a análises que idealizam a experiência autônoma (HOLLOWAY, 2003, BURBACH, 2001), bem como aquelas que desconsideram o caráter contra-hegemônico por não buscar um projeto alternativo pelo Estado (PETRAS, 2002; ROBINSON, 2007). Tratando-se do histórico mexicano de *charrismo* (o que inclui também o PRD), e da recusa do governo em firmar o Acordo de San Andrés oficialmente, não é muito difícil entender os motivos que levaram os zapatistas a tomarem de se focarem no processo da autonomia *de facto*. A negação do partido aqui parece mais um reflexo do distanciamento das práticas de cooptação e supressão das vontades populares, *transformismo*, do que “consequência paradoxal de um crescimento de subjetividade generalizado, mas distorcido, que torna problemática uma forma-partido *pedagógica*” (LIGUORI, 2014, p. 23).

A experiência dos municípios autônomos nos leva a refletir sobre o caráter de mandar-obedecendo necessário ao Moderno Príncipe, como proposto por Gramsci (2011). Na estratégia de reforma moral e cultural, o Moderno Príncipe deve traduzir os anseios das

massas, ou seja, não instituir de cima para baixo a “consciência revolucionária”, mas – sobretudo através da atividade dos intelectuais orgânicos – dar forma nacional-popular ao caráter disperso das massas subalternas. Tal objetivo envolve a retenção do (geralmente largo) espaço entre dirigentes e dirigidos, ou seja, romper prática e intelectualmente com a relação de poder dentro do procedimento deliberativo e programático da luta. Não são os membros do partido que (externamente) possuem as respostas para os conflitos da luta de classes, mas sim a própria classe trabalhadora na práxis (o que não exclui a relevância da organização política e intelectual).

Apesar da dificuldade de conciliação entre os modos de produção urbano e rural, a prática do autogoverno tem influenciado organizações e sindicatos a repensarem as suas relações sociais de produção, e aplicar o princípio da autonomia em suas realidades (HOLLOWAY, 2005; 2011). A experiência da “*Outra Campaña*” não se trata de um pedido pela abstenção eleitoral. Talvez, o seu principal conteúdo seja o de articulação entre aqueles descontentes com o contexto mexicano para a formação de um projeto alternativo anticapitalista, desde baixo, entre campo e cidade (DIEZ, 2011; HOLLOWAY, 2011, NAVARRO, 2016). Percebemos o movimento zapatista como catalisador da vontade coletiva das classes subalternas mexicanas, ou seja, “a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2011, p. 239). O “bom-senso zapatista” e sua organização social se concretizam como forças sociais anti-restauração do *status-quo* (MORTON, 2013) a partir da dialética de contestação/construção por qual se estabelece a hegemonia no campo discursivo e prático (FAIRCLOUGH, 2006; IVES, 2004).

Ainda que as conquistas diretas do zapatismo nos últimos anos tenham sido restritas aos povos de Chiapas (ROBINSON, 2007), o zapatismo não se trata de ilhas de utopia desvinculadas dos processos sociais nacionais e interacionais. O caráter contra-hegemônico permanece na ação e discurso antirrevolução passiva zapatista ao criar espaços para novas sociabilidades através da **prática da autogestão**. Na busca pela construção/defesa do autogoverno, a **contestação da liderança moral e intelectual** da classe dirigente (trans)nacional no discurso zapatista estimula no cerne da sociedade civil mexicana a articulação com outros movimentos de resistência, abertos para a congruência de interesses. Um processo molecular/capilar de emancipação do sujeito subalterno e **formador do espírito nacional-popular mexicano**, que exige a transformação das relações da sociedade

civil com o Estado (MORTON, 2002, 2013).

É importante reforçar que este movimento não se dá sem as suas contradições e limites. Diferente da noção elaborada por Holloway (2003), o “bom governo” também envolve “poder-sobre” na sua experiência democrática. Ainda que as decisões sejam tomadas com a plena participação dos membros, o exercício da democracia permanece exigindo o cumprimento da vontade da maioria e o respeito aos direitos da minoria (BESANCENOT & LÖWY, 2015). Até mesmo dentro do ciclo social do fazer não-fetichista se faz necessária a disciplina revolucionária:

Como deve ser entendida a disciplina, se se entende com esta palavra uma relação continuada e permanente entre governantes e governados que realiza uma vontade coletiva? Certamente, não como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de uma tarefa (o que, no entanto, também será necessário em determinadas ocasiões, como, por exemplo, no meio de uma ação já decidida e iniciada), mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar (...) A questão da “personalidade e liberdade” se apresenta não em razão da disciplina, mas da ‘origem do poder que ordena a disciplina’ (GRAMSCI, 2011, pp. 313 – 314).

Devido à situação de GBI o projeto de democracia direta zapatista não se dá de maneira pacífica, o que demanda a permanência do EZLN para a proteção dos rebeldes (HILSENBECK FILHO, 2007). Mas a presença do EZLN não se restringe apenas à proteção territorial dos ataques externos. A manutenção de uma instituição autoritária como um exército exercendo atividades importantes na configuração política da organização zapatista (Comissão de Informação) se contradiz com o projeto de democracia radical. O EZLN se encontra, portanto, em um dilema em relação às comunidades zapatistas, posto que para a efetivação do autogoverno *de facto* em seus níveis superiores é necessária a saída do EZLN de cena. Apesar dos avanços e esforços para a redução da presença do corpo militar do EZLN nas diretrizes políticas, é importante ressaltar que os veteranos de 94, e membros influentes (que já ocuparam cargos militares) são geralmente aqueles escolhidos para serem as autoridades locais (BRANCALEONE, 2015).

A organização paralela ao mercado global e a estratégia de tornar o Estado um ator supérfluo gera um *trade-off*, o que se reflete em algumas vulnerabilidades encontradas nas comunidades (STHALER-SHOLK, 2007). De acordo com Harvey (2016), entre os principais problemas enfrentados para sustentabilidade do autogoverno, além das táticas de cooptação do governo na região, estão: a falta de trabalho e acesso às novas terras para a geração recente de zapatistas, a dificuldade de manutenção econômica das atividades dos

promotores, e os conflitos entre zapatistas e não-zapatistas nas comunidades mais remotas. A questão do gênero é outro assunto, apesar dos avanços na igualdade entre homens e mulheres no autogoverno, que precisa ser tratada de maneira mais concreta, principalmente na divisão social do trabalho na produção coletiva⁷⁹. Ademais, a dependência de recursos da sociedade civil nacional e internacional (HILSENBECK FILHO, 2007) é outro tópico que merece reflexão para o longo-prazo da guerra de posição. Diante de consideráveis obstáculos, faz-nos pertinente a leitura de Marx sobre a transformação social, de que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011, p. 25).

⁷⁹ Esse apontamento deve ser levado em consideração tendo em mente a organização patriarcal em que nossas relações sociais estão inseridas, e não apenas no zapatismo. O que nos leva a refletir é que os zapatistas se mostram preocupados com os seus efeitos, possibilitando os avanços já conquistados pelas mulheres indígenas zapatistas nas relações de trabalho coletivas e na vida política das comunidades (HARVEY, 2016).

CAPÍTULO 3 - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ZAPATISMO

“As “sociedades civis” do México e do mundo têm trabalhado com e para nós. E eles o fizeram não por caridade, não por pena, não por moda política, e não por gerar publicidade, mas porque, de uma forma ou de outra, têm sido sua uma causa que a nós segue permanecendo grande: a construção de um mundo onde caibam muitos mundos, isto é, de um mundo que carregue todos os corações”

Subcomandante Marcos

Como apresentado até aqui, desde a saída da clandestinidade do movimento zapatista em janeiro de 1994 a sociedade civil nacional e internacional tem desempenhado um papel bastante relevante para compreendermos a manutenção das forças rebeldes em Chiapas. A guerra de posição exercida pelos zapatistas analisada no segundo capítulo teve como resultado a criação de laços orgânicos com diversas organizações independentes e outros movimentos sociais no México e na sociedade civil internacional. Como nos lembra Khasnabish (2013), o papel da sociedade civil (mexicana e internacional) aparece como um “terceiro ombro” no discurso zapatista. Ainda que atualmente um dos principais obstáculos para a reprodução da autonomia rebelde seja a dependência dos auxílios externos, estes não deixam de ser imprescindíveis para entendermos a sustentação da prática rebelde por mais de 20 anos. Assim, Marcos coloca:

Como a origem da nação mexicana, a história contemporânea das comunidades indígenas zapatistas também terá a sua lenda de fundação: aqueles que habitam estas terras têm agora três ombros. Os dois ombros que normalmente têm os seres humanos comuns, os zapatistas acrescentaram um terceiro: as “sociedades civis” nacionais e internacionais (...) Achamos que temos tido sorte. Nossa movimento tem contado, desde a sua criação, com o apoio e simpatia de centenas de milhares de pessoas nos cinco continentes. Esta simpatia e este apoio não se resignaram contra as limitações pessoais, distâncias, diferenças culturais e linguísticas, fronteiras e passaportes, as diferenças de visão política, os obstáculos colocados pelos governos federal e estaduais, selos, assédios e ataques militares, ameaças e ataques de grupos paramilitares, a desconfiança, a nossa descortesia, a nossa falta de compreensão do outro, a nossa falta de jeito (MARCOS, 2016b, tradução nossa).

Guionar Rovira (2005) caracteriza como “zapatismo civil ampliado” e “zapatismo transnacional” essas duas frentes que surgem a partir da relação dos rebeldes zapatistas com outros atores da sociedade civil. O primeiro se caracteriza pelos espaços/sujeitos amplos criados pela luta a favor da autonomia, como, por exemplo, a extinta FZLN, CND, CNI, o Acordo de San Andrés, os quais dentro do espectro de resistência nacional estão diretamente

relacionados com as conquistas e batalhas do zapatismo, e a sua busca por alteração nas relações entre a sociedade civil e o aparato do Estado. Trata-se da mobilização de forças nacionais na criação de um caminho coletivo para as transformações necessárias.

Em relação ao segundo, a autora se refere à rede de solidariedade transnacional zapatista. É nesse sentido uma rede, pois em uma dinâmica horizontal e menos rígida no que envolve quais são as atividades de cada membro, os atores englobam organizações com objetivos e estratégias diferentes, os quais criam laços nodais a partir da interação de auxílio aos zapatistas (OLESEN, 2004). Através da confluência de atores nacionais e não-nacionais no (i) auxílio material/financeiro à manutenção dos municípios rebeldes, na (ii) difusão para além das fronteiras de Chiapas do discurso anticapitalista contra a globalização de cima criado pelo zapatismo, bem como através de (iii) práticas que deslegitimam as ações coercitivas do governo, que é possível se pensar nessa rede de ativismo. De acordo com a autora:

As ações desenvolvidas pela rede Zapatista têm incluído campanhas de lobby com instituições internacionais para pressionar o governo do México; manifestações, protestos descentralizados, eventos informativos, concentrações nas embaixadas e consulados, ocupações, festivais em muitas cidades do mundo para divulgar a situação em Chiapas, influenciar intelectuais, a opinião pública local e a imprensa sobre o governo do México; também foram implementadas ações em favor dos rebeldes indígenas no ciberespaço através da desobediência civil eletrônica e o ciberativismo; de particular relevância tem sido a afluencia de ativistas nas comunidades zapatistas, quer como observadores dos direitos humanos ou como visitantes, com a subsequente reação do governo mexicano e deportações de estrangeiros (ROVIRA, 2009, tradução nossa).

O zapatismo talvez represente o início das manifestações das forças de resistência ao capitalismo na sua forma transnacional, ao projeto da CCT. Após o conflito armado de 1994, os zapatistas abriam o espaço de questionamento acerca do novo constitucionalismo e do controle disciplinar do neoliberalismo sobre as políticas dos Estados, e, consequentemente, as suas repercussões na realidade local/nacional dos subalternos. Posteriormente, toda a rede de solidariedade mobilizada ao redor do movimento zapatista serviria como base para a formação do hoje conhecido altermundialismo (KHSNABISH, 2013). Nesse capítulo iremos debruçar mais particularmente sobre este aspecto do movimento zapatista, a transnacionalização da solidariedade ao movimento e as suas alterações no decorrer do processo de autonomia, com o objetivo de entendermos melhor algumas características da organização/estratégia do zapatismo, que podem nos fornecer importantes questões sobre a

prática do altermundialismo e os seus limites.

Quando entramos nas interpretações da revolta zapatista nos deparamos com distintas abordagens. Uma das principais áreas de desdobramentos acadêmicos sobre o caso se trata dos estudos de ação coletiva em rede e o uso da plataforma de comunicação da Internet pelos ativistas, o ciberativismo. Entendida por alguns autores como a primeira guerrilha informacional (CASTELLS, 1998), o centro da análise passar a ser a difusão da informação no mundo globalizado devido aos novos meios de comunicação e o papel do ciberativismo nos desencadeamentos pós-1^a de janeiro de 1994. Ou então, o zapatismo é colocado como uma nova forma de resistência, enquanto uma ruptura histórica com os outros movimentos sociais anteriores, um movimento agora pós-moderno, em que a mobilização entre os atores da sociedade civil pela ação coletiva não poderia estar relacionada com os movimentos anteriores até então, e por isso a sua amplitude e a capacidade de transnacionalização inovadora (BURBACH, 1994; JEFFRIES, 2001).

Vimos que a resistência ao capitalismo não se dá apenas na reforma do Estado, mas também, e, principalmente, por meio da construção do novo – aqui a *práxis* da autonomia zapatista. Além disso, no sentido gramsciano, a luta só é efetiva, duradoura, quando esta também desempenha uma atividade militante na negação dos valores morais e intelectuais exercidos hegemonicamente sobre a sociedade pelo bloco histórico da classe capitalista através da criação do “bom-senso” agregador das dispersas lutas e opressões do subalterno – um discurso contra-hegemônico. A fim de um entendimento do que se busca e do que é criado no exemplo zapatista os dois lados devem ser entendidos em conjunto e dialeticamente, buscando assim a compreensão das forças sociais transnacionais para além do modelo de RTA hegemônico nos estudos de RI – baseado principalmente no *framework* de captação de recursos e opinião pública.

3.1. Ciberativismo e a economia política dos meios de comunicação

Ao interpretarem os movimentos sociais por uma perspectiva marxista, Cox e Nilsen (2011) buscam evidenciar que as necessidades desses são realizadas/satisfitas por meio da prática, o que envolve a utilização consciente dos meios materiais disponíveis no seu contexto histórico para alcançar os seus objetivos. A partir da dialética entre o sujeito e o objeto (FUCHS, 2016), podemos dizer nesse sentido, em geral, que a estrutura global de

rede da Internet se torna mais uma plataforma sobre a qual se organizam e atuam os movimentos sociais no nosso momento histórico, e no caso zapatista, em específico, esta ferramenta de comunicação tem sido utilizada na formação da rede de solidariedade transnacional zapatista.

Primeiro, é necessário ressaltar que o EZLN nunca foi uma “guerrilha informacional”. Nos primeiros dias do conflito, os comunicados zapatistas eram levados das comunidades indígenas por jornalistas e ativistas até a cidade de San Cristóbal, onde o jornal regional *El Tiempo* repassava as informações para outros jornais de amplitude nacional, tais como *El Financeiro* e, principalmente, o *La Jornada* (OLESEN, 2004). Isso se mostra importante para não corroborarmos com a ideia de que os próprios indígenas disponibilizavam os seus comunicados na Internet desde as comunidades de Chiapas, sendo que a região não contava com o acesso à Internet, à energia elétrica e ao saneamento básico na época (PAULSON, 2009). Hoje em dia as sedes dos Caracóis são umas das poucas exceções nas comunidades onde é possível ter acesso a esses recursos (BRANCALEONE, 2015).

Após a publicação dos comunicados zapatistas na imprensa nacional, a circulação dos comunicados zapatistas em larga escala na Internet ocorreu devido às redes de compartilhamento criadas anteriormente pelos grupos anti-TLCAN. O ciberativismo já era utilizado para informar e organizar ideias contrárias à formação do bloco comercial por vários sindicatos e ONGIs nos três países, como alternativa ao silenciamento da sociedade civil pelos Estados membros durante a época de negociação do Tratado (CLEAVER, 1998). A ação dos ativistas nos meios de comunicação levando a palavra armada zapatista ajudou a combater a imagem fictícia construída pela hegemonia no primeiro momento, auxiliando a provocar reações concretas na sociedade civil organizada a favor do fim da guerra civil.

Quando analisamos a troca de informação entre os atores locais e internacionais percebemos a relevância da Internet enquanto ferramenta/instrumento utilizado para as conexões transnacionais e divulgação do material. Podemos destacar duas fontes da web que exerceram constante esforço na tarefa de compartilhar informações sobre os zapatistas nos anos 90: ¡Ya basta! e Chiapas95. O primeiro foi criado pelo estudante, na época, Justin Paulson em colaboração com o *La Jornada*. O criador atualizava constantemente o site à medida que os comunicados eram disponibilizados nas comunidades, ao mesmo tempo ele

enviava as informações para o jornal, o qual publicaria o conteúdo e se encarregava de traduzir para outras línguas (PAULSON, 2009).

O segundo foi criação de um grupo de pesquisas organizado pelo professor Harry Cleaver da Universidade do Texas voltado para pesquisadores e ativistas. A sua atividade era voltada principalmente para a distribuição de discussões e informações sobre o contexto social de Chiapas e o desenvolvimento de projetos na região (LANDZELIUS, 2006). Amas se tornarão plataformas importantes para o acompanhamento da realidade local das comunidades indígenas e dos trabalhos exercidos pelos ativistas de DH no monitoramento do exército mexicano, principalmente após o ataque de Zedillo em fevereiro de 1995.

3.1.1. A organização da rede de solidariedade transnacional zapatista

A partir do vínculo entre os zapatistas, os ativistas nas comunidades, a imprensa nacional, ONGs e ONGIs podemos considerar um circuito de informação a partir da qual se estrutura a rede de solidariedade zapatista. Olesen (2004) em sua análise a respeito da infraestrutura da rede de solidariedade zapatista (de 1994 a 2001) denota que, apesar de se tratar de uma rede, é possível observar um modelo, ainda que frágil, de organização/coordenação dentro da horizontalidade dos atores e descentralização das redes. De acordo com a pesquisa do autor, grande parte da estrutura física da rede, tais como projetos materiais, manifestações, captação de recursos, realização de eventos, configura-se por meio de uma relação recíproca com os pontos nodais dos principais atores de transmissão das informações na Internet. Temos, portanto, atores centrais, periféricos e transitórios a partir do seu cumprimento com a causa, bem como a sua capacidade de difusão do conteúdo zapatista.

Em primeiro no centro aparecem o EZLN, as lideranças civis que elaboraram os comunicados do governo rebeldes, e o braço de interlocução com a sociedade civil na época, a FZLN (em que atualmente poderíamos inserir a Comissão Sexta). Grande parte do conteúdo produzido, bem como as atividades de contato com a sociedade civil internacional organizadas por esses são as principais repercuções no fluxo de informação da rede. Em segundo, no que tange a organização transnacional, também enquanto atores centrais aparecem a ONG *Enlace Civil*, e as ONGIs *Global Exchange*, *Mexico-US Solidarity* e *International Service for Peace* (SIPAZ). Essas organizações contam com ativistas e

voluntários na região das comunidades indígenas acompanhando de perto a situação regional e possuem uma extensa gama de conexões com outros ONGs, sindicatos, coletivos e ONGIs, preocupados principalmente com questões indígenas, econômicas, de meio-ambiente e de gênero (OLESEN, 2004a).

O *Enlace Civil* é uma ONG em Chiapas criada em 1996 a partir das necessidades dos indígenas por uma ponte de comunicação entre as comunidades com a sociedade civil internacional e local. Formou-se então um grupo de profissionais multidisciplinar para ajudar na superação dos obstáculos materiais das comunidades – especificados pelos indígenas – e estabelecer projetos com outras organizações com esta finalidade. Após 2003 com a criação das JBG, o Enlace Civil tem sido de extrema relevância para as atividades de canalização dos apoios externos aos municípios autônomos zapatistas, de diálogo com atores transnacionais e acompanhamento da experiência de autogoverno. As suas áreas de trabalho são: Produção e Comercialização, Saúde, Educação, Comunicação (ENLACE CIVIL, 2016).

A *Global Exchange* é uma ONGI de DH criada em 1988 em São Francisco, e atualmente é uma das principais organizações defensoras do discurso de justiça social global. O seu trabalho compreende principalmente manifestações contra o modelo capitalista de exploração dos recursos naturais e projetos de auxílio a formas alternativas de organização econômica. No México, em especial, o foco tem sido também em relação à falta de democracia no Estado mexicano. Em Chiapas, no fim dos anos 90, junto com a ONG FrayBa esteve bastante presente com observadores de DH nas comunidades indígenas e acompanhou de perto os protestos e abusos policiais na controversa eleição presidencial de 2006 (GLOBAL EXCHANGE, 2016).

Outra ONGI importante é a *Mexico-US Solidarity* criada em 1998, com sede em Washington e Chicago. Apesar do foco principal ser o contexto social na fronteira entre os EUA e o México, assim como a *Global Exchange*, muitos ativistas foram enviados para a fiscalização dos DH nas comunidades indígenas com a FrayBa. Atualmente auxilia materialmente uma cooperativa feminina de artesanato zapatista, *Mujeres por la Dignidad*, em que as decisões são tomadas pelas indígenas e o lucro distribuído entre elas (MEXICO US-SOLIDARITY, 2015).

Já a SIPAZ nasce em 1995 como uma estrutura de organização para a ação coletiva de diversas ONGs locais e estrangeiras de DH que atuavam no sul do México, inclusive

organizações religiosas. A partir de uma concepção de Paz Positiva, isto é, a paz necessita não apenas da ausência de conflito, mas também de bases políticas, sociais e econômicas sólidas para a manutenção da dignidade e respeito aos DH, os seus trabalhos envolvem a observação do nível de violência e a criação de espaços educacionais para a discussão sobre a resolução dos conflitos existentes na região. Além disso, é efetuado a advocacia na sociedade política em prol de reformas que melhorem as condições dos indígenas e camponeses (SIPAZ, 2016).

Além disso temos o grupo de atores periféricos, os quais não estão engajados completamente com a causa zapatista, mas que possuem fortes relações com as organizações do centro. Esse grupo atua também na distribuição de informação – geralmente recebidas pelos atores centrais - em suas conexões com outras organizações mais locais. Por fim, temos os atores transitórios, isto é, ativistas ou organizações que se solidarizam e compartilham as informações momentaneamente, por um curto prazo (OLESEN, 2004). Ainda que a infraestrutura da rede analisada pelo autor nos dê uma noção do circuito informacional, atualmente é relevante considerarmos o espaço das redes sociais na distribuição/contato com os comunicados e as convocatórias zapatistas, bem como a própria página na web com a disponibilização das palavras da comunidade. Com páginas administradas no “feicebuq” e “tuiter” pelo Enlace Zapatista, o discurso zapatista possui fontes mais diretas de acesso com a sociedade civil mexicana e internacional.

3.1.2. O fetichismo da Internet

O ciberespaço se torna um modelo de esfera pública, de acordo com Castells (2013), onde é possível divulgar, compartilhar, comentar e pesquisar de maneira autônoma sobre os interesses sociais em comum. Ademais, a internet proporciona a possibilidade de se atingir, além de um elevado nível de audiência, grupos extremamente diversos por causa da sua própria origem plural. Em relação ao poder comunicacional, a Internet seria a responsável por criar um espaço catalisador das reivindicações dos movimentos sociais devido à sua estrutura difusa e interconectada. Junto com a formação das redes de solidariedade e o uso da Internet nesse processo, o zapatismo tem gerado importantes debates sobre os limites do ciberativismo e o uso das novas mídias pela esquerda.

Hellman (2000) ressalta, em sua crítica ao foco determinista tecnológico dado por algumas abordagens ao tratar dos eventos em Chiapas, que é necessária a prática para além do computador se quisermos alterar a nossa realidade e que a ação no ciberespaço é solitária. Paulson (2009), Olesen (2004) e Cleaver (2000) afirmam que apesar do ciberativismo envolver ação social através do uso consciente dos meios de comunicação, o que explica a sua correspondência com a organização material da rede de solidariedade transnacional zapatista, este não poder ser considerado um substituto para a indignação/protesto real (principalmente quando pensamos a divisão digital existente). Marcos parece estar ciente dessas contradições ao comentar a respeito das redes sociais:

Porque agora resulta que as pessoas (essa massa rebelde que não olha aonde é ordenada a olhar, ou ouve o que é ordenada a ouvir), adquiriram a mania de trazer o cotidiano à tona: como pentear os cabelos, o que me aconteceu em tal lugar, o que eu gosto-desgosto, o que eu vi-ouvi disseram-dizem, os crimes que não aparecem nos meios de comunicação para pagos, os ridículos repetidos pelos governantes (anteriormente ocultos por montanhas de dinheiro em armários da comunicação paga), agora expostos sem controle (...) Mas cuidado!, Porque lá em cima já se deram conta que o instantâneo (a evidência maciça de sua incompetência) também é passageiro. (...) O Poder não tem nenhum problema que seus ridículos sejam tema da sobremesa, mas se, por exemplo, os novos "terroristas internacionais", ou seja, as redes sociais, passam do escárnio à mobilização... bem, então sim começam a soar os "telefones vermelhos" (...) nos centros de poder mundial, ou seja, em centros financeiros. Porque uma coisa é se indignar individualmente contra a injustiça, e outra coisa é se tornar um coletivo de Indignados. Em suma, os problemas se agravam quando as "mãos para baixo" na rede se transformam em punhos desafiantes na rua... e no campo (MARCOS, 2016c, tradução nossa).

Uma análise total dos meios de comunicação é essencial para a atuação dos movimentos sociais e ativistas, pois Intenet está longe de ser uma plataforma democrática e de regulação pública das esferas política e econômica. Menos uma abertura para a liberdade de expressão, e mais a transmutação das desigualdades também para o virtual representa o ciberespaço, o qual se torna meio também para as manifestações fascistas da sociedade (KOMPATSIARIS & MILONAS, 2015). O próprio movimento zapatista é exemplo disso com os ataques virtuais à página do Enlace Zapatista e a grande quantidade de informações distorcidas na web.

Stephen Gill (1995) quando caracteriza o panoptismo para a liberalização global do sistema financeiro internacional menciona a vigilância praticada pelos Estados e agências internacionais por meio da tecnologia, principalmente no sistema de créditos bancários. Ele também aborda a tecnologia para se referir às atividades dos ativistas contra a globalização de cima, caracterizando-as como uma vigilância democrática interconectada globalmente.

As bases do modo de produção capitalista flexível também fornecem meios para a contestação dos abusos do poder hegemônico por movimentos sociais, ativistas, ONGs e organizações de investigação independentes, por exemplo, o *WikiLeaks* e o grupo Anônimos nos dias de hoje.

Ademais, essa mesma vigilância democrática citada por Gill reproduzida nas redes sociais corrobora para a manutenção da vigilância tradicional e da estratégia de acumulação neoliberal com o fornecimento de informação/*database* às corporações transnacionais e ao Estado. Nesse sentido:

Google, Facebook, Twitter, VKontake, Weibo, Pinterest e Instagram são algumas das mídias sociais mais usadas no mundo. Elas são empresas com fins lucrativos. Não se deve deixar se enganar pelo fato de que elas oferecem serviços de comunicação. Elas não são somente empresas de comunicação, mas também grandes agências de publicidade. Todas elas vendem anúncios direcionados e têm garantido o direito de transformar os dados privados, semipúblicos e públicos dos usuários em *commodities* para esses fins com suas políticas de privacidade (FUCHS, 2016, p. 44).

Para além do controle secreto da informação pelo Estado, o conteúdo informativo disponibilizado pelo usuário de maneira gratuita em troca de “liberdade” é comprado por corporações econômicas em busca de merchandising. Um modo de “vigilância do consumidor” necessário ao modo de acumulação flexível do capital. Além disso, enquanto espaço de reprodução da ideologia hegemônica, a aparência no discurso da autonomia, compartilhamento e diversidade das redes sociais se demonstra unidimensional de modo concreto quando a lógica do “capital humano” uniformiza/controla as relações sociais virtuais em prol da imagem a ser vendida pelo indivíduo, em que todas as informações precisam ser positivas/lucrativas (FUCHS, 2016).

Em relação à governança global da Internet⁸⁰, mesmo envolvendo muitos assuntos técnicos, ela não deixa de ser um espaço de disputa de interesses pelos atores estatais e não-estatais, e, portanto, de relações de poder. Carr (2015) demonstra o reforço da hegemonia dos EUA na base do processo de decisão. Enquanto o modelo *multi-stakeholder*⁸¹ é

⁸⁰ O primeiro encontro da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) foi realizado em duas etapas: primeiro em 2003 em Genebra, e posteriormente na Tunísia em 2005. O evento foi organizado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT) com o apoio da ONU. Desde então, a carta final do evento tem servido para moldar os debates sobre a rede global da Internet, envolvendo tanto questões técnicas de viabilização estrutural da rede, assim como de soberania e direitos civis (CARR, 2015).

⁸¹ Trata-se do processo de tomada de decisão que inclui nas negociações os distintos atores interessados no conteúdo. No primeiro encontro da CMSI foi declarado como membros ativos de governança *multi-stakeholder* os Estados, a sociedade civil e o setor privado, nos seus “respectivos papéis” (CARR, 2015; CMSI,

apresentado como uma proposta democrática de regulação da Internet, esse procedimento amplia os interesses estadunidenses trazendo para a mesa como “representantes do setor privado” globalmente apenas grandes corporações midiáticas dos EUA: *Facebook*, *Google*, *Microsoft* e *21st Century Fox*. Mesmo com interesses divergentes dessas corporações em alguns assuntos específicos com o Estado, muitas vezes solucionados domesticamente, ao longo prazo os interesses se convergem e a governança se torna um apoio para a legitimação do poder estadunidense perante o mundo, principalmente no tocante à soberania dos Estados que compõem o Sul Global. A legitimação ocorre através da participação da sociedade civil nas negociações, que se limita à agenda de DH e com baixíssima participação institucional dos debates, nfrenta problemas de representatividade.

Esse entendimento não quer dizer que os movimentos sociais devam perder acesso a um determinado público e se abster do uso das redes sociais, pois são as ferramentas que temos no presente. Contudo, os movimentos que buscam a emancipação em nossa sociedade devem levar em consideração as estruturas de poder em que se baseiam os meios de comunicação para transformá-los, para a criação de espaços novos de interlocução mais democráticos. Longe de ser uma tarefa fácil, esse objetivo implica tanto na fomentação de softwares independentes do capital transnacional, assim como um debate sobre as políticas de regulação do Estado, uma vez que a Internet está inserida na reprodução do complexo militar-industrial em que se desenvolveu o capital monopolístico (COX, 1987; FUCHS, 2015).

3.2. A globalização e a solidariedade de classe no discurso zapatista

Se pretendemos entender a rede de solidariedade transnacional zapatista de um modo mais total é necessário ir além da sua estrutura organizacional, e relacioná-la com o campo da prática discursiva do zapatismo. Como mencionado nos capítulos anteriores, a comunicação zapatista, tão importante para a estratégia de transformação social na guerra de posição, envolve um conjunto de determinadas ideias e princípios que estão presentes na construção do autogoverno, sendo ativas na modelagem da prática rebelde além de moldadas pelo contexto social em que ela está inserida. Através da análise do discurso é possível compreender as representações sociais zapatistas dos fenômenos mexicanos e internacionais

2003).

alinhadas relacionando-os com o contexto social da organização autônoma rebelde e o seu desenvolvimento histórico.

Essas representações influenciam na prática social com a produção semiótica crítica à ideologia hegemônica, nesse sentido, a ordem do discurso que projeta a sociedade da civilização de mercado necessária à disciplina neolibreral na globalização é contra-atacada com uma semiose que pode (veja bem, não necessariamente) promover a consciência do sujeito receptor à respeito das contradições de nossas relações sociais e mobilizar uma ação social, a qual pode ser tanto periférica e transitória, como também central e influente na correlação das forças sociais quando somada às outras atividades questionadoras. Fairclough (1992) relembra que mesmo a hegemonia sendo estruturalmente favorecida para a difusão de ordens do discurso que organizam as relações sociais, dentro da prática social também existe eventos marcados pela negação desse ordenamento. Daí a necessidade de as críticas desses eventos serem articuladas na complexa interação de atores no Estado ampliado (nas instituições, nos meios de comunicação, nas relações sociais de produção, etc.) para a formação do senso comum crítico, e, assim, materializar transformações emancipatórias nas relações sociais com o Estado (FUCHS, 2015).

Desse modo, a perspectiva tridimensional do discurso da ADC nos é pertinente na análise da solidariedade da sociedade civil internacional a partir da experiência zapatista. Escolhemos o *corpus* de análise na concepção de dois momentos relevantes aos zapatistas para a sua organização da autonomia. O primeiro momento se refere à Quarta Declaração da Selva Lacandona e à Declaração da Realidade. Os dois textos estão diretamente relacionados com a criação do Primeiro Encontro Interncontinental, o qual em conjunto com outros encontros foi de grande relevância nos anos 90 para a construção de rede transnacional zapatista e a própria formação de um pensamento crítico entre os atores da sociedade civil nas relações internacionais. O segundo momento está relacionado com as mudanças estratégicas e organizacionais praticadas pelos rebeldes após 2003, com o texto da Sexta Declaração da Selva Lacandona, a qual aparece como um elemento importante com a criação da Sexta Internacional e a Outra Campanha.

Por causa do gênero se tratar de uma declaração, o conteúdo dos textos consiste de afirmações fortes e apontamentos decisivos sobre o futuro e conjuntura do movimento. Os textos são produzidos pelo CCRI-EZLN e geralmente são declarados para o público –

população dos municípios rebeldes (zapatistas, ou não), ativistas e jornalistas – nas concentrações de articulação zapatistas, os Caracóis. Tendo o circuito de informação da rede transnacional zapatista como base, podemos dizer que no processo de difusão do texto ocorre uma elevada intertextualidade. A gramática dos textos reflete um estilo de linguagem bastante particular ao movimento, sendo recorrente o uso de figuras de linguagem: metáforas, ironias e metalinguagem, apesar de também muitas vezes serem descritivos para o repasse de informações e encaminhamentos.

3.2.1. O fim do “Fim da História”

Após os ataques do Estado em 1995, que culminou com a destruição do *Aguascalientes* em fevereiro daquele ano, a articulação dos zapatistas com a sociedade civil se tornou ainda mais intensa. Para Olesen (2004a) este momento promoveu a politização dos objetivos rebeldes entre o amplo corpo de atores da sociedade civil que estavam acompanhando os conflitos em Chiapas. A presença de ativistas da sociedade civil internacional se intensificou ainda mais, e os zapatistas entenderam o contexto de solidariedade transnacional em que a causa havia se inserido. Se nos primeiros comunicados a menção de sujeitos não-mexicanos nos comunicados era baixa (PAULSON, 2009), a partir da Quarta Declaração da Selva Lacandona, os efeitos da presença transnacional no contexto social zapatista se tornam mais presentes:

As grandes mobilizações da sociedade civil nacional e internacional pararam a ofensiva traícieira e forçou o governo a insistir no caminho do diálogo e da negociação. (...) A grande participação da sociedade civil internacional chamou a atenção para a necessidade de construir espaços de encontro entre as vontades de mudança democrática que existem em diferentes países. O EZLN levou a sério os resultados deste diálogo nacional e internacional e iniciou os trabalhos políticos e organizacionais para caminhar de acordo com esses sinais. (...) O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que construímos é uma onde cabem todos os povos e suas línguas, que todos os passos a desenvolva, todos a disfrutem, que todos a vivam. (EZLN, 2016d, tradução nossa.).

A “grande” participação da sociedade civil internacional em Chiapas é um exemplo do início da convergência de forças sociais transnacionais na resistência à globalização. Os rebeldes haviam dado início às negociações com o governo sobre o Acordo de San Andrés, e até então o apoio material e intelectual da sociedade civil para

que os indígenas conseguissem levar as demandas ao Estado. O nível mais orgânico dos rebeldes com os atores civis de outras nacionalidades desperta a atenção para as similaridades dos efeitos do capital transnacional na formação dos Estados. A necessidade de transformação no “Fim da História” começa a ganhar corpo, e os zapatistas, no centro dessa questão, demonstram-se dispostos a construir laços de solidariedade recíprocos com as distintas lutas que os ativistas e movimentos estrangeiros encontravam nos seus respectivos cenários locais.

Como espaço para essa interlocução cultural da resistência, foi convocado o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo na Primeira Declaração da Realidade, comunicada no mesmo dia da Quarta. Dizem:

Nos últimos anos, o poder do dinheiro apresentou uma nova máscara sobre seu rosto criminal. Acima das fronteiras, sem importar-se com raça ou cor, o poder do dinheiro humilha dignidades, insulta honestidades e assassina esperanças. Renomeado como "neoliberalismo", o crime histórico da concentração de privilégios, riquezas e impunidades, democratiza a miséria e a desesperança. (...) Com o nome de "globalização" chamam essa guerra moderna que assassina e esquece. A nova divisão do mundo consiste em concentrar poder no poder e miséria na miséria. A nova divisão do mundo exclui as "minorias". Indígenas, jovens, mulheres, homossexuais, lésbicas, pessoas de cor, imigrantes, trabalhadores, camponeses; as maiorias que formam os porões mundiais são apresentadas, para o poder, como minorias dispensáveis. A nova divisão do mundo exclui as maiorias. O exército moderno do capital financeiro e governos corruptos avançam conquistando da única forma que são capaz: destruindo (...) Uma nova mentira nos é vendida como história. A mentira sobre a derrota da esperança, a mentira sobre a derrota da dignidade, a mentira sobre a derrota da humanidade. O espelho do poder nos oferece um equilíbrio na balança: a mentira da vitória do cinismo, a mentira da vitória do servilismo, a mentira da vitória do neoliberalismo. (...) Contra a internacional do terror que representa o neoliberalismo, devemos levantar a internacional da esperança. A unidade, acima de fronteiras, línguas, cores, culturas, sexos, estratégias e pensamentos de todos aqueles que preferem a humanidade viva. (...) Todos os seres humanos sem casa, sem terra, sem trabalho, sem comida, sem saúde, sem educação, sem liberdade, sem justiça, sem independência, sem democracia, sem paz, sem pátria, sem amanhã. Irmãos: a humanidade vive no peito de todos nós e, como o coração, prefere o lado esquerdo. Devemos encontrar-la, devemos encontrar-nos. Não é necessário conquistar o mundo. Basta fazê-lo novamente. Nós. (EZLN, 2016h, tradução nossa).

O caminho do “poder do dinheiro” é discorrido para apresentar, então, o neoliberalismo. A “globalização” é representada enquanto uma “guerra moderna”, a manifestação política decorrente da concentração de poder no neoliberalismo. É contra essa “guerra” que os

zapatistas convocam os seus s. Como resultado dessa guerra, os rebeldes representam as diversas formas de exclusão na uniformização disciplinar do neoliberalismo. A identidade indígena sempre presente na pauta zapatista não serve como limites para o seu diálogo com as demais “minorias”. Como avanço na análise das opressões da Nova Esquerda, a amplitude das fraturas proporcionadas pela hegemonia, o entendimento da resistência que se faz à globalização não pode ser levado adiante com objetivos estritamente identitários, mas sim pela união entre aqueles que possuem o seu direito de ser e existir negado. Tanto nas declarações nacionais, quanto nessa em que existe um forte caráter internacional, o zapatismo representa o seu alinhamento ao lado das diversidades que compõem a resistência mundial.

Conceitos considerados universais são recorrentemente retomados pelos zapatistas, como “dignidade, justiça e liberdade”, porém Hilsenbeck (2016) nos atenta para a contextualização desses termos na luta zapatista. Ao final, a menção aos expropriados dos meios materiais de subsistência, justiça, paz independência e democracia perpassa pela própria questão da globalização, da guerra. Mesmo que em outros momentos exista à repulsa pelo termo “unidade”, principalmente para se referir aos aspectos totalitários do poder, aqui encontramos o seu uso de maneira positiva. Como a união na luta pela dignidade, o que não significa a negação das diferenças e divergências. A crítica ao pensamento da impossibilidade de mudança é retratada com a metáfora da “mentira da morte da esperança” e a “mentira da vitória do cinismo”. A possibilidade de mudança é algo vivido no cotidiano pelos zapatistas, porque o seu cotidiano é a construção do projeto político que almejam. O papel dos movimentos sociais na construção “por baixo” da realidade na última passagem nos leva a refletir sobre os posicionamentos fatalistas da história.

Foram realizadas assembleias preparatórias em todos os continentes para preceder o evento, que se propôs a discutir os aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais do neoliberalismo, como as lutas se resistem a eles, e levantar meios de resistência (EZLN, 1996). De acordo com Khasnabish (2013), o Encontro Intercontinental aconteceu entre os dias 27 de julho e 3 de agosto de 1996 nos 5 *Aguascalientes*, e contou com a participação de mais de 5 mil pessoas de 42 países. Após o término, o CCRI-CG anunciou a Segunda Declaração da Realidade como resultado do espaço de discussão. A representação da globalização como “guerra” é novamente colocada:

Globalização dos mercados é apagar as fronteiras para a especulação e o crime, multiplicando-os para os seres humanos. Os países são obrigados a apagar suas fronteiras nacionais para o exterior no que se diz respeito à circulação de dinheiro, mas se multiplicam as fronteiras internas. O neoliberalismo não converte os países em um só, converte os países em muitos países. A mentira da unipolaridade e da internacionalização se transforma em um pesadelo de guerra, uma guerra fragmentada uma e outra vez, até que se pulverizem as nações. Neste mundo que o Poder se globaliza para evitar obstáculos em sua guerra de conquista, os governos nacionais são transformados em forças armadas de uma nova guerra mundial contra a humanidade. (...) Os anteriormente chamados "exércitos nacionais" tornam-se simples unidades de um exército maior, que o neoliberalismo arma e dirige contra a humanidade. O fim da "Guerra Fria" não impediu que a corrida armamentista no mundo, somente mudou o modelo do comércio mortal (...) Repressão nacional é a premissa necessária para a globalização que o neoliberalismo impõe.(EZLN, 2016i, tradução nossa).

O contexto de “liberalização” do discurso neoliberal baseado em princípios como liberdade e democracia, que serve como pilar moral e político do novo constitucionalismo – sobretudo no México - é criticado com a sua concretude: a abertura e conquista de novos mercados. Chiapas com o Plano PPP e a exploração petrolífera, hoje comandada pelo capital externo na PEMEX, sempre foi um reflexo da transnacionalização da agenda econômica nacional na globalização. A revolução passiva nas relações internacionais trouxe formas de Estado no Sul Global que se caracterizam pelos abusos de poder coercitivo na supressão dos movimentos contestatórios, como forma de controle, de ordem, tão necessária ao volátil sistema financeiro internacional, ainda que sob a aparência de democracia (MORTON, 2007). O fim da Guerra Fria é relacionado com a alteração do foco dos conflitos, que não deixam de existir, para os problemas internos do Estado nas agendas de Segurança Nacional, tal como A GBI nos municípios de governo zapatista.

Sobre a ideologia:

Em troca da vida ruim e das migalhas que poder lhe conceda, há quem se vende, se conforma, se rende. Em qualquer lugar do mundo existem escravos que se dizem felizes de serlo. Em qualquer lugar do mundo, existem homens e mulheres que deixam de ser humanos e ocupam seu lugar no gigantesco mercado das dignidades. (...) Mas há aqueles que não se contentam, há aqueles que decidem ser incômodos, há os que não se vendem, há aqueles que não se rendem. Há, em todo o mundo, aqueles que resistem em serem aniquilados nesta guerra. Há quem decida lutar. (...) "Chega de guerra", disse um homem ou uma mulher. (...) Por lutar por um mundo melhor todos estamos cercados, ameaçados de morte. O cerco se reproduz globalmente. Em cada continente, em cada país, em cada província, em cada cidade, em cada campo, em cada casa o cerco da guerra do Poder se fecha contra os rebeldes que a humanidade agradece sempre. (EZLN, 2016i, tradução nossa).

Enquanto os zapatistas mencionam a existência de uma guerra mundial com o advento da

globalização, outros indivíduos permanecem sem seu cotidiano conformados. Gill (1995) ao caracterizar a civilização de mercado aponta para o conteúdo ideológico em seu ordenamento. O neoliberalismo se reproduz com o esquecimento, com a visão de mundo ahistorical que se torna hegemônica nas relações sociais principalmente por meio do discurso do “novo capitalismo”, no qual as medidas econômicas e políticas são tomadas unilateralmente, pois são a única cabíveis (para manter o lucro) (FAIRCLOUGH, 2010). Ao mesmo tempo, nenhuma ideologia é imune à crítica, e a consciência da realidade concreta na globalização leva o sujeito a indignar-se, bem como ao Estado em manter a hegemonia, ainda que não por meio do consenso mais.

Por fim, como encaminhamento do Encontro, fruto dos debates sobre as formas de resistência ao neoliberalismo, decidiu-se pela criação de uma rede de articulação:

Primeiro. Que faremos uma rede coletiva de todas as nossas lutas e resistências particulares. Uma rede intercontinental de resistência contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental de resistência pela humanidade. Esta rede intercontinental de resistência buscará, reconhecendo diferenças e reconhecendo semelhanças, conhecer outras resistências em todo o mundo. Esta rede intercontinental de resistência será o meio pelo qual as diferentes resistências se apoiaram mutuamente. Esta rede intercontinental de resistência não é uma estrutura organizacional, não tem um centro de administração ou de tomada de decisão, não tem comando central ou hierarquias. Esta rede somos todos nós que resistimos.

Segundo. Que faremos uma rede de comunicação entre todas as nossas lutas e resistência. Uma rede intercontinental de comunicação alternativa contra o neoliberalismo, uma rede intercontinental de comunicação alternativa pela humanidade. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa buscará tecer os canais para que a palavra caminhe todos os caminhos que resistam. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa será o meio para que se comuniquem entre si as distintas resistências. Esta rede intercontinental de comunicação alternativa não é uma estrutura organizacional, não tem um centro de administração ou de tomada de decisão, não tem comando central ou hierarquias. A rede somos todos nós que falamos e escutamos (EZLN, 2016i, tradução nossa).

O fluxo de ativistas nas regiões zapatistas já havia demonstrado a sua importância na intervenção dos conflitos com o Estado. A “rede” já existia em sua forma mais abstrata, e na Internet páginas de informação sobre o contexto dos rebeldes demonstravam o seu desempenho, como era o caso de *Ya Basta!* e Chiapas⁹⁵. O encaminhamento, sem muitas pretensões para além do que já vinha se configurando, serviu para estabilizar e ampliar os contatos da rede. Assim como Olesen (2004) relata, apesar do movimento na rede ser algo difícil de se acompanhar, é notório como os espaços de interação dos atores membros corrobora para o nível de organização da articulação. Daqui se retira algumas das principais

características da rede de solidariedade transnacional zapatista: a horizontalidade e a troca de informação. Evitar o silenciamento das lutas particulares, algo marcante no histórico zapatista, aparece nesse momento como o principal objetivo.

Nesse sentido, a rede transnacional se trata de uma coordenação entre as forças internacionais para seguir pensando uma solução ao neoliberalismo e motivando as lutas que seguem no caminho, e não a solução em si para os problemas encontrados em Chiapas (ou outro lugar do mundo) (CECEÑA, 2001; OLESEN, 2005). Se analisarmos essa proposta numa perspectiva maior de prazo, é possível relacioná-la com a criação da extensa rede de comunicação Ação Global dos Povos (AGP) em 1998. Após o Segundo Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo realizado no ano posterior ao primeiro, na Espanha, a necessidade materializar os debates de modo mais concreto motivou o surgimento da organização. A amplitude da Batalha de Seattle em 1999 se deve, em certa medida, à atuação da AGP em torno das negociações da OMC (KHASNABISH, 2013).

3.2.2. La Otra (Economia Política Internacional)

Quase 10 anos depois do Primeiro Encontro Intercontinental, temos A Sexta Declaração da Selva Lacandona (anexo IV). Já com um acúmulo maior de conquistas e percas, a Sexta representou as mudanças estratégicas e organizacionais dos zapatistas depois das tentativas falhas de dialogar com o governo. Trata-se de um documento bastante rico em informações, no qual os zapatistas buscam explicar aos mexicanos e ao mundo quem são eles, porque eles estão na resistência, quais serão os seus objetivos políticos no cenário nacional, e a relação com as demais lutas que na rede de solidariedade que se formou. A Outra Campanha, o projeto de alterar as relações políticas do Estado com a sociedade civil mexicana por baixo, não se tratou de uma iniciativa unicamente nacional. Pelo contrário, mais uma vez os atores da sociedade civil internacional foram convidados a compor as novas das atividades zapatistas que se iniciavam com a Sexta Declaração, daí a expressão “aderentes da Sexta” utilizada pelo movimento para se referir aos aliados do zapatismo na sociedade civil. A economia política internacional é recorrente para a análise crítica do cenário mexicano, e por isso a noção ampla da resistência de forma transnacional e solidária.

Primeiro, vimos que desde 2003 a autonomia já passava por um processo de “institucionalização” interna com o desenvolvimento das JBG e os Caracóis, que esteve

relacionada também com a necessidade de melhor distribuição/coordenação dos auxílios internacionais. Sobre isso, dizem:

(...) melhorou muito o apoio da sociedade civil nacional e internacional, porque antes cada um iam onde lhe dava na telha, e agora as Juntas de Bom Governo orientam em relação a onde é mais necessário. E, por isso mesmo, por toda parte, há mais companheiros e companheiras que estão aprendendo a relacionar-se com as pessoas de outras regiões do México e do mundo, estão aprendendo a respeitar e a exigir respeito, estão aprendendo que há muitos mundos e que todos têm o seu lugar, seu tempo, seu jeito, e temos que nos respeitar mutuamente entre todos (EZLN, 2016g).

Para reduzir a desigualdade entre as comunidades indígenas foi essencial conseguir a organização dos projetos externos que recebiam, os quais eram muitas vezes direcionados para as regiões com maior proximidade em relação à sociedade civil. É interessante analisar como o modelo de solidariedade no caso zapatista se distingue da tradição “solidária” entre o Norte e Sul nas relações internacionais. Diferente da perspectiva muitas vezes de caridade envolvendo os auxílios provenientes do NOC aos países do Sul, a solidariedade zapatista se baseia na horizontalidade e no respeito mútuo entre os interlocutores. Além disso, não se trata aqui de uma solidariedade material para favorecer o desenvolvimento econômico local na perspectiva de administração dos problemas sociais, mas sim do entendimento entre os sujeitos sobre a origem do problema: o neoliberalismo/globalização (OLESEN, 2005). A atividade de estabelecer como e aonde seriam realizados os apoios na região zapatista, e não apenas a aceitação do auxílio influenciou a própria maneira de organização das ONGs originadas no Sul Global, as quais muitas vezes eram subordinadas aos modelos e agendas das ONGs do Norte, que contavam como mais *expertise* e recursos (ANDREWS, 2010).

A representação da guerra mundial da Declaração da Realidade permaneceu no discurso zapatista:

Então os capitalistas globalizados se metem a todos os lados, ou seja, a todos os países, para fazer seus negócios, ou seja, suas grandes explorações. E então não respeitam nada e se mentem como querem. Ou seja, que como que fazem a conquista de outros países. Por isso nós zapatistas dizemos que a globalização neoliberal é uma guerra de conquista de todo o mundo, uma guerra mundial, uma guerra que faz o capitalismo para dominar mundialmente. E então essa conquista as vezes é com exércitos que invadem um país e a força o conquistam. Mas as vezes é com a economia, ou seja, que os grandes capitalistas metem seu dinheiro em outro país ou lhe empresta dinheiro, mas com a condição de que obedeçam o que eles dizem. E também se metem com suas ideias, ou seja, com a cultura capitalista que é a cultura do mercado, da ganância do mercado (EZLN, 2016g).

Como resultado da hegemonia nas relações internacionais, percebemos a menção ao uso do

poder bélico e das instituições internacionais na manutenção dos interesses da classe dirigente, os “capitalistas globalizados”. A subordinação nas relações econômicas mundiais por meio da capacidade ordenadora de instituições como o Banco Mundial e o FMI é histórica no desenvolvimento do neoliberalismo no México, que acabou se tornando refém dos empréstimos monetários realizados para solucionar a crise da própria liberalização motivada e defendida por esses organismos. Outro elemento importante mencionado aqui é a “cultura capitalista”, isto é, a prática social voltada exclusivamente para o consumo e acumulação de riqueza, a civilização de mercado. Além da questão sobre a democracia, outros pontos podem ser elencados sobre como o zapatismo desafia a “cultura capitalista”, por exemplo, a ecologia. A ideia de preservação do meio-ambiente na prática zapatista, isto é, a relação entre o sujeito e a terra, a natureza não como um objeto externo a ser dominado, mas sim como parte integrante do desenvolvimento social vai além do que o ambientalismo cooperativo na civilização de mercado pode aceitar. É nesse sentido que os direitos indígenas ameaçam as ideias capitalistas, quando a reprodução do ciclo de acumulação é limitado pelo primeiro (HARVEY, 2016).

Quando algumas perspectivas analisam a mobilização das forças transnacionais no caso zapatista é muito recorrente a defesa de que a identidade construída transcenderia as questões de classe no conceito de democracia radical defendida pelos rebeldes, e por isso seria pós-moderno (JEFFRIES, 2001). De fato, já relatado anteriormente, o discurso zapatista consegue se articular com as diversas formas de exploração e opressão da sociedade na globalização. Contudo, a capacidade de diálogo plural com outros sujeitos marginalizados não retira o caráter de classe no discurso zapatista, ainda que este não recorra ao termo “classe”. Vejamos:

(...) no campo já não se produzem os alimentos, senão só o que vendem os grandes capitalistas, e as boas terras são roubadas com manhas e com apoio dos políticos. Ou seja, que no campo está acontecendo igual foi no “Porfirismo”, nada mais que, em lugar de fazendeiros, agora são umas empresas estrangeiras as que tem o trabalhador da terra bem oprimidos. E onde antes havia crédito e preços de proteção, agora só há esmolas... E, às vezes, nem isso. Por sua vez o trabalhador da cidade, as fabricas fecham e ficam sem trabalho, ou se abrem as que se chamam maquiladoras, que são do estrangeiro e que pagam uma miséria por muitas horas de trabalho. E então não importa o preço dos produtos que necessita o povo, porque, ainda que esteja caro ou barato, não se tem o dinheiro. E se alguém trabalhava em uma pequena ou média empresa, já não, porque se fechou e a comprou uma grande transnacional. E se alguém tinha um pequeno negócio, pois também se desapareceu ou passou a trabalhar clandestinamente para as grandes empresas que os exploram uma barbaridade, e até põem para trabalhar as crianças. E se o trabalhador estava em um sindicato para demandar seus direitos legalmente,

pois não, que o mesmo sindicato lhe diz que tem que enfrentar que baixem o salário ou a jornada de trabalho ou eliminam os benefícios, porque, senão, a empresa fecha e vai para outro país. E logo, pois, está isso do “micro negócio”, que é como o programa econômico do governo para que todos os trabalhadores da cidade ponham-se a vender chicletes ou cartões de telefone nas esquinas. Ou seja, pura destruição econômica também nas cidades. (...) E o que está acontecendo é que o México está se convertendo, nada mais, onde se nasce em um momento, e outro momento se morre, os que trabalham para a riqueza dos estrangeiros principalmente dos estadunidenses ricos. Por isso dizemos que o México está dominado por Estados Unidos (...) mas não é só isso, senão que também o neoliberalismo mudou a classe política do México, ou seja aos políticos, porque os fez como se fossem empregados de uma loja, que têm que fazer o possível para vender tudo e bem barato. Vejam que mudaram as leis para eliminar o artigo 27 da constituição e puderam vender as terras familiais e comunais. Isso foi o Salinas de Gortari, e ele e seu grupo disseram que é pelo bem do campo e do camponês, e que assim vai prosperar e viver melhor. Acaso tem sido assim? O campo mexicano está pior que nunca e os camponeses mais oprimidos que quando Porfirio Díaz. E também, disseram que vão privatizar, ou seja, vender aos estrangeiros as empresas que tinham o Estado para apoiar o bem-estar do povo. Que, porque não funciona bem e falta modernizar-se, é melhor vende-las. Mas, em lugar de melhorar, os direitos sociais que se conquistaram na revolução de 1910, são agora para dar lástima... E raiva. E, também, disseram que se tem que abrir as fronteiras para que entre todo o capital estrangeiro, que assim vão preocupar-se mais os empresários mexicanos e fazer melhor as coisas. Mas agora vemos que já nem tem empresas nacionais, tudo foi comido pelos estrangeiros. E o que vendem está pior que o que se fazia no México (EZLN, 2016g).

A estratégia de acumulação neoliberal estabelece ativamente para o mercado a sua livre circulação no setor público e privado através do Estado. Nesse trecho é bem nítido como a prática discursiva zapatista representa os efeitos do capital transnacional o correspondendo historicamente ao desenvolvimento das relações sociais de produção no Estado mexicano. Percebemos no texto os efeitos (simbolizados principalmente pelo PRONASOL de Salinas) que a revolução passiva promoveu nas bases do modo de produção. Primeiro é mencionada a situação dos trabalhadores rurais/camponeses, contrapondo-se aos direitos trabalhistas e às iniciativas de inserção do pequeno agricultor na economia, os quais eram garantidos em outros momentos (vide CONASUPO).

Em segundo temos a menção à condição dos trabalhadores urbanos. A superexploração da força de trabalho é representada pelo modo de produção das maquiladoras, que garantem o lucro por meio da exploração das condições de trabalho. Além disso, os zapatistas se demonstram conscientes em relação a informalidade crônica mexicana, bem como o domínio do capital estrangeiro sobre as formas de organização dos trabalhadores, e a crise de geração de empregos, elemento discursivo do Estado essencial para a operacionalização do TLCAN. Ao fim ao cabo, tanto a classe dirigente mexicana,

quanto a estadunidense são interligadas pela “redução de barreiras” do mercado e consideradas responsáveis pelo descolamento da realidade social com a economia.

Ao final da Declaração os rebeldes avaliam a necessidade de um novo Encontro Intercontinental, o que inclusive gerou a criação da Sexta Internacional/Intergalática posteriormente para a organização desses, e finalizam a referência à solidariedade transnacional no texto da seguinte maneira:

.E queremos dizer aos povos latino-americanos que é para nós um orgulho ser uma parte de vocês, ainda que pequena. Que bom que lembramos quando, faz anos, também se iluminava o continente e uma luz que se chamava Che Guevara, como antes se chamou Bolívar, porque as vezes os povos agarram um nome para dizer que agarraram uma bandeira. E queremos dizer ao povo de Cuba, que já tem muitos anos resistindo em seu caminho, que não está sozinha e que não estamos de acordo com o bloqueio que lhes fazem e que vamos ver a maneira de mandar-lhes algo, ainda que seja milho, para sua resistência. E, queremos, dizer ao povo norte-americano, que nós não confundimos, e sabemos que uma coisa são os maus governos que vocês têm e que passam a prejudicar a todo o mundo, e outra muito diferente são os norte-americanos que lutam em seu país e se solidarizam com as lutas de outros povos. E queremos dizer aos irmãos e irmãs de Mapuche, no Chile, que vemos e aprendemos de suas lutas. E aos venezuelanos que bem que vemos como defendem sua soberania, ou seja, o direito de sua nação de decidir para onde vão. E aos irmãos e irmãs indígenas do Equador e Bolívia lhes dizemos que nos estão dando uma boa lição de história a toda América Latina porque agora sim que estão pondo um basta na globalização neoliberal. E aos piqueteros e aos jovens da Argentina queremos dizer isso, que os amamos. E aos que, no Uruguai, querem um melhor país, que os admiramos. E aos que estão sem terras no Brasil, que os respeitamos. E a todos os jovens de América Latina, que está bem o que estão fazendo e que nos dá uma grande esperança. E queremos dizer aos irmãos e irmãs da Europa Social, ou seja, a que é digna e rebelde, que não estão sós. Que nos alegra muito seus grandes movimentos contra as guerras neoliberalistas. Que olhamos com atenção suas formas de organização e seus modos de lutar para que talvez algo aprendamos. Que estamos vendo a maneira de apoiá-los em suas lutas e que não vamos mandar euros porque logo se desvaloriza pelo relaxo da União Europeia, mas talvez vamos mandar artesanatos e café para que os comercializem e algo ajude em seus trabalhos para a luta. E talvez mandamos pozol que dá muita força na resistência, mas quem sabe se mandamos, porque o pozol é mais bem do nosso modo e quem sabe lhes prejudica a pança e debilitam suas lutas e os derrotam os neoliberalistas. E queremos dizer aos irmãos e irmãs da África, Ásia e Oceania que sabemos que também estão lutando e que queremos conhecer mais suas ideias e suas práticas (EZLN, 2016g).

Uma mudança em relação à Declaração da Realidade é a citação de outras lutas contra a globalização que compartilham da luta pela dignidade, justiça e liberdade ao redor do mundo. Apesar da estratégia e prática desses movimentos serem bastante distintas entre si, o zapatismo respeita e se solidariza com as suas resistências. A articulação com os ativistas e outros movimentos do Norte Global, como a rede anti-TLCAN, demonstra a relação de solidariedade criada apesar das diferenças estruturais. O termo “social” para

qualificar a Europa pode ser interpretado como o próprio histórico de solidariedade que outros movimentos desse continente têm exercido na formação da rede transnacional.

A relação com a América Latina de “orgulho” aparece no texto como maior destaque. A esperança – elemento sempre muito forte nos discursos zapatistas – é retroalimentada pelas experiências citadas no texto que surgem da negação à espoliação do capital na região. As semelhanças são observadas, dentre outros fatores, na questão do monopólio da terra e da identidade indígena. Um tema comum entre os movimentos sociais dos nossos povos que compartilham da mesma herança colonial. Porém, é possível perceber o destaque aqui dado à América Latina, América Anglo-saxã e a Europa, enquanto a Ásia, África e a Oceania são citadas brevemente. Obviamente, isso não quer dizer que não existam resistências na rede de solidariedade zapatista, mas que também não se trata de uma sociedade civil global homogênea como às vezes algumas análises parecem descrever (OLESEN, 2005).

Segundo Andrews (2010), a Sexta Declaração e a Outra Campanha motivaram a sociedade civil internacional organizada, que participa da rede de solidariedade, a se voltar também para as dificuldades encontradas localmente, da onde essas organizações partem. O projeto da *Escuelita Zapatista* realizado em 2013 e 2014 surge como método de entender a autonomia dos zapatistas por aqueles que buscam colocar em prática esse princípio no seu contexto social. Participantes de diversas nacionalidades participaram do cotidiano do “bom governo”, o objetivo era aprender como se dá na realidade (qualidades e defeitos) a construção da autonomia nos 3 níveis de governo: regional, municipal e comunal (GOMEZ, 2014). As famílias zapatistas receberam os participantes para uma experiência de vivência, nas qual aqueles que acompanham, ou não, o zapatismo de longe puderam participar do mandar-obedecendo (CONCHA, 2013).

3.3. Zapatismo e o internacionalismo

O movimento altermundista tem nas suas origens o surgimento do EZLN e a rede de solidariedade transnacional que se criou em torno da causa (ARIAS, 2015; KHASNABISH, 2013). Desse modo, a experiência zapatista de resistência na globalização nos motiva a pensar sobre a questão da construção de uma contra-hegemonia capaz de alterar a correlação de forças a favor das lutas por emancipação dentro do bloco histórico da CCT, o que nos

leva para o debate da articulação na sociedade civil internacional proposto no primeiro capítulo. Duas questões nos parecem pertinentes nesse momento, (i) a territorialização da luta em si, isto é, contra quem e como se está lutando na globalização, e (ii) a participação de atores da sociedade civil internacional como ONGs e ONGIs junto com os movimentos sociais.

Quando pensamos a prática para transformar a realidade da globalização se torna difícil compreender como efetuá-la, uma vez que o arranjo da hegemonia nas instituições internacionais é bastante complexo para manifestações/ações concretas que tragam um resultado positivo de longo prazo. Tendo em mente essa problemática, McNally (2009) recorre ao internacionalismo de Gramsci para pensar como é possível construir um outro mundo, de fato. A tradição do internacionalismo comunista ficou muito marcada pela imposição soviética do modelo “oficial” a ser seguido como revolucionário para o recebimento de auxílios na condução dos conflitos domésticos (ANGELIS, 2000).

Contudo, a visão de Gramsci se distingue dessa interpretação:

Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional”, e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais. A classe dirigente só será dirigente se interpretar exatamente esta combinação da qual ela própria é componente, e só como tal pode dar ao movimento uma determinada orientação, de acordo com determinadas perspectivas (GRAMSCI & COUTINHO, 2011, pp. 265 – 266).

A noção do que é nacional para Gramsci, como vimos, não se trata apenas da visão única do proletário sobre a forma do Estado, mas atravessa debates pertinentes sobre a cultura popular e a participação democrática das massas – com o diálogo entre suas diversas opressões – na construção do nacional-popular. Portanto, o internacionalismo gramsciano se direciona para a solidariedade de classe junto com a compreensão dos distintos movimentos originados a partir de características específicas dos respectivos Estado em que estão inseridos. Seria, então, a *internacionalização* do movimento revolucionário (MCNALLY, 2009).

A partir do pensamento da *internacionalização* é possível um melhor entendimento quando analisamos as camadas de forças sociais presentes em Chiapas. O movimento

zapatista em sua trajetória nunca se desvinculou da realidade chiapaneca e da pátria mexicana. Ao contrário, é por meio da inserção do México nas relações internacionais que os zapatistas interpretam tão refinadamente o que é a globalização. Ao mesmo tempo, essa interpretação estimulou o caráter jacobino do movimento em conciliar as forças sociais transnacionais com o caminho que o movimento decidiu construir para transformar a realidade do seu contexto social (OLESEN, 2005). A rede de solidariedade transnacional ocorre como um desdobramento da práxis zapatista, e se torna um elemento essencial para a manutenção do movimento no seu estágio atual. E assim os zapatistas dizem:

Se você olha para um desses estudos feitos pelos governos, vai ver que as únicas comunidades indígenas que melhoraram suas condições de vida, ou seja, sua saúde, educação, alimentação, moradia, foram as que estão em território zapatista, que é como nós chamamos o lugar onde estão nossos povoados. E tudo isso tem sido possível pelo avanço dos povoados zapatistas e pelo apoio muito grande recebido de pessoas boas e nobres, que chamamos de “sociedades civis”, e de suas organizações no mundo inteiro. Como se todas estas pessoas tivessem tornado realidade isso de que “outro mundo é possível”, mas nos fatos, não nas simples falações (EZLN, 2016g).

Na manutenção de um processo revolucionário que transforma as relações sociais da sociedade civil com o Estado mexicano, na economia política, que reside o principal fator contra-hegemônico da rede transnacional de solidariedade zapatista. É assim que a globalização é paulatinamente superada. Isso não quer dizer que outros atores/movimentos não se beneficiem com a rede, até porque exclusividade não era o propósito dos zapatistas com o seu engajamento na criação de espaços de compartilhamento das resistências, mas sim que ela deixa de ser algo episódico para se concretizar no autogoverno rebelde.

Os princípios de horizontalidade e reciprocidade da prática discursiva zapatista em que se originou a rede de solidariedade influenciou bastante a forma que o altermundoalismo tomou, o que é positivo, pois é no entendimento mútuo das semelhanças e diferenças que é possível se pensar na construção do bom senso. Porém, como ressalta Fairclough (2005), o discurso hegemônico é colonizador, e para o seu ordenamento da prática social outros discursos são absorvidos na interdiscursividade. O que põe em debate a presença do *transformismo* na resistência mundial. Morton e Bieler (2006) analisam que o modo de produção capitalista sempre foi em sua essência global, o que muda no nosso momento histórico de globalização é a forma que esse assume. Com a transnacionalização da economia mundial, as classes trabalhadoras buscam forças no cenário internacional para

auxiliá-las na condução de suas respectivas agendas de luta no contexto em que estão inseridas.

Nesse sentido, as organizações presentes na sociedade civil internacional (ONGs, ONGIs, por exemplo) participam da luta de classes justamente devido à sua ação frente a esses movimentos, isto é, favorecendo-os ou dificultando o avanço de suas pautas direta ou indiretamente. Portanto, ainda que os atores não sejam declaradamente favoráveis aos interesses de uma determinada classe, o seu envolvimento deve ser compreendido a partir da luta de classes (MORTON & BIELER, 2006). Ao mesmo tempo que existem ONGs na resistência ao lado dos movimentos sociais, outras aproveitam o espaço de abertura do diálogo e construção para reproduzir os interesses hegemônicos. Isso se torna mais evidente no caso do FSM, no qual a participação dos movimentos sociais tem sido subordinada à agenda tecnicista de muitas ONGs que ocupam o centro da coordenação do fórum por meio do discurso de “melhor desempenho” e “eficiência” do design das ONGs (ARIAS, 2015). Praticamente uma concepção salinista do que seria a sociedade civil, ou melhor, o terceiro setor.

Se queremos uma globalização por baixo, devemos analisar quais são aqueles que estão nos acompanhando nessa “guerra mundial”. Os esforços do zapatismo em construir um outro mundo são repletos de dilemas, desafios e controvérsias. Mas também são preenchidos por conquistas, avanços e esperança. Uma de suas contribuições foi a demonstração de que é possível alterar a posição de subalternidade, em um momento que a ideia hegemônica de liberdade e democracia significa a exclusão da dignidade. Mas isso não é possível sozinhos, a solidariedade construída historicamente também desempenha o seu papel, a qual os zapatistas humildemente reconhecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando analisamos a forma que a resistência ao capitalismo se configura em nosso momento histórico, percebemos a criação de forças sociais transnacionais que se convergem para superar a espoliação e o fetichismo. Por isso, alguns pontos nos pareceram pertinentes de serem respondidos. Contra quem se luta? Quais os obstáculos encontrados? Como se organizar? A partir da análise do movimento zapatista através dos conceitos de hegemonia, bloco histórico, Príncipe Moderno e revolução passiva, visualizamos algumas respostas nesse trabalho.

Os zapatistas se apresentam para o mundo, não por acaso, na mesma data de entrada do México no TLCAN. As contradições existentes nas relações sociais de produção do caso mexicano é um exemplo relevante para compreendermos as modificações na forma dos Estados em nosso momento histórico. Após a crise estrutural da década de 70, foi estabelecido o rearranjo da Ordem Mundial, com o advento do neoliberalismo enquanto modelo de desenvolvimento econômico para solucionar os problemas de acumulação do capital no núcleo orgânico da produção capitalista internacional.

Esse modelo se tornou hegemônico nas relações internacionais com a ação ativa da Classe Capitalista Transnacional em moldar – por intermédio do Estado – as instituições internacionais convenientes aos seus interesses estratégicos de acumulação. O poder hegemônico se manifesta na capacidade ideológica da classe dirigente em ocupar os espaços institucionais, a cultura, e também no domínio de recursos materiais. Após o fim da Guerra Fria, o contexto internacional se caracteriza pela ausência de uma alternativa de organização social ao capitalismo, ao passo que o neoliberalismo alcança o seu ápice no movimento de expansão global do capital, criando o que consideramos nesse trabalho como globalização.

Se a estrutura do bloco histórico construído é ameaçada, vemos o lado coercitivo da hegemonia para manter a ordem social construída sob o seu controle. Nesse sentido, para além dos organismos internacionais, temos a presença militar para o ordenamento político e econômico mundial. Portanto, a hegemonia na globalização se manifesta no novo constitucionalismo, sendo a democracia liberal a forma legítima de sistema político, na civilização de mercado, isto é, a ideologia orientada para o consumo e o individualismo, bem como o neoliberalismo disciplinar, o controle institucional ou militar da estratégia de

acumulação.

Contudo, esse movimento de expansão do capital em todas as regiões do globo não se dá por uma via única. Ao contrário, a dinâmica das forças sociais domésticas participa e influencia como ocorre o processo de penetração do capital transnacional no sistema interestatal. No México, percebemos que houve a convergência de interesses da hegemonia nacional em transformar a forma do Estado com os interesses estratégicos da CCT de abertura comercial. Durante a década de 70 e 80, o pacto nacional originado pela Revolução Mexicana em que se baseava as relações sociais de produção foi dissolvido aos poucos com os problemas macroeconômicos e sociais mexicanos. Ao passo que os EUA se demonstravam cada vez mais interessados comercialmente com o vizinho latino-americano e os seus recursos, disposto a “contribuir” para a superação da crise por meio de empréstimos, os quais posteriormente colocaram o México numa extrema posição subserviência.

Percebendo o enfraquecimento de sua posição hegemônica no Estado ampliado, a sociedade política do México se reorganiza ideologicamente para adequar a agenda neoliberal ao modelo de produção. O efeito desastroso dessa mudança estratégica nas bases sociais mexicanas se configurou pelo abandono das alianças com as classes populares, pela total adequação da economia mexicana à nova divisão internacional do trabalho, e pela cooptação da reivindicações por meio de auxílios paliativos e o uso da sociedade civil nos programas do Estado.

Das contradições e subalternidade vivenciadas historicamente pelos indígenas, em conjunto com os abusos estatais sobre as terras coletivas, *ejidos*, em prol da privatização, ganha organicidade um novo movimento. Dentro do turbilhão de conflitos sociais que o Estado almejava controlar, sem sucesso, surge o EZLN ao sul do México, em Chiapas. Depois dos primeiros dias de guerra civil, a luta armada direta cedeu espaço para a negociação e o diálogo. Dentre as principais reivindicações dos zapatistas está a garantia da lei de *usos y costumbres*, que permite aos povos indígenas formarem as suas próprias organizações políticas, presente na Convenção dos Povos e Indígenas da OIT e ratificada pelo México.,

Surgiram algumas importantes iniciativas dos zapatistas para com a ampla nação mexicana, por exemplo, o Acordo de San Andrés e o Congresso Nacional Indígena.

Contudo, o Estado não se demonstrou interessado em levar adiante efetivamente o resultado das negociações com os indígenas, devido aos efeitos anticapitalistas decorrentes da autonomia, na qual o domínio do Estado/mercado sobre a região e os indivíduos se torna limitado. Como resposta à negligência governamental em lidar com o caso, os zapatistas se voltam internamente para a construção *de facto* do seu autogoverno, e na construção radical popular da democracia. O objetivo zapatista não é meramente antineoliberal, mas sim anticapitalista, posto que na busca pela democracia direta é a estrutura do sistema capitalista que impede a participação dos sujeitos de alcançarem a autonomia de suas práticas sociais.

Desde o início da resistência zapatista, outros atores, para além de Chiapas, estão caminhando ao lado das bandeiras de liberdade, justiça e dignidade levantada pelos rebeldes. Isso se deve à transnacionalização das lutas no contexto histórico do modo de produção global arquitetado pela CCT. As contradições criticadas pelo EZLN em relação a hegemonia mexicana está inter-relacionada com outras agendas de luta contra a globalização por cima, e se tornam legítimas para mobilizar o engajamento da nebulosa de forças contestatórias que surgem nas relações internacionais. Forma-se então uma rede transnacional de solidariedade zapatista.

Essa rede só se tornou possível devido à (i) capacidade comunicativa do zapatismo em relacionar os seus objetivos com uma parcela mais ampla de resistências, no nível nacional e internacional. Além disso, (ii) os zapatistas se empenharam com força na criação de espaços capazes de promover a interlocução entre os indígenas e os outros atores da sociedade civil. Esses espaços ajudaram a dar forma ao movimento altermundialista que iniciava os seus passos na década de 90. Entretanto, esse desenvolvimento das forças sociais transnacionais de resistência, no caso zapatista, não se deu de forma desterritorializada. Houve a *internacionalização* do zapatismo sem desconsiderar o foco central: a dominação da hegemonia mexicana.

Por fim, entendemos que a globalização pode ser modificada, que ela não se trata de um fenômeno natural, e sim histórico, assim, resultado dos movimentos de cima e de baixo da sociedade. Mas para tanto é necessário que as forças sociais de resistência estejam dispostas a enfrentar o núcleo decisivo da questão, o capitalismo. Sem alterar a correlação de forças nas relações sociais de produção, a globalização não será modificada concretamente, mas sim adequada às novas (mercantilizadas) demandas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Editora Argos, 2009.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, n. 71-96, p. 71, 2010.
- ANDREWS, Abigail. How activists “take zapatismo home”: South-to-north dynamics in transnational social movements. **Latin American Perspectives**, Vol 38, Issue 1, p. 138-152, 2010.
- ANGELIS, Massimo De. Globalization, new internationalism and the Zapatistas. **Capital & Class**, v. 24, n. 1, p. 9-35, 2000.
- ARIAS, Santiane. O Altermundialismo no campo das lutas contra-hegemônicas: a tensão em torno do projeto político social. **Temáticas**, n. 45/46, 2016.
- ARRIGHI, Giovanni. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, Emir (org). **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; BREWER, Benjamin D. Industrial convergence, globalization, and the persistence of the North-South divide. **Studies in Comparative International Development**, v. 38, n. 1, p. 3-31, 2003.
- ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. **International Organization**, v. 38, n. 02, p. 225-286, 1984.
- BALDWIN, David A. **Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate**. Columbia University Press, 1993.
- BANCO MUNDIAL. **World DataBank**. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia**, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BEEZLEY, William H.; MACLACHLAN, Colin M. **Mexicans in revolution, 1910-1946: An introduction**. University of Nebraska Press, 2009.
- BÉJAR, Alejandro Álvarez. Los sindicatos en México ante la globalización. **Revista Mexicana de Sociología**, p. 89-103, 1994.

- _____. Mexico 1995: Entre los desequilibrios macroeconómicos y la crisis política. **Investigación Económica**, v. 55, n. 212, p. 197-219, 1995.
- BERNSTEIN, Henry. Agrarian questions then and now. **The Journal of Peasant Studies**, v. 24, n. 1-2, p. 22-59, 1996.
- _____. 'The peasantry' in global capitalism: Who, where and why?. **Socialist Register**, v. 37, n. 37, 2009.
- BESANCENOT, Oliver; LÖWY, Michael. **Afinidades Revolucionárias: Nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- BETHKE, Harry. **La voz de los Sin Voz: The Zapatista Insurgency Media Campaign of Hearts and Minds**. Disponível em: <<http://web.wm.edu/so/monitor/issues/13-1/2-bethke.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2016.
- BIELER, Andreas; BRUFF, Ian; MORTON, Adam. Gramsci and 'the International': Past, Present and Future. In: MCNALLY, Mark (Ed.). **Antonio Gramsci**. Palgrave Macmillan UK, 2015.
- BIELER, Andreas; LINDBERG, Ingemar; PILLAY, Devan. **Labour and the challenges of globalization: what prospects for transnational solidarity?**. Pluto Pr, 2008.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam D. A critical theory route to hegemony, world order and historical change: neo-Gramscian perspectives in International Relations. **Capital & Class**, v. 28, n. 1, p. 85-113, 2004.
- _____. Class Formation, Resistance and the Transnational. In: BIELER, Andreas; BONEFELD, Werner; BURNHAM, Peter; MORTON, Adam (orgs). **Global Restructuring, State, Capital and Labour**. Palgrave Macmillan UK. p. 196-206. 2006.
- _____. The deficits of discourse in IPE: Turning base metal into gold?. **International Studies Quarterly**, v. 52, n. 1, p. 103-128, 2008.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Imprensa Oficial da UNB, 2005.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BORRAS, Saturnino. **La Via Campesina: un movimiento en movimiento**. Amsterdã: Transnational Institute, 2004.
- BRANCALEONE, Cassio. **A experiência de autogoverno zapatista em questão**. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología y VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. 2009, Buenos Aires.
- _____. Democracia, autogoverno e emancipação. Aproximações à práxis rebelde

zapatista. **Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina.** 1ed. Buenos Aires: CLACSO, v. 1, p. 141-154, 2012.

_____. **Teoria Social, Democracia e Autonomia: Uma interpretação da experiência de autogoverno zapatista.** 1 ed. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

BRUHN, Kathleen. Antonio Gramsci and the Palabra Verdadera: The political discourse of Mexico's guerrilla forces. **Latin American Politics and Society**, v. 41, n. 2, p. 29-55, 1999.

BURBACH, Roger. Roots of the postmodern rebellion in Chiapas. **New Left Review**, n. 205, p. 113, 1994.

BURNHAM, Peter. Open Marxism and vulgar international political economy. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 221-231, 1994.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARLUCCI, Alessandro. Gramsci, Language and Pluralism. In: In: MCNALLY, Mark (Ed.). **Antonio Gramsci**. Palgrave Macmillan UK, 2015. p. 76-94.

CARR, Madeline. Power plays in global internet governance. **Millennium-Journal of International Studies**, v. 43, n. 2, p. 640-659, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. **Communication power.** OUP Oxford, 2013.

CAULFIELD, Norman. Mexican workers and the state: From the Porfiriato to NAFTA. **Texas Christian University Press**, 1998.

CECEÑA, Ana Esther. Por la humanidad y contra el neoliberalismo. Líneas centrales del discurso zapatista. **Observatorio Social de América Latina**, v. 3, p. 25-30, 2001.

CEPAL. **STATISTICS AND INDICATORS.** Disponível em:
http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasIndicadores.asp?idioma=i. Acesso em: 15 dez. 2015.

CHANDRA, Nirmal K. The Peasant Question from Marx to Lenin: The Russian Experience. **Economic and Political Weekly**, p. 1927-1938, 2002.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. **Revista de Economia Política**, v. 26, p. 4, 2006.

CLEAVER JR, Harry M. The Zapatista effect: The Internet and the rise of an alternative political fabric. **Journal of International Affairs**, p. 621-640, 1998.

_____. The virtual and real Chiapas Support Network: a review and critique of Judith Adler Hellman's "Real and Virtual Chiapas: Magic Realism and the Left." **Socialist Reg**, 2000.

- COHEN, Benjamin. The transatlantic divide: why are american and british IPE so different?. **Review of International Political Economy**, vol. 14, no. 2, 2007.
- CONCHA, Miguel. **La Escuelita zapatista**. La Jornada. Mexico. 2013.
- CONGRESSO NACIONAL INDÍGENA. DECLARATION: "NEVER AGAIN A MEXICO WITHOUT US". Disponível em: <<https://www.culturalsurvival.org/publications/cultural-survival-quarterly/declaration-never-again-mexico-without-us>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- COUTINHO, Carlos N.; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Ed.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Editora Record, 2003.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. **Cambridge Studies in International Relations**, v. 26. 1983.
- _____. **Production, power, and world order: Social forces in the making of history**. Columbia University Press, 1987.
- _____. Global perestroika. **Socialist Register**, v. 28, n. 28, 1992.
- _____. The global political economy and social choice. In: COX, Robert; SINCLAIR, Timothy. **Approaches to world order**. Cambridge University Press, 1996.
- _____. Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. **Review of international studies**, v. 25, p. 3-28, 1999.
- _____. Conceptual guidelines for a plural world. In: COX, Robert W.; SCHECHTER, Michael G (org.). **The political economy of a plural world: Critical reflections on power, morals and civilization**. Psychology Press, 2002.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia e Oposição**. 1^a ed., 1^a reimpressão. São Paulo: Editora USP, 2005.
- DELLA PORTA, Donatella. **Globalization from below: Transnational activists and protest networks**. University of Minnesota Press, 2006.
- DIEZ, Juan. El zapatismo es un verbo que se escribe en gerundio. Las rearticulaciones e interacciones al interior del movimiento zapatista. **A Contracorriente** (Raleigh: NCSU), v. 8, n. 2, 2011.
- DRAINVILLE, André C. **Contesting globalization: Space and place in the world economy**. Routledge, 2004.
- _____. Global Discipline and Dissent in the Longue Durée. **Globalizations**, v. 8, n. 4, p. 411-423, 2011.
- EL PAÍS. **Qué fue de #YoSoy132**. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/04/02/actualidad/1427927341_113541.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- ELIAS, Norbert. **Society of individuals**. Bloomsbury Publishing USA, 2001.

ENLACE CIVIL. Caracoles y Juntas de Bom Gobierno. Disponível em: <<http://www.enlacecivil.org.mx/caracoles.html>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

EZLN. Comandante Brus Li: Plan La Realidad-Tijuana Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/08/09/comandante-brus-li-plan-la-realidad-tijuana/>>. Acesso em: 26 ago. 2016(f).

_____. **CUARTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 14 mar. 2016(d).

_____. **Palabras del Comandante Tacho en el inicio del encuentro del EZLN con la caravana de Ayotzinapa, el 15 de noviembre del 2014.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2014/11/15/palabras-del-comandante-tacho-en-el-inicio-del-encuentro-del-ezln-con-la-caravana-de-ayotzinapa-el-15-de-noviembre-del-2014/>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

_____. **Primera Declaración de La Realidad.** Contra el neoliberalismo y por la humanidad. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/primera-declaracion-de-la-realidad-contra-el-neoliberalismo-y-por-la-humanidad/>>. Acesso em: 17 ago. 2016(h).

_____. **PRIMERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 07 dez. 2016(a).

_____. **QUINTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 14 mar. 2016(e).

_____. **Segunda Declaración de La Realidad por la Humanidad y contra el Neoliberalismo.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/08/03/segunda-declaracion-de-la-realidad-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo/>>. Acesso em: 17 ago. 2016(i).

_____. **SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 03 mar. 2016(b).

_____. **SEXTA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/sdsl-es/>>. Acesso em: 10 mar. 2016(g).

_____. **TERCERA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA.** Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em: 06 mar. 2016©.

EZLN; CNI. QUE RETIEMBLE EN SUS CENTROS LA TIERRA Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2016/10/14/que-retiemble-en-sus-centros-la-tierra/>>.

Acesso em: 12 nov. 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. Londres e New York: Longman, 1989.

_____. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press 1992.

_____. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R; MEYER, M. (eds). **Methods of critical discourse analysis**. Londres: SAGE, 2001. p. 121-138.

_____. **Critical discourse analysis: The critical study of language**. Routledge, 2010.

FINANCIAL TIMES. **Mexico foreign direct investment races ahead as Brazil sputters**. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/3/e938840a-4b13-11e5-b558-8a9722977189.html>>. Acesso em: 07 dez. 2015.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International norm dynamics and political change. **International Organization**, v. 52, n. 04, p. 887-917, 1998

FOUCAULT. Verdade e subjetividade. **Revista de Comunicação e linguagem**, v. 1, n. 19, p. 203-223, 1993.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOWERAKER, Joe. **Popular movements and political change in Mexico**. Lynne Rienner Publishers, 1990.

FRAYBA. **La Política Genocida en el conflicto armado en Chiapas**. Disponível em: <http://www.frayba.org.mx/archivo/informes/050201_la_politica_genocida_en_el_conflicto_armado_en_chiapas.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2016.

FUCHS, Christian. Mídias Sociais e a Esfera Pública. **Revista Contracampo**, v. 34, n. 3, p. 05-80, 2015.

FUCHS, Christian. Culture, communication & ideology = Forms of work. In **Media and left**, ed. Savaş Çoban, 15-43. Leiden: Brill. 2014

_____. **Critical Theory of Communication: New Readings of Lukács, Adorno, Marcuse, Honneth and Habermas in the Age of the Internet**. London: University of Westminster, 2016.

_____. **OCCUPY AND PREFIGURATION – A ROUNDTABLE DISCUSSION**. Disponível em: <<http://www.heathwoodpress.com/occupy-prefiguration-roundtable-discussion/>>. Acesso em: 9 nov. 2016.

GAMBLE, Andrew. Marxism after communism: beyond realism and historicism. **Review of International Studies**, v. 25, n. 05, p. 127-144, 1999.

GARRIDO, Luis J. **El Partido de la Revolución Institucionalizada. Medio siglo de poder político en México: La formación del nuevo estado (1928-1945)**. Siglo XXI, 1991.

- GEORGE, Susan. **Another world is possible if...** Verso, 2004.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.
- GILL, Stephen. Two concepts of international political economy. **Review of International Studies**. v. 16, p. 369-381, 1990.
- _____. Toward a postmodern prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalisation. **Journal of International Studies**, v. 23, n. 3, p. 399-423, 1994.
- _____. Globalisation, market civilisation, and disciplinary neoliberalism. **Millennium-Journal of International Studies**, v. 24, n. 3, p. 399-423, 1995.
- _____. The global panopticon? The neoliberal state, economic life, and democratic surveillance. **Alternatives**, v. 20, n. 1, p. 1-49, 1995.
- _____. Gramsci, modernity and globalization. **International Gramsci Society**, 1997.
- _____. **Power and Resistance in the New World Order: Fully Revised and Updated**. Palgrave Macmillan, 2008.
- GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GLOBAL EXCHANGE. **Our mission**. Disponível em: <<http://www.globalexchange.org/mission>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- GOHDES, Anita. **Repression in the digital age: Communication technology and the politics of state violence**. 2014. 144 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Mannheim, Mannheim.
- GÓMEZ, Magdalena. La escuelita y el poder civil zapatista. **La Jornada**. Mexico. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **A questão meridional**. Paz e Terra, 1987.
- _____. Quaderni del carcere. **Trans/Form/Ação**, v. 2, p. 198-202, 1975.
- GRAMSCI, Atonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GREEN, Marcus E. Gramsci and Subaltern Struggles Today: Spontaneity, Political Organization, and Occupy Wall Street. In: MCNALLY, Mark (Ed.). **Antonio Gramsci**, 2015. p. 156.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria e praxis**. Editora Unesp. 2014.
- HALL, Stuart. The problem of ideology-Marxism without guarantees. **Journal of Communication Inquiry**, v. 10, n. 2, p. 28-44, 1986a.
- _____. Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity. **Journal of**

- Communication Inquiry**, v. 10, n. 2, p. 5-27, 1986b.
- HANSON, Gordon H. **What has happened to wages in Mexico since NAFTA?**. National Bureau of Economic Research, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Imperio**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2001.
- _____. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Editora Record, 2004.
- HARTSOCK, Nancy. Postmodernism and political change: issues for feminist theory. **Cultural critique**, n. 14, p. 15-33, 1989.
- HARVEY, David. **The Chiapas rebellion: The struggle for land and democracy**. Duke University Press, 1998.
- _____. Practicing autonomy: Zapatismo and decolonial liberation. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2016.
- HELLMAN, Judith A. Real and virtual Chiapas: Magic realism and the left. **Socialist Register**, v. 36, n. 36, 2009.
- HEROD, Andrew. The practice of international labor solidarity and the geography of the global economy. **Economic Geography**, v. 71, n. 4, p. 341-363, 1995.
- HILSENBECK FILHO, Alexander M. Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do exército zapatista de libertação nacional. 2007. 247 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- _____. **Zapatismo: Entre a guerra de palavras e a guerra pela palavra**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/04/2677>>. Acesso em: 12 set. 2015.
- HINTZ, Lisel. Problematising StateCentrality: Not Seeing the Forest for the Trees. **Brussels Journal of International Studies**, V. 6, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. **O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOFFMANN, Stanley. An American social Science. **International Relations**. Daedalus, p. 41-60, 1977.
- HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder: O Significado da Revolução Hoje**. Viramundo, 2003.
- _____. Change the world without taking power. **Capital & Class**, v. 29, n. 1, p. 39-42, 2005.
- _____. **Agrietar el capitalismo: el hacer contra el trabajo**. El Viejo Topo, 2011.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Centauro, 2003
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

- _____. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, p. 147-163, 1994.
- IVES, Peter. **Language and hegemony in Gramsci**. London: Pluto Press, 2004.
- _____. Language, Agency and Hegemony: A Gramscian Response to Post-Marxism. **Critical review of international social and political philosophy**, v. 8, n. 4, p. 455-468, 2005.
- IVES, Peter; SHORT, Nicola. On Gramsci and the international: a textual analysis. **Review of International Studies**, v. 39, n. 03, p. 621-642, 2013.
- JAMESON, Fredric. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism**. Duke University Press, 1991.
- _____. Globalization and strategy. **New Left Review**, v. 4, p. 49, 2000.
- JEFFRIES, Fiona. Zapatismo and the intergalactic age. **Globalization and Postmodern Politics: From Zapatistas to High-Tech Robber Barons**, p. 129-144, 2001.
- KHASNABISH, Alex. **Zapatistas: Rebellion from the Grassroots to the Global**. Zed Books Ltd. London. 2013.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.
- _____. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. Cornell University Press, 2014.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence: World politics in transition**. 2. ed., Boston: Little, Brown, 1977.
- KEOHANE, Robert O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. Princeton University Press, 2005.
- _____. The old IPE and the new. **Review of International Political Economy**, vol. 16, no. 1, 2009.
- KOMPATSIARIS, Panos; MYLONAS, Yiannis. The rise of Nazism and the web: Social media as platforms of racist discourses in the context of the greek economic crisis. **Social Media, Politics and the State: Protests, Revolutions, Riots, Crime and Policing in the Age of Facebook, Twitter and YouTube**, p. 109-148, 2015.
- KONCHISNKI, Vinicius. **O neozapatismo e os velhos meios de produção**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2009/04/2280>>. Acesso em: 14 set. 2015
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia la radicalización de la democracia**. Siglo Veintiuno de España, 1987.
- LANDZELIUS, Kyra. **Native on the net: Indigenous and diasporic peoples in the virtual age**. Routledge, 2004.

- LAPID, Yosef. The third debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.
- LATOUR, Bruno. On recalling ANT. **The Sociological Review**, v. 47, n. S1, p. 15-25, 1999.
- _____. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory**. Oxford University Press, 2005.
- LE BOT, Yvon. **El sueño zapatista**. Anagrama, 1997.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Familiares de normalistas desaparecidos virão ao Brasil por justiça**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3113>>. Acesso em: 17 nov. 2015.
- _____. **Chegou a Hora da Sociedade Civil**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=15>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- LIGUORI, Guido. Partido e subalternos em Gramsci e hoje. In SAID, Ana Maria (org). **Pensar a Sociedade Contemporânea: a atualidade do pensamento de Marx e Gramsci**. Uberlândia: EDUFU, 2014.
- LINKLATER, A. The Achievements of critical theory. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp. 279-299.
- LIPSCHUTZ, Ronnie D. Reconstructing world politics: the emergence of global civil society. **Millennium-Journal of International Studies**, v. 21, n. 3, p. 389-420, 1992.
- LOPES, Dawisson; RAMOS, Leonardo. Existe uma ordem econômica internacional? A problematização de uma premissa. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 29(2), p. 267-284, 2009.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MANOKHA, Ivan. **The political economy of human rights enforcement**. Palgrave Macmillan, 2008.
- MARCOS, Subcomandante. **El Viejo Antonio: “En la montaña nace la fuerza, pero no se ve hasta que llega abajo”**. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/05/28/el-viejo-antonio-en-la-montana-nace-la-fuerza-pero-no-se-ve-hasta-que-llega-abajo/>>. Acesso em: 03 de mar. 2016(a).
- _____. **Leer un video Tercera parte: Tres hombros**. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/22/leer-un-video-tercera-parte-tres-hombros/>>. Acesso em: 27 set. 2016(b).
- _____. **Votán I. UN ESCARABAJO EN LA RED (Durito versión freeware)**. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/348708/las-redes-sociales-desnudaron-al-poder-marco>>. Acesso em: 15 jul. 2016(c).

- MARCUSE, Herbert. **An essay on liberation**. Beacon Press, 1969.
- _____. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **Towards a Critical Theory of Society: Collected Papers of Herbert Marcuse**. Routledge, 2013.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo, São Paulo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O capital: critica de economia politica**. Vol. I. Abril Cultural, 1988.
- MCCHESNEY, Robert W. Global media, neoliberalism, and imperialism. **Monthly Review**, v. 52, n. 10, p. 1, 2001.
- MCMICHAEL, Philip. Rethinking globalization: the agrarian question revisited. **Review of International Political Economy**, v. 4, n. 4, p. 630-662, 1997.
- MCNALLY, Mark. Gramsci's internationalism, the national-popular and the Alternative Globalisation Movement. In: MCNALLY, Mark; SCHWARZMANTEL, John (Ed.). **Gramsci and global politics: Hegemony and resistance**. Nova York: Routledge, 2009.
- MEXICO-US SOLIDARITY. **Mexico – a neoliberal experiment**. Disponível em: <<http://mexicosolidarity.org/programs/alternativeeconomy/neoliberalism>>. Acesso em: 07 nov. 2016.
- MORTON, Adam D. La Resurrección del Maíz': Globalisation, Resistance and the Zapatistas. **Millennium**, v. 31, n. 1, p. 27-54, 2002.
- _____. Structural change and neoliberalism in Mexico:'Passive revolution'in the global political economy. **Third World Quarterly**, v. 24, n. 4, p. 631-653, 2003.
- _____. **Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy**. Pluto Pr, 2007.
- _____. **Revolution and State in Modern Mexico: The Political Economy of Uneven Development**. Rowman & Littlefield, 2013.
- NARLIKAR, Amrita. **International Trade and Developing Countries: bargaining coalitions in the GATT & WTO**. Taylor & Francis, 2003
- NASH, June C. **Mayan visions: The quest for autonomy in an age of globalization**. Psychology Press, 2001.
- NAVARRO, Luis Hernández. **San Andrés: 20 años después**. La Jornada. Mexico. 2016
- _____. **The San Andrés Accords: Indians And The Soul**. Disponível em: <<https://www.culturalsurvival.org/publications/cultural-survival-quarterly/san-andres-accords-indians-and-soul>>. Acesso em: 28 set. 2016
- NEUFELD, Mark A. **The restructuring of international relations theory**.

Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NILSEN, Alf. ‘The authors and the actors of their own drama’: Towards a Marxist theory of social movements. **Capital & Class**, v. 33, n. 3, p. 109-139, 2009.

O LEOPARDO. Direção: Luchino Visconti. Produção: Goffredo Lombardo. Intérpretes: Burt Lancaster; Claudia Cardinale; Alain Delon e outros. Roteiro: Suso Cecchi d'Amico; Massimo Franciosa; Luchino Visconti; Pasquale Festa Campanile; e Enrico Medioli. Música: Nino Rota. DVD (185min), widescreen, color. Produzido por Versátil Home Vídeo. Baseado na obra “O Leopard” de Giuseppe Tomasi di Lampedusa

OLESEN, Thomas. The transnational Zapatista solidarity network: an infrastructure analysis. **Global Networks**, v. 4, n. 1, p. 89-107, 2004a.

_____. Globalising the Zapatistas: from Third World solidarity to global solidarity?. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 1, p. 255-267, 2004b.

_____. Mixing Scales: Neoliberalism And The Transnational Zapatista Solidarity Network. **Humboldt Journal of Social Relations**, v. 29, n. 1, p. 84-126, 2005.

PATERSON, Bill. **Transformismo at the World Trade Organization. Gramsci and Global Politics: Hegemony and Resistance**. Routledge Innovations in Political Theory. 2009.

PAULSON, Justin. Peasant struggles and international solidarity: the case of Chiapas. **Socialist Register**, v. 37, n. 37, 2009.

PETERSON, Mary J. Transnational activity, international society and world politics. **Millennium-Journal of International Studies**, v. 21, n. 3, p. 371-388, 1992.

PETRAS, James. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. Xamã, 2002.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. The peasantry and the state in Latin America: a troubled past, an uncertain future. **The Journal of Peasant Studies**, v. 29, n. 3-4, p. 41-82, 2002.

PINTO, Eduardo C.; CINTRA, Marcos A. M. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Textos para Discussão**, n. 12, 2015.

RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn. The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction. **Cambridge Studies in International Relations**, v. 66, p. 1-38, 1999.

RIVAS, Gilberto L. Y. **El plan de campaña de 1994 contra el EZLN**. La Jornada. Mexico. 2011.

ROBINSON, Andrew. Towards an intellectual reformation: the critique of common sense and the forgotten revolutionary project of Gramscian theory. **Critical Review Of International Social And Political Philosophy**, v. 8, n. 4, p. 469-481, 2005.

ROBINSON, William. Beyond nation-state paradigms: Globalization, sociology, and the challenge of transnational studies. **Sociological Forum Kluwer Academic Publishers-Plenum Publishers**, p. 561-594, 1998.

_____. Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony. **Critical Review Of International Social And Political Philosophy**, v. 8, n. 4, p. 559-574, 2005.

_____. Transformative Possibilities in Latin America. **Orfalea Center for Global & International Studies**, 2007.

_____. **Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective**. JHU Press, 2008.

RODRIGUEZ-PADILLA, Victor; VARGAS, Rosio. Energy reform in Mexico. A new development model or modernization of statism?. **Energy policy**, v. 24, n. 3, p. 265-274, 1996.

ROVIRA, Guiomar. El zapatismo y la red transnacional. **Razón y palabra**, v. 47, 2005.

ROVIRA, Guiomar. **Zapatistas sin fronteras**. México: Ediciones ERA, 2009.

SAID, Ana Maria. Estado: Sociedade Civil E Luta Hegemônica. **Educação e Filosofia**, v. 28, n. 56, p. 603-615, 2014.

SANBONMATSU, John. **The postmodern prince: Critical theory, left strategy, and the making of a new political subject**. NYU Press, 2004.

SCHWARZMANTEL, John. **The Routledge Guidebook to Gramsci's Prison Notebooks**. Routledge, 2015.

SIKKINK, Kathryn. Restructuring World Politics: The Limits and Asymmetries of Soft Power. In: KHAGRAM, Sanjeev; RIKER, James V.; SIKKINK, Kathryn.

Restructuring world politics: transnational social movements, networks, and norms. University of Minnesota Press, 2002.

SIPAZ. **SIPAZ em red**. Disponível em: <<http://www.sipaz.org/sipaz-en-red/>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

SMITH, S. Positivism and beyond. In. SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge University Press, 1996. pp. 11-44.

SØRENSEN, Eva; TORFING, Jacob. **Theories of democratic network governance**. Palgrave Macmillan UK, 2007.

SPINELLI, Lucas. A Economia Moral Da Autogestão Zapatista. In ARMANDO, Chaguaceda; BRANCALEONE, Cassio. **Sociabilidades emergentes y movilizaciones sociales en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

STAHLER-SHOLK, Richard. Globalization and social movement resistance: the Zapatista rebellion in Chiapas, Mexico. **New Political Science**, v. 23, n. 4, p. 493-516,

2001.

_____. Resisting neoliberal homogenization: the Zapatista autonomy movement. **Latin American Perspectives**, v. 34, n. 2, p. 48-63, 2007.

STIGLITZ, Joseph; HERSH, Adam. **The Trans-Pacific Free-Trade Charade**. Project Syndicate, 2015.

THORNTON, Niamh. **Revolution and rebellion in Mexican film**. Bloomsbury Publishing USA, 2013.

TICKNER, Arlene B. Core, periphery and (neo)imperialist. **International Relations**, 19(3), p. 627-646, 2013.

TOMASI, Giuseppe. **O Leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

TOURAINE, Alain. **The post-industrial society: tomorrow's social history: classes, conflicts and culture in the programmed society**. Random House, 1971.

TSE-TUNG, M. A. O. **Sobre a prática e sobre a contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008..

VAN DER PIJL, Kes. Transnational clas formation and state form. In: GILL, Stephen; MITTELMAN, James. **Innovation and transformation in international studies**. Cambridge University Press, 1997.

_____. **Global rivalries: from the Cold War to Iraq**. Pluto Press, 2006.

VÁZQUEZ-CASTILLO, Maria Teresa. **Land Privatization in Mexico: Urbanization, Formation of Regions and Globalization in Ejidos**. Routledge, 2004.

VELTMEYER, Henry. New social movements in Latin America: the dynamics of class and identity. **The Journal of Peasant Studies**, v. 25, n. 1, p. 139-169, 1997.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In PAULINO, Eliane; FABRINI, João (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 79-117, 2008.

VIGUERA, Aníbal. "Populismo" y" neopopulismo" en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, p. 49-66, 1993.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill. 1979.

WEBER, Cynthia. Why is there no queer international theory?. **European Journal of International Relations**, 2014.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 02, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander. **Social theory of international politics**. Cambridge University Press, 1999.

- WOLF, Sherry. **Sexuality and socialism: history, politics, and theory of LGBT liberation.** Haymarket Books, 2009.
- WOOD, Ellen M. **Democracy against capitalism; Renewing historical materialism.** Aakar Books, 1995a.
- WOOD, Ellen M. What is the 'postmodern' agenda? An introduction. **Monthly Review**, v. 47, n. 3, p. 1-13, 1995b.
- WORTH, Owen. Beyond world order and transnational classes: the (re)application of Gramsci in global politics. MCNALLY, Mark; SCHWARZMANTEL, John (Ed.). **Gramsci and Global Politics: Hegemony and Resistance.** Routledge Innovations in Political Theory, 2009.
- YUNEZ-NAUDE, Antonio. The dismantling of CONASUPO, a Mexican state trader in agriculture. **The World Economy**, v. 26, n. 1, p. 97-122, 2003.
- ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento.** Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.
- ZIZEK, Slavoj. Mao Tsé-Tung, "Senhor do Desgoverno marxista. MAO TSÉTUNG; ZIZEK, Slavoj. **Sobre a prática e a contradição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 7-38, 2008.